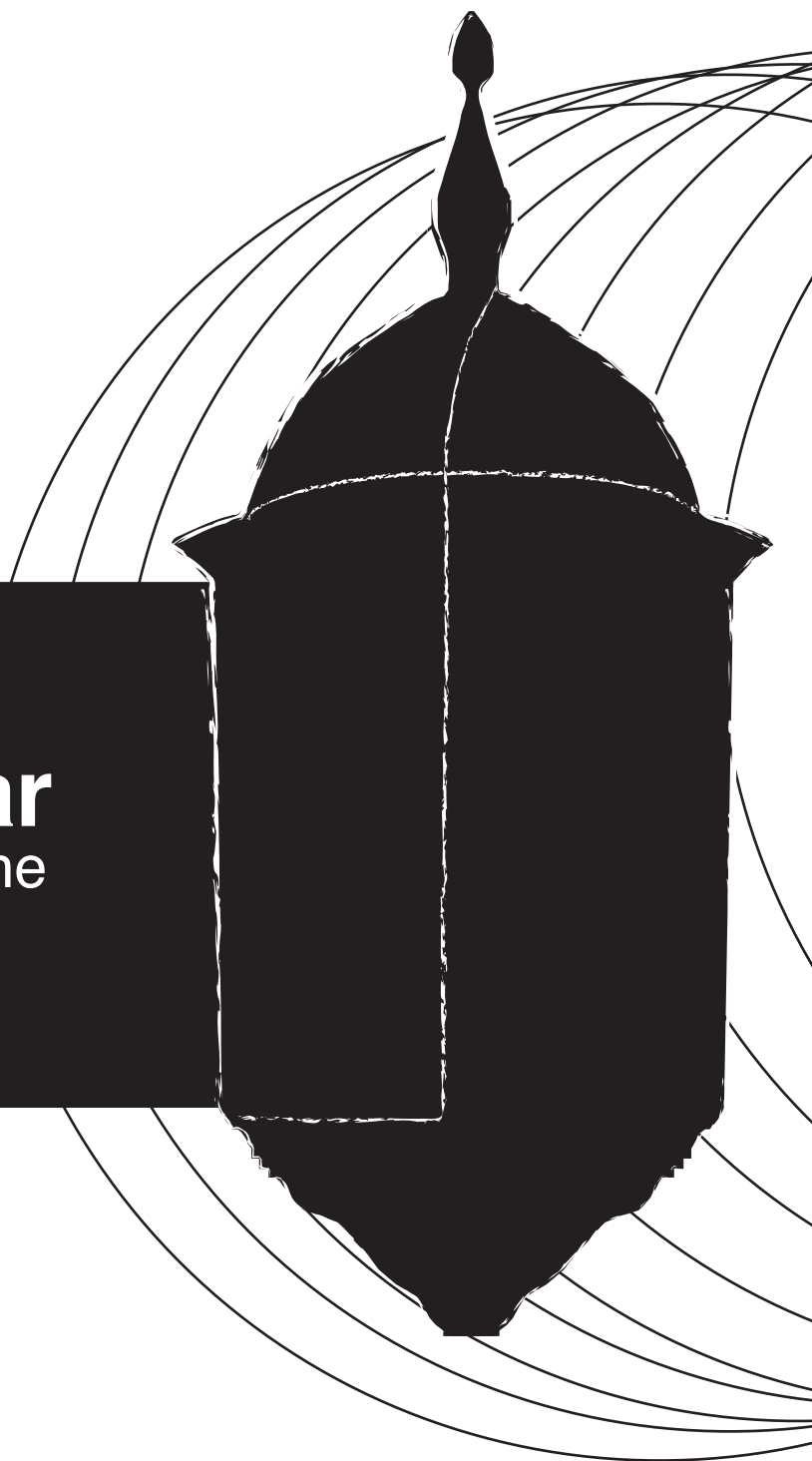


Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Mestrado em Turismo

Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos

Turismo Militar
No Concelho de Peniche



Dezembro 2011

Ana Vanessa Pereira Furtado

Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril

Ana Vanessa Pereira Furtado

Turismo Militar no Concelho de Peniche

**Dissertação apresentada à Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril para
a obtenção do grau de Mestre em Turismo,
Especialização em Gestão Estratégica de Destinos Turísticos**

Orientador: Prof. Doutor Luís Boavida-Portugal

Dezembro de 2011

Agradecimentos

Quero agradecer todo o apoio dos meus amigos e familiares durante a realização da presente dissertação – sem as vossas palavras de conforto e os vossos incentivos teria sido impossível terminar esta etapa da minha vida. Quero também agradecer ao Zé todos os momentos de apoio, de companhia e de distração durante as longas horas dedicadas à leitura, à investigação e à escrita em casa, bem como ao *Xakra Beach Bar* pelo cantinho em frente ao mar e pelos chás que inspiraram a escrita desta dissertação. E, finalmente, quero agradecer ao meu professor e orientador Doutor Luís Boavida-Portugal pelo apoio prestado com tanto empenho e dedicação.

Um grande Obrigado a todos!

RESUMO

Actualmente, o mercado mundial do turismo caracteriza-se pela evolução do turismo de massas generalizado para um tipo de turismo mais individual, mais especializado e exigente. O acesso à realização de viagens e deslocações encontra-se disseminado um pouco por todo o Mundo, e em ritmo de crescimento, pelo que cada vez mais os destinos necessitam apostar na especialização, na qualidade e na diversificação como forma de atrair visitantes. Neste contexto, apresenta-se o turismo de índole militar, enquadrado no turismo cultural, como complemento à oferta turística já existente no concelho de Peniche – numa região caracterizada pela predominância do turismo de sol e mar, urge apostar noutros tipos de turismo complementares que permitam diversificar a oferta, reduzir a sazonalidade e contribuir para a atracção de mais visitantes e prolongamento das suas estadas, resultando num positivo impacto económico.

O conceito de *dark tourism*, no qual se enquadra o turismo militar, tem vindo a ser delineado e estudado ao longo dos últimos anos, e são vários os pontos por todo o Mundo onde foi implementado nas décadas mais recentes. Trata-se de uma temática relativamente recente em termos de estudos e publicações, mas será provavelmente, e tal como vários autores defendem, das mais antigas motivações para a prática da viagem. Este conceito foi aqui aplicado ao concelho de Peniche, nomeadamente, às estruturas defensivas aí existentes construídas no período pós-Restauração, criando assim uma alternativa cultural à tradicional oferta turística do concelho. O objectivo não foi a criação de um percurso turístico baseado nesta temática, mas sim a aplicação teórica e prática do conceito ao concelho de Peniche – mais do que a delineação do percurso, apontam-se as medidas necessárias para a implementação do turismo militar, de forma a permitir um bom desenvolvimento deste conceito no concelho.

Nowadays, the world tourism market shows an evolution of the generalized mass tourism into a more individual type of tourism, more specialized and demanding. The access to travelling is largely spread all around the world, and presently at an increasing rhythm, creating the need for the destinations of investing in specialization, in quality and in diversification as a way to attract visitors. Within this context, the military

tourism, integrated in the cultural tourism, is presented as a complement to the touristic offer that already exists in Peniche – in a region characterized by the prevailing sea and sun tourism, it's important to bet in other complementary kinds of tourism which will allow to diversify the offer, decrease seasonality and attract more visitors and increase their stays, with its positive economic impact.

The concept of *dark tourism*, within which the military tourism is integrated, has been outlined and studied during the last few years, and there are many places around the world where the concept has already been applied in the recent decades. It's a relatively recent subject, as far as studies and publishing are concerned, but it's likely to be, as many authors defend, one of the most ancient motivations for travelling. The concept has been here applied to the region of Peniche, namely, to the existing defensive structures that date back to the *after-Restoration period* (the period after the independence recovering from Spain, in the 1st of December of 1640), creating a cultural alternative to the traditional touristic offer of this region. The aim wasn't to create a touristic tour based on this thematic, but to apply the concept both in theory and in practice to Peniche – more than creating the touristic tour, here are presented the necessary measures for the performance of the military tourism, allowing the good development of this concept in the region of Peniche.

GLOSSÁRIO

ADARVE – «Também designado por CAMINHO DE RONDA. Caminho na parte superior da escarpa, acima do cordão e abaixo das canhoneiras, protegido por um parapeito e ligado às guaritas.» (Castro, 1994: 156).

AMEIAS – «Elementos maciços, de configuração variada, implantados sobre o parapeito, que coroam as torres e as muralhas da fortificação. O intervalo entre duas ameias denomina-se ABERTA.» (Castro, 1994: 156).

ARQUITECTURA MILITAR – «Edificações construídas para suprir as funções de defesa e protecção do território nacional, nomeadamente, bateria, baluarte, bastião, fortim, forte, fortaleza e quartel.» (Beni, 2007: 336).

BALUARTE – «Elemento caracterizante da fortificação abaluartada, de planta pentagonal irregular, que se destaca nos ângulos salientes de duas cortinas contíguas ou noutros pontos vulneráveis. Na planta de um baluarte definem-se três partes: a gola, os flancos e as faces.» (Castro, 1994: 156).

BATERIA – «Plataforma, geralmente coberta, onde é disposto um certo número de bocas de fogo de artilharia.» (Castro, 1994: 156).

CANHONEIRA – «Intervalo entre os merlões de uma fortificação abaluartada onde eram dispostas as bocas de fogo. As canhoneiras, que têm o seu correspondente medieval nas abertas das ameias, começaram por ser rasgadas no corpo da cortina ou do baluarte, havendo casos em que aparecem nos dois níveis: ao alto, entre os merlões, e no corpo do muro. Esta dupla disposição corresponderá à transição da passagem da canhoneira do corpo para o alto ou constitui excepção em épocas posteriores.» (Castro, 1994: 156).

CORTINA – «Troço entre dois baluartes. Corresponde à muralha medieval.» (Castro, 1994: 156).

FACE – «Lado do baluarte que se liga à extremidade do flanco e forma com a outra face um ângulo flanqueado.» (Castro, 1994: 156).

FLANCO – «Parte do baluarte que liga à cortina e que tinha por função defender a cortina, o flanco, a face do baluarte oposto e o fosso. O ângulo do flanco com a cortina foi objecto de muitas discussões entre os teóricos das várias escolas de fortificação; de início, o flanco era perpendicular à cortina (Escola Italiana), mas, posteriormente, passou a ser oblíquo, segundo ângulos variáveis, com a finalidade de aumentar a sua eficiência defensiva. Era no flanco que a artilharia do baluarte se colocava.» (Castro, 1994: 156).

FOSSO – «Escavação em todo o circuito da fortaleza ou só nas partes mais expostas que dificultava o acesso às entradas e a aproximação às muralhas. Podia ser seco ou cheio de água conforme as possibilidades e o tipo de fortaleza.» (Castro, 1994: 156).

GUARITA – «Pequeno coberto que se destaca dos ângulos das cortinas e baluartes, de forma cilíndrica ou prismática, para abrigo e defesa das sentinelas.» (Castro, 1994: 156).

MERLÃO – «Cada uma das partes maciças do parapeito separadas umas das outras pelo intervalo da canhoneira. O merlão corresponde, na fortificação abaluartada, à ameia da fortificação medieval.» (Castro, 1994: 156).

PARAPEITO – «Muro que se levanta no cimo de reparo, suficientemente alto para proteger os defensores do tiro inimigo e com declive conveniente para que seja a linha da contra-escarpa.» (Castro, 1994: 156).

PRAÇA – «Parte mais ampla de uma fortaleza abaluartada envolvente da povoação e externa à cidadela, tendo como limite exterior o caminho coberto. No caso de não haver cidadela definida a expressão refere-se a toda a fortaleza.» (Castro, 1994: 156).

REDUTO – «Pequena obra, geralmente quadrangular, num baluarte ou revelim, outras vezes já fora da esplanada, mas ao alcance do fogo do caminho coberto. Também se construía nas obras de aproximação dos sitiadores, normalmente com quatro lados e sem flancos.» (Castro, 1994: 156).

SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO ABALUARTADO, “À MODERNA” OU SISTEMA DE FORTIFICAÇÃO VAUBAN – Este estilo de fortificação foi desenvolvido em Itália a partir do final do século XV, inicialmente como um estilo de transição, em que as fortificações medievais se foram adaptando e alterando de forma a fazer face à evolução na artilharia e na pirobalística, com os estudos teóricos de guerra realizados pelos *condottieri* ou mercenários profissionais italianos. Figuras importantes como Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo e os irmãos António e Giuliano Sangallo aperfeiçoaram o sistema abaluartado, que alcançou a sua plena definição em Itália no segundo quartel do século XVI. As fortificações passaram a ser construídas de raiz e com base no sistema modular matemático, surgindo o baluarte como elemento de destaque, que permite o cruzamento de fogos para a protecção entre dois ou mais pontos de um perímetro defensivo.

Vários arquitectos e estudiosos prosseguiram com estes estudos e criaram-se duas grandes escolas de fortificação na Europa: a Escola Francesa, que atingiu o apogeu com Vauban, e a Escola Flamenga, onde se destacou Menno van Coehoorn. O arquitecto militar francês Sebastien le Prestre, marquês de Vauban (1633 – 1707) aperfeiçoou as técnicas defensivas e estudou a estratégia de cercos e ataques, permitindo uma evolução determinante na arquitectura das construções defensivas, ficando este sistema de fortificação abaluartado também conhecido como sistema de fortificação Vauban. (Pereira, 1995: 327 – 328, adaptado).

ÍNDICE GERAL

Resumo.....	3
Glossário.....	5
Índice Geral.....	8
Índice de Gráficos.....	9
Índice de Figuras.....	10
Introdução.....	12
1. Turismo Militar no Contexto do Turismo Cultural.....	14
1.1. Conceitos de Turismo.....	14
1.2. Turismo Militar no Contexto do Turismo Cultural.....	15
1.3. Desenvolvimento e Implementação do Conceito de Turismo Militar – Benchmarking.....	19
1.4. Público-alvo do Turismo Militar e suas Motivações.....	23
1.5. Divulgação e Promoção do Turismo Militar.....	25
1.6. Diferenciação – Turismo Militar enquanto turismo especializado.....	28
2. O Concelho de Peniche.....	32
2.1. Contextualização Histórico-Geográfica.....	32
2.2. Contextualização Histórico-Defensiva.....	35
2.3. Contextualização Turística.....	38
2.4. Levantamento de Recursos Turísticos.....	43
3. Turismo Militar no Concelho de Peniche.....	47
3.1. Aplicação e Desenvolvimento do Conceito de Turismo Militar em Peniche.....	47
3.2. Análise da Viabilidade da Aplicação do Conceito de Turismo Militar em Peniche	56
3.3. Análise SWOT.....	62
3.4. A Aplicação Prática do Conceito de Turismo Militar – Acções e Intervenções ao Longo do Percurso.....	66
Conclusão.....	89
Bibliografia.....	91
Anexos.....	99

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Análise dos inquiridos através da distribuição em faixas etárias.....	58
Gráfico 2 – Análise dos inquiridos por país de origem.....	58
Gráfico 3 – Análise dos inquiridos em função da duração da sua visita ao concelho de Peniche (em número de dias).....	59
Gráfico 4 – Análise das respostas à questão nº 10 do inquérito: “Considera visitar essa oferta cultural/arquitectónica?” – 64% das respostas foram positivas e 36% das respostas foram negativas.....	61
Gráfico 5 – Análise das respostas à questão nº 13 do inquérito: “Recomendaria a visita ao concelho de Peniche a amigos, conhecidos e familiares em função da oferta turística cultural/arquitectónica e militar?” – 74% das respostas foram positivas, contra 26% de respostas negativas.....	62

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Perspectiva aérea da Fortaleza de Peniche.....	68
Figura 2 – O interior da Fortaleza, com os edifícios da antiga prisão utilizados actualmente pelo Museu Municipal.....	68
Figura 3 – Antigos edifícios da prisão política, no interior da Fortaleza de Peniche, na sua maioria sem utilização na actualidade e em avançado estado de degradação.....	69
Figura 4 – Vista parcial dos edifícios da antiga prisão política, com marcas evidentes de degradação e abandono.....	70
Figura 5 – O Baluarte Redondo, a primeira fortificação construída neste local e terminada em 1557, mais tarde incorporada no interior da Fortaleza.....	71
Figura 6 – O corredor das celas da prisão política, actualmente integrado no Museu Municipal.....	71
Figura 7 – Vista parcial do Forte das Cabanas, com o Portinho do Meio e a zona de muralha demolida já no século XX.....	73
Figura 8 – Vista parcial do Forte das Cabanas e seu posicionamento estratégico no acesso marítimo a Peniche.....	74
Figura 9 – Cortina do Morraçal ou do Jardim, vista a partir do lado exterior, com o fosso da muralha onde decorrem os trabalhos de limpeza e reordenamento.....	76
Figura 10 – Baluarte da Ponte: escadaria de acesso ao topo do baluarte (à esquerda) e vista parcial do antigo caminho de ronda (à direita).....	77
Figura 11 – Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima, vista do lado exterior da muralha.....	77
Figura 12 – Meio-baluarte de S. Vicente, com evidentes sinais de degradação e sem acesso ao respectivo topo e caminho de ronda.....	78
Figura 13 – Cortina do portão e portão de Peniche-de-Cima, um dos poucos acessos ao interior da muralha na actualidade.....	79

Figura 14 – Meio-baluarte da Camboa.....	80
Figura 15 – Meio-baluarte da Camboa, visto a partir do respectivo caminho de ronda, com marcas de degradação das muralhas.....	80
Figura 16 – Praia do <i>Quebrado</i> e, ao fundo, o Meio-baluarte da Camboa.....	81
Figura 17 – Forte de S. João da Luz.....	82
Figura 18 – Vestígios da estrutura do Forte de S. João da Luz, localizado de forma estratégica no extremo norte da península de Peniche.....	82
Figura 19 – Forte da Consolação.....	85
Figura 20 – Capela de Santo Estêvão e parte da estrutura do Fortim do Baleal, na Ilha do Baleal.....	86
Figura 21 – Forte de S. João Baptista, na Ilha da Berlenga.....	87

INTRODUÇÃO

Desde há várias décadas que o Turismo tem sido encarado, em diversas regiões e um pouco por todo o Mundo, como uma oportunidade de dinamização, de desenvolvimento e de diversificação de sectores económicos, bem como uma oportunidade de criar receitas alternativas e benéficas para essa mesma região. De facto, o Turismo tem como principais impactos económicos positivos a criação de receitas, a criação de emprego e a contribuição para o desenvolvimento regional, razões que explicam porque a maioria das entidades de gestão locais e regionais apostam no desenvolvimento e dinamização turísticos numa tentativa de obter o crescimento económico que não conseguem alcançar através de outros sectores de actividade. No entanto, são também vários os impactos económicos negativos do Turismo, destacando-se a inflação dos preços a nível local/regional e a possibilidade de se gerar uma sobre-dependência dessa região face ao Turismo. Assim, torna-se crucial que qualquer aposta no desenvolvimento turístico a nível local ou regional invista num planeamento e numa gestão adequados, cuidados e bem estruturados, de forma a maximizar os benefícios desse desenvolvimento e a minimizar quaisquer impactos negativos.

O sector do Turismo tem vindo a crescer de forma esmagadora a nível mundial. A tendência universal para o aumento dos períodos de férias e para a facilidade da mobilidade e banalização dos transportes em geral tem permitido o acesso de um maior número de pessoas às férias fora do seu local de residência habitual. No entanto, e nos últimos anos, assiste-se a um aumento das férias individuais em detrimento das férias em grupo, bem como a um aumento das férias fora dos períodos tradicionais (época alta) e a um maior interesse pelas férias activas e pelas actividades culturais. Ainda que o turismo de sol e mar continue a ser um tipo de turismo dominante, existe cada vez mais interesse nas alternativas a esse tipo de turismo, bem como uma exigência cada vez maior face à qualidade, à sustentabilidade e à diversificação da oferta. Neste contexto, surgem formas alternativas de turismo, capazes de atrair nichos de turistas e de diversificar a oferta de destinos tradicionais, bem como de criar novos destinos devidamente planeados e estruturados face a essa especialização turística. A presente dissertação de mestrado explora uma dessas especializações de turismo enquanto alternativa capaz de diversificar a oferta turística do concelho de Peniche: o turismo militar.

Numa primeira fase desta dissertação pretende-se fazer uma introdução ao turismo militar, no contexto do turismo cultural, nomeadamente, através da definição do conceito e das suas variantes, bem como através do *benchmarking*, com uma análise resumida de vários destinos exemplificativos da implementação deste tipo de turismo. Ainda nesta fase inicial pretende-se definir e caracterizar o público-alvo do turismo militar, bem como destacar a capacidade diferenciadora deste turismo especializado e apontar os principais pontos a ter em conta na sua divulgação e promoção.

Na segunda fase da dissertação pretende-se realizar uma caracterização relativamente exhaustiva do concelho de Peniche, com recurso a contextualizações histórica, geográfica e arquitectónica/defensiva, bem como com uma caracterização da realidade do turismo no concelho.

Após estas fases introdutórias pretende-se aplicar a nível teórico e prático o conceito de turismo militar no concelho de Peniche. Realiza-se, assim, uma análise da aplicação deste conceito no concelho de Peniche, com sistematização dos principais pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças, bem como com análise dos eventuais benefícios desta aplicação, que constitui um dos grandes objectivos desta dissertação. Ainda neste contexto inclui-se outro grande objectivo desta dissertação: a avaliação da viabilidade do turismo militar no concelho de Peniche, nomeadamente, através de análises comparativas e de recurso a inquéritos a visitantes, com o objectivo de averiguar, não só o interesse desses visitantes pelo turismo cultural e pelo turismo militar no concelho, mas também de averiguar a sua divulgação na actualidade, de forma a definir e implementar as estratégias de promoção adequadas. No fundo, esta dissertação não pretende apenas definir o conceito de turismo militar e aplicar esse mesmo conceito no concelho de Peniche; pretende também analisar a realidade do turismo e dos recursos turísticos já aí existentes, o grau de interesse dos visitantes actuais no turismo cultural/militar e ainda criar um projecto de implementação desse tipo de turismo no concelho em questão, através da definição das estratégias e linhas condutoras, das alterações estruturais, físicas e arquitectónicas, necessárias e ainda da estratégia de promoção, determinante para dar a conhecer este novo produto turístico do concelho e permitir alcançar aquele que é o objectivo fundamental da dinamização turística: a atracção de visitantes e a transformação dessas visitas em benefícios positivos para a região (nomeadamente, benefícios económicos), com base na sustentabilidade e na protecção dos recursos.

1. TURISMO MILITAR NO CONTEXTO DO TURISMO CULTURAL

1.1. CONCEITOS DE TURISMO

A Organização Mundial de Turismo (OMT) definiu o **turismo** como “o conjunto de actividades em que se empenham pessoas temporariamente afastadas do seu ambiente habitual, por um período não superior a um ano, e para uma alargada gama de lazer, negócios, razões religiosas, de saúde e pessoais, excluindo a obtenção de remuneração no local visitado ou uma mudança de residência a longo prazo” (Lew *et al*, 2007: 49).

No entanto, trata-se de um conceito extremamente complexo, alargado e abrangente, visto tratar-se de uma actividade “multidimensional, multifacetada, que toca muitas vidas e variadas actividades económicas” (Cooper *et al*, 1993: 4). Goeldner define-o como “um composto de actividades, serviços e sectores que proporcionam uma experiência de viagem”, englobando os “fenómenos e relações originados da interacção de turistas, empresas, governos locais e comunidades anfitriãs, no processo de atrair e receber turistas e outros visitantes” (Goeldner *et al*, 2002: 23). “Qualquer que seja o motivo da viagem, o turismo inclui os serviços e produtos criados para satisfazer as necessidades dos turistas”, incluindo “tanto a viagem até ao destino como as actividades realizadas durante a estada” (Sancho, 2001: 38-39), devendo este movimento de pessoas ser temporário, de curta duração e não remunerado.

Os intervenientes do processo turístico distinguem-se, no entanto, em diferentes categorias:

- a) Visitantes são todas as pessoas que se deslocam “para um lugar que não seja o de sua residência, por menos de doze meses, e cujo objectivo principal de viagem seja outro que não o exercício de uma actividade remunerada no país visitado” (Lickonish e Jenkins, 2000: 55).
- b) Turista é qualquer pessoa que “permanece, pelo menos, uma noite num meio de alojamento colectivo ou privado” no local visitado (Lickonish e Jenkins, 2000: 57).
- c) Visitante do dia é qualquer pessoa “que não pernoita num meio de alojamento colectivo ou privado” no local visitado (Sancho, 2001: 40).

Lew, Hall e Williams definem o **bem turístico** como “qualquer bem ou serviço de que uma parte importante da procura vem de pessoas empenhadas em turismo na

qualidade de consumidoras” (Lew *et all*, 2007: 51). O conjunto dos diferentes bens e serviços turísticos disponibilizados aos visitantes constituem o **produto turístico**, que inclui não só a oferta primária (o clima, a paisagem, a história, a cultura e o património, entre outros), como também as infraestruturas básicas e ainda a oferta derivada ou construída, nomeadamente, o alojamento, a restauração e todas as restantes estruturas complementares de apoio (Baptista, 2003: 39, adaptado). O produto turístico – que condiciona o tipo de turismo implementado em cada destino (Baptista, 2003: 118, adaptado) – reúne, assim, utilidades e benefícios para o consumidor e para a sua visita, podendo até assumir-se, não enquanto oferta física, mas enquanto experiência ou vivência, ao nível da interacção com os actores locais e com o próprio destino em si (Cooper e Hall, 2008: 26, adaptado).

1.2. TURISMO MILITAR NO CONTEXTO DO TURISMO CULTURAL

O **turismo cultural** “refere-se à afluência de turistas a núcleos receptores que oferecem como produto essencial o legado histórico do Homem em distintas épocas, representado a partir do património e do acervo cultural, encontrado nas ruínas, nos monumentos, nos museus e nas obras de arte” (Beni, 2007: 473). Segundo Yuill, trata-se de um fenómeno baseado nas motivações e nas percepções dos turistas, e não apenas nos atributos específicos de cada local de visita (Yuill, 2003: 49, adaptado). São, no fundo, todas “(...) as viagens provocadas pelo desejo de ver coisas novas, de aumentar os conhecimentos, conhecer as particularidades e os hábitos doutros povos, conhecer civilizações e culturas diferentes, do passado e do presente (...)” (Cunha, 2007: 49).

Neste contexto do turismo cultural, surgem diferentes motivações e objectivos dos visitantes e, conseqüentemente, estabelecem-se divisões noutras formas de turismo, mais específicas e orientadas para os interesses, não do todo – o público-alvo do turismo cultural – mas da parte, ou seja, orientadas para satisfazer a curiosidade de grupos com interesses concretos e definidos. Entre essas diferentes formas de turismo cultural considera-se relevante destacar e definir o **turismo militar**, também denominado por vários autores como “turismo de guerra”. Tal como Fraga sublinha, “(...) turismo de

guerra não pressupõe pacotes turísticos para áreas conflagradas¹, mas para locais que viveram tais situações e apresentam atracções, como museus, memoriais, sítios arqueológicos, arquitectura e outros elementos(...)" que evocam essa história e permitem aos visitantes conhecê-la melhor e até revivê-la (Fraga, 2002: 44). Fraga considera ainda que este interesse específico deve ser classificado como "outro tipo de turismo (...), pois apresenta novo chamamento de marketing e abriria nova possibilidade de perfil de turista (...)" (Fraga, 2002: 48). De facto, a implementação e desenvolvimento deste tipo de turismo permite novas visões e novas possibilidades para diferentes áreas, no contexto nacional e internacional, pois proporciona o surgimento de novas áreas turísticas e o reaproveitamento e a revitalização de áreas turísticas já existentes, dando a conhecer novos pontos de interesse e diversificando a oferta.

De uma forma geral, o turismo militar surge associado a palcos de batalha e de sofrimento, mas não só; surge também associado a locais com papéis importantes na história das nações e seus respectivos centros de interpretação, a museus militares, a fortificações e castelos, entre outros (Blackford, 2005: 181, adaptado). Internacionalmente, surge associado ao *dark tourism*, um tipo de turismo abrangente e com uma categorização complexa, mas que define essencialmente as visitas a locais, atracções ou eventos relacionados "com morte, sofrimento, violência ou desastre" (Sharpley e Stone, 2009: 4), nomeadamente, atracções de guerra/militares, cemitérios, palcos de atrocidades, genocídios e holocaustos, prisões e palcos de escravatura. Tarlow define-o como as "visitas a locais onde ocorreram tragédias ou mortes de relevância histórica e que continuam a ter impacto nas nossas vidas" (citado em Sharpley e Stone, 2009: 10), enquanto que Stone aponta o *dark tourism* como o "acto de viajar para locais associados com morte, sofrimento e macabro" (citado por Sharpley e Stone, 2009: 10). Vários autores distinguem ainda, como uma das formas de *dark tourism*, mais específica e menos abrangente, o *thanatourism*, que define a actividade turística relacionada especificamente com a morte (Sharpley e Stone, 2009: 10, adaptado), ou "o desejo de turistas de ver e experienciar locais associados com morte e sofrimento humano" (Best, 2007: 30), também denominado de *grief tourism*. Este conceito estabelece uma relação directa entre o turismo, a morte e o sofrimento, nomeadamente, a morte violenta.

¹ Apesar das visitas a palcos de guerra "activos" na actualidade não ser o enfoque do turismo militar ou turismo de guerra, trata-se de um nicho de mercado existente e que também se engloba neste conceito, sendo no entanto um nicho muito reduzido e com uma orientação muito específica.

Apesar do conceito de *dark tourism* ser relativamente recente – segundo Stone, foi implementado e popularizado como área para pesquisa por Lennon e Foley em 2000 (Stone, 2005: 112, adaptado), depois de Rojek ter definido pela primeira vez as *dark attractions* em 1993² (Sharpley e Stone, 2009: 12, adaptado) – trata-se de uma das mais antigas formas identificáveis de turismo do Mundo. As visitas a palcos de mortes, desastres e destruição decorreram desde o início dos tempos – por exemplo, as deslocações para presenciar as execuções públicas na era medieval ou para presenciar os jogos de gladiadores romanos ou até mesmo as peregrinações a túmulos de santos e apóstolos já constituíam formas de *dark tourism*. Já no século XVII os viajantes literários se deslocavam para conhecer as formas como outras culturas experienciavam a morte (Sharpley e Stone, 2009: 84, adaptado) e Sharpley cita ainda Boorstin (1964), que alega que a primeira vista guiada em Inglaterra em 1838 foi uma viagem de comboio com o objectivo de presenciar o enforcamento de dois assassinos (Sharpley e Stone, 2009: 4, adaptado). No entanto, Sharpley considera que será necessária mais discussão sobre este tipo de turismo e mais investigação nesta área, nomeadamente, para criar linhas orientadoras para questões de gestão e de ética destes locais de interesse, para perceber as verdadeiras motivações dos visitantes e ainda para definir estratégias para a gestão, desenvolvimento, interpretação e promoção destes locais (Sharpley e Stone, 2009: 8-9, adaptado), pois são, de um modo geral, locais com uma grande carga emocional e que exigem uma gestão, dinamização e divulgação cuidada e sempre atenta ao passado histórico e emotivo dos mesmos – um dos melhores exemplos, na actualidade, deste tipo de pontos de visita são os campos de concentração nazis do Holocausto.

Sharpley (Sharpley e Stone, 2009: 190-191, adaptado) distingue, essencialmente, três grandes tipos de *dark tourism*, nomeadamente:

- a) *Dark tourism* de origem natural e humana, que engloba os desastres naturais e as catástrofes humanas que, de uma forma geral, não têm uma causa humana associada. A procura turística deste tipo de locais deve-se a relatos históricos dos mesmos ou, na actualidade, à divulgação de notícias sobre esses acontecimentos – neste último caso gera-se um turismo reactivo e uma procura espontânea destes locais por parte dos visitantes, sendo necessária uma gestão reactiva dos mesmos de forma a garantir a sua exploração sustentável.

² Rojek, em 1993, definiu as *dark attractions* como “the commercial development of grave sites and sites in which celebrities or large number of people have met with sudden and violent death” (citado por Sharpley e Stone, 2009: 12).

- b) *Dark tourism* de origem humana, ao nível de locais/destinos que alteraram a sua função ao longo da história e se converteram em pontos de visita sem terem sido inicialmente concebidos como tal. São locais sem uma função turística original, mas que de alguma forma se tornaram obsoletos para a sua função original e foram depois convertidos em locais com interesse turístico, nomeadamente, prisões, instalações militares, catacumbas, entre outros. A gestão turística é aqui necessária e determinante para a alteração da função do local e da comercialização do mesmo.
- c) *Dark tourism* de origem humana, ao nível de atrações criadas propositadamente para esse efeito e com função original e exclusivamente turística. Nestes locais a gestão turística actua, não apenas ao nível da coordenação e dinamização, mas especialmente ao nível da criação do produto, da sua delineação/definição e ainda da sua promoção e distribuição.

Stone, por sua vez, (Stone, 2006: 152-157, adaptado) distingue sete tipos de *dark attractions*:

- a) *Dark fun factories* – locais/atracções que têm como principal enfoque o entretenimento, que apresentam mortes reais ou fictícias e eventos macabros, e possuem um elevado nível de infraestruturas turísticas.
- b) *Dark exhibitions* – locais que têm um enfoque mais sério sobre a morte, o sofrimento e o macabro, bem como uma mensagem comemorativa, educacional e reflectiva que potencia a aprendizagem, como por exemplo, as exposições de instrumentos de tortura.
- c) *Dark dungeons* – locais/atracções relacionados com justiça e questões penais, nomeadamente, antigas prisões. Ocupam locais que foram construídos com outra função que não a função turística, e que foram posteriormente adaptados para receber visitas. Nesta categoria integram-se Alcatraz e Robben Island, bem como a fortaleza de Peniche enquanto antiga prisão política do regime salazarista.
- d) *Dark Resting Places* – cemitérios, campas e similares.
- e) *Dark shrines* – locais que evocam a memória por mortes recentes, construídos próximos do local da morte e pouco tempo depois do mesmo.
- f) *Dark conflict sites* – locais associados à guerra, nomeadamente, campos de batalha. Com enfoque nos factos históricos, possuem um objectivo comemorativo e educacional.

g) *Dark camps of genocide* – locais de genocídios, atrocidades e catástrofes.

Actualmente, as atracções turísticas associadas à guerra e às questões militares constituem uma das maiores categorias de pontos de visita em todo o Mundo. Também um pouco por toda a parte se aposta nesta “nova” forma de turismo, nomeadamente, desde a segunda metade do século XX, não só devido ao reconhecimento da sua importância como forma de diversificar a oferta e promover destinos turísticos, mas também devido ao aumento do número de locais de visita que se integram nesta categoria e ainda devido ao aumento do número de interessados em visitar *dark attractions* (Sharpley e Stone, 2009: 5, adaptado).

1.3. DESENVOLVIMENTO E IMPLEMENTAÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO MILITAR – BENCHMARKING

Um dos exemplos da implementação do turismo militar a nível mundial regista-se no Gana, num projecto denominado de “Fortes dos Escravos”, que alia a história daquele país às estruturas defensivas construídas para dinamizar o comércio de escravos entre os séculos XVI e XIX. Trata-se de cerca de oitenta castelos, fortes e outras estruturas relacionadas com o comércio de escravos na Costa do Ouro (África Oeste) e localizadas em pontos estratégicos com ligações marítimas e terrestres determinantes e com excelentes posições estratégico-defensivas. Estas estruturas, que permitiam a defesa dos bens (essencialmente ouro e escravos, de grande valor na época) e pessoas e evitavam as fugas e insurreições dos escravos, foram organizadas num roteiro que permite perceber melhor e até reviver as realidades históricas, bem como apreciar de uma forma diferente as paisagens e belezas naturais daquele país africano (Dann e Seaton, 2001: 31-37, adaptado). Também no Brasil foi implementado um projecto de turismo militar, com o aproveitamento do maior conjunto de fortificações desse país para fins turísticos. Com base nas estruturas defensivas construídas ao longo de vários séculos para a defesa das vilas de S. Vicente e de Santos, bem como do porto de Santos, foi implementado o “Circuito dos Fortes”, que tem como principais objectivos estimular o turismo naquela região, organizar o padrão de atendimento dos visitantes e ainda facilitar o acesso aos edifícios históricos. O programa segue o tema “Circuito dos Fortes – Cinco séculos de história em oito pontos estratégicos” e reúne as condições necessárias para o aproveitamento desse património da região metropolitana da Baixada Santista,

proporcionando a dinamização turística da mesma (www.agem.sp.gov.br/projetos_fortes.htm, consultado em 29/09/2011, adaptado).

Na Europa foi implementado um Projecto Europeu de Cooperação Transnacional supervisionado pelo Conselho Geral do Norte: o Projecto Septentrion³. Trata-se de dezanove localidades fortificadas no Nordeste europeu – nomeadamente, em França, Bélgica e Holanda – unidas num projecto de cooperação transfronteiriça com o lema “*De la ville forte à la ville durable / From fortified town to sustainable town*” (De cidade fortificada a cidade sustentável). Estas localidades uniram as suas experiências e competências num projecto com objectivos comuns: o planeamento urbano e o desenvolvimento das localidades, a protecção e dinamização das heranças naturais e culturais de cada localidade, a consciencialização e o envolvimento dos seus habitantes no projecto e no futuro das localidades. No fundo, o grande objectivo é o desenvolvimento de modelos de cidades sustentáveis baseados no reconhecimento da herança patrimonial pelos seus próprios habitantes. Através do envolvimento activo dos habitantes pretende-se assegurar o sucesso do desenvolvimento futuro destas localidades e assim alcançar o reconhecimento internacional com vista a uma eventual candidatura conjunta e coordenada a Património Mundial da UNESCO. Este projecto resultou na “Carta Conjunta das Cidades Fortificadas”, publicada em Dezembro de 2003, que se destaca pelo método inovador baseado na relação entre o ambiente, a herança e a comunidade, com o qual se pretende alcançar um desenvolvimento urbano sustentável (<http://www.septentrion-nwe.org>, consultado em 25/04/2010, adaptado).

Um pouco por todo o Mundo, e desde as últimas décadas do século XX, várias antigas prisões foram reabilitadas e convertidas em destinos turísticos, em hotéis e até em condomínios residenciais e/ou turísticos. Entre muitas outras contam-se Pertridge em Melbourne, Pudu em Kuala Lumpur e Eastern State Penitentiary em Philadelphia, sendo as mais conhecidas e mediáticas as prisões de Alcatraz (EUA) e de Robben Island (África do Sul). Apesar de partilharem um passado histórico penal e de se distinguirem pela sua localização em ilhas relativamente próximas das respectivas costas, Alcatraz e Robben Island constituem prisões com histórias muito diferentes e com processos de revitalização diversos.

³ O Projecto Septentrion envolve dezanove localidades fortificadas localizadas na *Low Country*, um importante centro das grandes revoluções culturais e económicas europeias, cujas fronteiras se foram alterando com os conflitos e tratados que decorreram na Europa. Este projecto envolve quatro localidades belgas (Bruxelas, Charleroi, Ieper e Lanaken), duas localidades holandesas (Maastricht e 'S-Hertogenbosch) e treze localidades francesas (Aire-sur-la-Lys, Bergues, Bouchain, Cambrai, Condé-sur-l'Escaut, Gravelines, Landrecies, Le Quesnoy, Lille, Maubeuge, Montreuil-sur-mer, Saint-Omer e Walten). (<http://www.septentrion-nwe.org>, consultado em 25/04/2010, adaptado).

Alcatraz teve diversos ocupantes e diversas utilizações até à actualidade. Devido à sua localização albergou o primeiro farol da costa oeste norte-americana, bem como um importante forte militar. Entre 1969 e 1972 a ilha foi ocupada pela resistência índia e palco de protestos na luta pelos seus direitos. Foi depois utilizada como prisão para prisioneiros comuns que transgrediam os códigos penais estatais e as leis federais.

Em contrapartida, Robben Island recebeu prisioneiros políticos, inimigos e oponentes políticos do regime *apartheid*, como por exemplo, Nelson Mandela. Esta prisão sofreu uma passagem de prisão a museu bastante acelerada e num contexto nacional de “calamidade política” – logo após a queda do regime optou-se por aí criar um museu como monumento à derrota do *apartheid*, para “comunicar e promover a reconciliação e a capacidade dos oprimidos para sobreviver e ultrapassar as dificuldades, qualidades necessárias à construção da África do Sul enquanto nação” (Strange e Kempa, 2003: 394). Neste contexto político e face ao seu poder simbólico para inspirar a reinvenção política e social, bem como devido ao seu potencial educativo, Robben Island venceu a candidatura a Património Mundial da UNESCO (Strange e Kempa, 2003: 395, adaptado).

O ponto de visita principal e tema de destaque na visita a Robben Island é a visita à cela da prisão onde Nelson Mandela passou dezoito dos seus vinte e sete anos de prisão. No entanto, existem muitos outros pontos de visita, nomeadamente, reconstituições do quotidiano dos prisioneiros, exposições dos seus objectos de uso pessoal e ainda exposições sobre a vida das mulheres dos prisioneiros e a forma como viviam e geriam a vida familiar e a luta política com os respectivos maridos na prisão (Strange e Kempa, 2003: 395, adaptado). Esta principal atracção cultural turística da África do Sul permite também conhecer um pouco da história daquele país, bem como as suas diferentes e complexas culturas, pois exhibe vestígios da população aborígine *Khoi*, vestígios da época colonial e ainda da Segunda Guerra Mundial (Shackley, 2001: 355, adaptado).

Com 475ha e uma importante fauna e flora, Robben Island sofreu um processo de implementação e abertura ao público invulgar e mesmo “apressado”. A transformação da prisão no *Robben Island Museum* sucedeu sem planeamento e sem infraestruturas para receber os visitantes; devido à pressão política do período da queda do regime, em 1997 passou de prisão de acesso condicionado a atracção cultural de acesso livre. Porém, o número de visitantes excedeu todas as expectativas e surgiu a necessidade de criar e implementar uma estratégia de gestão para o presente e para o futuro, com

melhoria das infraestruturas e estruturação das visitas (Shackley, 2001: 359-361, adaptado).

Menos mediática, mas um dos símbolos do nacionalismo irlandês, é a *Kilmainham Jail*, uma prisão que funcionou entre 1796 e 1924 e que, nas décadas de 1950 e 1960, foi reconstruída com o propósito de receber visitantes. Esta prisão albergou presos de delito comum e presos políticos e simboliza a luta pela independência, permitindo um melhor conhecimento e aprofundamento da história da Irlanda, nomeadamente, da história da revolução irlandesa. Actualmente recebe entre 100.000 e 110.000 visitantes por ano e constitui um dos principais pontos turísticos do país (Zuelow, 2004: 180-184, adaptado). No mesmo contexto destaca-se também *Norfolk Island*, na Austrália, a 1035 milhas de Sydney e a 660 milhas de Auckland, Nova Zelândia. Esta ilha isolada, desabitada, relativamente distante da costa e com um clima sub-tropical, oferecia as condições ideais para se tornar uma ilha-prisão, tendo sido utilizada como “colónia penal” a partir do final do século XVIII. Actualmente trata-se de um ponto turístico australiano com visitas à ilha com o objectivo de conhecer os edifícios da antiga prisão e perceber o quotidiano dos prisioneiros (Best, 2007: 34, adaptado).

Ainda neste contexto de prisões políticas é importante referir o caso português da sede da PIDE/DGS em Lisboa, na Rua António Maria Cardoso, que foi recentemente convertida num condomínio privado de luxo. Este edifício histórico com vários séculos, que integrou o património da Casa de Bragança, funcionou como sede da polícia política até ao 25 de Abril de 1974 e manteve-se em total abandono desde então, até ser vendido e convertido num condomínio de luxo desenvolvido pela empresa GEF – Gestão de fundos Imobiliários, S.A.. Trata-se de um tipo de revitalização de edifício histórico não direccionado para as visitas turísticas no âmbito do turismo militar, mas que permitiu recuperá-lo do estado de abandono e reconvertê-lo num edifício de uso quotidiano, preservando o seu passado – no entanto, esta reabilitação observou alguma polémica, pois vários grupos defendiam a sua reconversão enquanto monumento alusivo ao período da ditadura e o Bloco de Esquerda chegou até a propor a criação de um Museu da Liberdade e Cidadania no local (<http://www.publico.pt/Local/grupo-manifestase-hoje-contr-condominio-de-luxo-na-antiga-sede-da-pide-1234739>, consultado em 15/11/2011, adaptado)⁴.

Noutra perspectiva do turismo militar, na vertente dos palcos de guerra, enquadra-se o campo de batalha de Waterloo, o único campo de batalha europeu “com estatuto

⁴ O condomínio privado de luxo denomina-se de “Paço do Duque” e pode ser acedido em www.pacododuque.com.pt.

turístico mundial duradouro” (Seaton, 1999: 130). As visitas a este campo de batalha tiveram início ainda durante o conflito⁵ e vieram alterar o cenário dos itinerários turísticos europeus a partir da Inglaterra, tornando-se um dos primeiros destinos europeus de Thomas Cook. Durante cerca de um século, e até à Primeira Guerra Mundial, foi o campo de batalha mais visitado da Europa e tornou-se um símbolo militar britânico; actualmente é ainda o segundo ponto de visita mais importante da Bélgica, com 135 monumentos e memoriais (Seaton, 1999: 130, adaptado).

Também neste contexto de campos de batalha, mas bastante mais recente, destacam-se os campos de batalha da Segunda Guerra Mundial, não só na Europa, mas também um pouco por todo o Pacífico Sul. Ao longo de uma vasta região existem numerosos detritos de guerra, destacando-se dois pontos: Pearl Harbour, pela sua importância histórica, e os Memoriais da Bomba Atómica (*Atomic Bomb Memorials*). Estes vestígios do Pacífico Sul são memoriais da acção da guerra e do sofrimento humano, e os seus visitantes passam pelos habituais interessados no turismo militar/de guerra, mas também por uma categoria muito específica de visitantes: os praticantes de mergulho, que aqui encontram numerosas áreas subaquáticas para explorar, nomeadamente, vestígios de barcos de guerra afundados (Cooper, 2006: 213-214, adaptado).

1.4. PÚBLICO-ALVO DO TURISMO MILITAR E SUAS MOTIVAÇÕES

Sharpley distingue dois tipos de visitas a destinos de turismo militar: a “visita” ou “tour”, com o objectivo de perceber e conhecer melhor os acontecimentos aí evocados e o próprio local em si; e a “peregrinação”, com um objectivo mais espiritual e mais centrada na memória e até na introspecção (Sharpley e Stone, 2009: 190-191, adaptado). Esta “peregrinação” foca-se na contemplação, na experiência espiritual e emocional e passa, muitas vezes, pela necessidade de prestar condolências aos mortos, de visitar túmulos e memoriais, de prestar homenagem (Sharpley e Stone, 2009:194, adaptado); encarando os palcos de batalhas como locais sagrados, os visitantes identificam-se como peregrinos durante as suas vistas aos mesmos (Gatewood e Cameron, 2004: 194, adaptado).

⁵ A batalha de Waterloo ocorreu no dia 18 de Junho de 1815 durante cerca de oito horas e numa área de doze milhas quadradas. Próxima de Bruxelas, esta batalha uniu Wellington e Blucher, à frente de um exército de aliados de seis nacionalidades, contra Napoleão; os aliados derrotaram o exército francês e terminaram assim o domínio de Napoleão sobre a Europa (Seaton, 1999: 132, adaptado).

As motivações do público-alvo de turismo militar são, no fundo, o entretenimento, a memória e a educação (Lennon e Foley, 1999: 46-47, adaptado), associadas à nostalgia, ao sentido de identidade e ao desejo de celebração da história, da nacionalidade e da identidade comum (Sharpley e Stone, 2009: 10-11, adaptado). Em muitos casos, a morte em função de uma causa comum, estabelece até uma consolidação da noção abstracta de nação e a veneração do conflito militar e das conseqüentes mortes surgem, assim, associadas a um Nacionalismo moderno (Gatewood e Cameron, 2004: 193, adaptado).

Segundo Gatewood, muitos dos visitantes de turismo militar pretendem “consumir história de uma forma profunda, afectiva e pessoal” (Gatewood e Cameron, 2004: 194), tal como se voltassem atrás no tempo e conseguissem experienciar os eventos históricos de forma pessoal e até educacional. Esta “experiência ou emoção religiosa de estar acordado na presença de algo sagrado” (Gatewood e Cameron, 2004: 194) foi definida por este autor como *numen-seeking*, e tem como objectivo transcender o presente e alcançar/viver o passado através de visitas a este tipo de locais, de forma a experienciar a realidade histórica. Gatewood sugere ainda que este tipo de experiência pode ser vivida face a objectos ou contextos não-religiosos e consiste naquilo que os visitantes procuram quando se deslocam a locais históricos.

Ainda segundo a investigação levada a cabo por Gatewood no Parque de Gettysburg⁶, os principais motivos para a visita deste tipo de local passam pelo interesse na história, pelas memórias familiares e pelas ligações pessoais e ainda pelo interesse no drama de um palco de batalha (Gatewood e Cameron, 2004: 193, adaptado).

Assim, o público-alvo do turismo militar torna-se bastante abrangente e diversificado e inclui não só os visitantes em lazer, interessados na história militar e na especificidade da questão militar, mas também os visitantes integrados nas visitas educacionais realizadas pelas escolas e por outros estabelecimentos de ensino, membros e ex-membros das Forças Armadas, veteranos de guerra, viúvas e familiares (não só directos, mas também familiares de segunda e de terceira geração) de veteranos de guerra, membros de organizações não-militares, entre outros (Sharpley e Stone, 2009: 194-199, adaptado).

As denominadas “peregrinações” a destinos de turismo militar constituem visitas com o objectivo específico da memória e da evocação, focadas na experiência espiritual e emocional, bem como na necessidade de prestar condolências. Este tipo de evocação

⁶ O Parque de Gettysburg foi criado na segunda metade do século XIX, após a Batalha dos Três Dias, que decorreu em Julho de 1863 (Gatewood e Cameron, 2004: 193, adaptado).

espiritual, aliada a cerimónias, serviços religiosos e “peregrinações”, pode contribuir para a elevação de certos palcos de turismo militar a símbolos nacionais públicos de luto, culminando no *grief tourism* (Sharpley e Stone, 2009: 194-199, adaptado).

Em contrapartida, uma grande parte dos visitantes de destinos de turismo militar são visitantes interessados na questão histórico-militar, sem um interesse muito específico ou espiritual, mas que visitam regularmente destinos dentro dessa área temática. Sharpley refere um inquérito realizado em 2006 pela Royal British Legion, no Reino Unido, com uma amostra de mil pessoas, das quais 28% já tinham visitado um destino de turismo militar fora do seu país; 34% dos homens e 11% das mulheres afirmaram ainda interessar-se pela história militar (Sharpley e Stone, 2009: 190, adaptado), o que aponta este tipo de turismo como abrangente e atractivo.

1.5. DIVULGAÇÃO E PROMOÇÃO DO TURISMO MILITAR

Muitos “palcos de guerra” ou “campos de batalha” não são mais do que terrenos vazios, limpos de detritos de guerra e fisicamente pouco interessantes; para serem visitados e interpretados como tal necessitam de uma transformação em “paisagens culturalmente interessantes ou significativas” (Gatewood e Cameron, 2004: 193), ou seja, precisam de passar de locais indiferenciados para “paisagens ideologicamente codificadas” (Gatewood e Cameron, 2004: 210), através da construção de monumentos, da aplicação de sinais e placas, da utilização de textos verbais e escritos, visitas guiadas ou orientadas, que permitem uma experiência orientada dos visitantes e uma consequente interpretação do espaço físico enquanto local de interesse histórico-militar (Gatewood e Cameron, 2004: 193, adaptado). A interpretação assume-se, assim, como um dos primeiros passos para o desenvolvimento de um destino de turismo militar, já que permitirá atrair e fidelizar mais visitantes, dando a conhecer toda a informação necessária para uma maior percepção e uma melhor compreensão do destino visitado – « (...) sem interpretação (ou, mais especificamente, sem a devida e apropriada interpretação), os locais ou as atracções poderão permanecer sem sentido nem significado para o visitante; palcos de batalhas, de desastres ou de outros eventos trágicos podem permanecer “vazios”, ou os museus podem apresentar colecções de objectos inanimados que, descontextualizados, têm pouco ou nenhum significado ou interesse para o visitante. Como consequência, a experiência do visitante pode ser

diminuta. Assim, a interpretação eficaz pode servir para melhorar a experiência do visitante, trazendo um local ou atracção “morto” de volta “à vida”.» (Sharpley e Stone, 2009: 113, adaptado).

Para além desta reorganização e dinamização turística, estes pontos de visita necessitam também de uma estratégia de marketing que permita a sua divulgação e promoção, com o objectivo de atrair os desejados visitantes de uma forma controlada, organizada e económica e socialmente benéfica para o destino. Neste contexto torna-se determinante a aplicação de uma estratégia de marketing turístico bem elaborada, que permitirá “conceber uma situação orientada para o equilíbrio entre a satisfação das necessidades dos turistas e as necessidades e os interesses dos destinos e das organizações” (Baptista, 2003: 35). Baptista define o marketing turístico como “(...) um processo de gestão através do qual as organizações de turismo identificam os seus clientes seleccionados, presentes e potenciais, e comunicam com eles (...) para compreender e influenciar as suas necessidades, desejos e motivações (...)” (Baptista, 2003: 35), permitindo assim um desenvolvimento do processo turístico de forma adequada e sustentada.

Os destinos de *dark tourism* necessitam especificamente de uma estratégia de marketing que tenha em conta a sensibilidade dos diferentes tipos de visitantes, já que diferentes pessoas irão ter diferentes interpretações e diferentes perspectivas do local, assim como irão necessitar de serviços diversos e adaptados (Sharpley e Stone, 2009: 200-203, adaptado). Trata-se de produtos “com elevada carga emocional e política”, fáceis de comercializar e difíceis de interpretar, e especialmente atractivos caso tenham aí ocorrido “formas de morte e sofrimento/tortura cruéis”, caso o regime histórico ou político em causa tenha sido “manifestamente injusto” ou caso aí tenham estado fisicamente presentes “pessoas famosas ou conhecidas” (Sharpley e Stone, 2009: 200-203, adaptado), pois, de uma forma geral, e ainda segundo o autor, uma maior carga emocional e um maior grau de sofrimento e de injustiça permitem uma atracção mais intensa de visitantes (Sharpley e Stone, 2009: 200-203, adaptado).

A promoção turística surge, assim, e no contexto da respectiva estratégia de marketing, como um dos factores determinantes para a divulgação de um destino e para a concretização do objectivo primordial: a atracção de visitantes. Segundo Lew, Hall e Williams, “a promoção de um lugar ocorre através de uma variedade de esferas – mais obviamente em anúncios, em websites e em brochuras – mas igualmente através da cooperação de peritos em marketing de lugares com rotas turísticas, jornalistas de

viagens e agências especializadas em cinema” (Lew *et al*, 2007: 202) e é esta utilização da publicidade e do marketing para comunicar imagens de localidades, áreas ou pontos de interesse a determinadas audiências seleccionadas que permite dar a conhecer ao público-alvo as atracções disponibilizadas (Lew *et al*, 2007: 202, adaptado).

Esta estratégia de marketing turístico deve ter sempre em conta os diferentes *stakeholders* do destino; deve identificar as diferentes perspectivas e interesses de todos os intervenientes, recorrendo à consulta dos mesmos e à participação de todos, de forma a ir ao encontro das necessidades de todos os *stakeholders* desse destino turístico (Sharpley e Stone, 2009: 4, adaptado). Só com uma actuação concertada e coordenada entre todos os agentes, públicos e privados, para a definição das estratégias, ao nível do planeamento e dos programas operacionais, será possível colocar em prática um plano de marketing eficaz, coerente, que respeite os interesses de todos os intervenientes e que proporcione o devido desenvolvimento turístico a nível local e/ou regional (Baptista, 2003: 177, adaptado).

Após a criação/definição do produto de turismo militar e do início da sua implementação efectiva, será então necessário definir a estratégia de marketing que permitirá a sua divulgação e promoção com o objectivo de atrair os visitantes ao destino em questão. Para essa definição deverão realizar-se estudos de mercado para constatação dos mercados turísticos já existentes no destino, bem como dos seus padrões (ao nível do tipo de interesses manifestado, do tipo de alojamento utilizado, da duração da visita, entre outros), de forma a conhecer a realidade do público-visitante já existente. A partir daí, deve ser definido o tipo de público-alvo que se pretende captar com o tipo de turismo em implementação, analisando os mercados turísticos potenciais e definindo as estratégias necessárias para proceder à sua atracção, através da colocação em prática de medidas de divulgação e promoção que permitam dar a conhecer o produto a esses mesmos mercados (Mason, 2008: 99-100, adaptado). O gestor ou a entidade gestora responsável por esta estratégia de marketing e respectiva implementação deverá ser sempre multifacetado e diplomata, com alargados conhecimentos a nível social e cultural, de forma a conseguir uma boa ligação entre todos os *stakeholders* do destino: só com a identificação das perspectivas e interesses de todos os intervenientes se poderá ir ao encontro dos melhores proveitos provenientes do desenvolvimento turístico (Sharpley e Stone, 2009: 98 – 107, adaptado).

1.6. DIFERENCIAÇÃO – TURISMO MILITAR ENQUANTO TURISMO ESPECIALIZADO

Actualmente, “o turismo é uma actividade dinâmica, criativa, de inovação” (Simões e Ferreira, 2009: 16); é também uma actividade extremamente competitiva, que exige uma actualização constante face às evoluções e tendências. No contexto actual do turismo, os produtos disponíveis necessitam manter-se em aperfeiçoamento e adequação constantes; novos produtos estruturam-se regularmente de forma a dar resposta às exigências de novos mercados consumidores; e os destinos precisam manter-se competitivos face à concorrência (Simões e Ferreira, 2009: 16, adaptado).

Apesar do contínuo crescimento da actividade turística a nível mundial, são cada vez mais os turistas “que recusam viajar com programas de turismo de massa e de grande distância, próprios do turismo fordista: querem algo menos tradicional, mais diferenciado, direccionado, personalizado, variável, centrado na qualidade, na cultura e no ambiente, com valores intangíveis (...); e exigem uma inovação constante da oferta, traduzida em novos processos produtivos (...)” (Simões e Ferreira, 2009: 17). Segundo Simões, “o mercado turístico de hoje é particularmente marcado pela pluralidade das motivações ou pelo potencial dos diferentes destinos” (Simões e Ferreira, 2009: 18), sendo “as procuras cada vez mais selectivas nos tipos de férias e de viagens” (Simões e Ferreira, 2009: 16). Afirma ainda que “a competitividade à escala global, a constante busca da inovação e o desejo permanente da diferença impulsionaram a progressiva segmentação do mercado turístico, conduzindo ao aparecimento de uma grande diversidade e multiplicidade de produtos turísticos” (Simões e Ferreira, 2009: 30). A própria Organização Mundial do Turismo (OMT) aponta para a necessidade de criar produtos e serviços novos e diversificados, bem como para a necessidade de desenvolver e direccionar melhor o marketing e a promoção (Hazebroucq, 2003: 66-67, adaptado). Torna-se, assim, determinante diferenciar os destinos, bem como diversificar a base económica e as funções de cada destino, de forma a torná-lo mais competitivo e menos dependente e, conseqüentemente, aproveitar o turismo enquanto benefício para o desenvolvimento do próprio destino (Baptista, 2003: 177, adaptado). Essa diferenciação dos produtos e destinos turísticos permite também uma melhor e mais eficaz penetração no mercado, e pode contribuir para a redução da sazonalidade, nomeadamente, nos destinos tradicionais de sol e mar (Goulding, 2003: 152, adaptado).

Na actualidade, as grandes linhas condutoras do desenvolvimento turístico privilegiam a segmentação e a especialização no turismo de nicho – em substituição do turismo de massas, abrangente e pouco especializado, surge um turismo mais pessoal e direccionado, criado quase à medida de cada um. Segundo Marta Suplicy, ministra brasileira do turismo, “turismo é nicho” (Suplicy, citada por Simões e Ferreira, 2009: 18). “Como vantagens da segmentação do mercado relevam-se, habitualmente, a identificação de oportunidades de desenvolvimento de novos produtos (...); a formatação de novos tipos de turismo, a estruturação e consolidação de roteiros e destinos, a criação de roteiros temáticos” (Simões e Ferreira, 2009: 19). Também Baptista destacava, em 2003, esta linha condutora no Plano Regional de Turismo do Algarve (PRTA) vigente naquela data, que incluía, enquanto objectivos operacionais, a redução da sazonalidade, a exploração da promoção e a diversificação de produtos, nomeadamente, ao nível da estimulação do desenvolvimento de novos produtos e de outras formas de turismo, como o turismo de natureza, cultural e cinegético, em alternativa ao tradicional turismo de sol e mar (Baptista, 2003: 219, adaptado).

É neste contexto que também surge a especialização no turismo militar, geralmente integrado de forma generalista no turismo cultural, que pode contribuir para a criação e dinamização de novos destinos turísticos, bem como para a revitalização de destinos já existentes, criando novos pontos de interesse, reduzindo a sazonalidade e permitindo uma optimização de todos os recursos já existentes. Smith cita Warner, que propõe o *dark tourism*, entre outros tipos de turismo de interesse especial, como parte de uma estratégia para desenvolver alternativas ao tradicional turismo de sol e mar no norte do Chipre (Smith e Croy, 2005: 207, adaptado). Sharpley aponta o *dark tourism* como um tipo de turismo alternativo para visitantes interessados em experiências ou vivências diferentes do habitual, nomeadamente, numa busca pela verdade e pela realidade no contexto de uma visita turística (Sharpley e Stone, 2009: 134, adaptado).

Um exemplo interessante e relativamente próximo, face ao concelho de Peniche, é o caso da Catalunha, uma região espanhola cujo turismo predominante foi, desde sempre, o turismo de sol e mar, que começou a apresentar sintomas de desgaste e esgotamento. Decidiu-se, então, diversificar e enriquecer a oferta turística dessa região através da dinamização do turismo cultural, nomeadamente, com grande destaque para os castelos e fortalezas catalães. Apostou-se na reutilização desse mesmo património, bem como na sensibilização para a sua dinamização e preservação, alcançando uma alternativa ao turismo de sol e mar que veio reequilibrar a actividade turística naquele território e

reduzir a sazonalidade no sector; em simultâneo, conseguiu-se uma divulgação mais generalizada da oferta cultural da região, não só ao nível de manifestações histórico-monumentais, mas também das manifestações artísticas, folclóricas e gastronómicas. A *Fundació Castells Culturals de Catalunya* agrupa actualmente setenta e sete castelos, onde organiza diversas actividades culturais e iniciativas orientadas para a conservação, reabilitação e exploração turística dos mesmos. Defendendo um conceito de património enquanto “cultura viva”, esta fundação tem vindo a divulgar e a promover estes monumentos, contribuindo para o aumento do número de visitantes e das consequentes receitas, proporcionando fundos para a recuperação desses edifícios. Segundo Palomeque e Martín, as estratégias combinadas desta fundação têm permitido um bom posicionamento no mercado desta oferta cultural da Catalunha, nomeadamente, através da promoção da mesma com recurso a acções convencionais de publicidade e divulgação, bem como com recurso à organização de eventos esporádicos, à criação de rotas e itinerários e ainda à criação de produtos e temáticas integrados. Estes autores afirmam que “(...)a nova modalidade «turismo de castelos e fortalezas» engloba todas as deslocações e visitas realizadas para admirar e entrar em contacto com conjuntos monumentais de carácter militar ou defensivo com o objectivo de fazer o turista participar nas épocas históricas passadas, mas também com o objectivo de torná-lo conhecedor das manifestações artísticas, folclóricas, gastronómicas e culturais de uma localidade.” (Palomeque e Martín, 2006: 3, adaptado).

No contexto português existe também um exemplo interessante da aposta no turismo de índole militar como alternativa ao turismo “tradicional” e como eixo estratégico para o desenvolvimento de um concelho e de uma região: o concelho de Almeida. Após o diagnóstico das principais debilidades de Almeida no contexto turístico – em que se destacaram a desorganização da oferta, a descoordenação entre os diferentes actores, a falta de promoção e a desarticulação do sector em termos regionais e transfronteiriços – decidiu-se criar uma nova estratégia com o objectivo de rentabilizar o potencial turístico da região e de reanimar a economia local. De forma a contrariar a desertificação do espaço rural – um dos grandes problemas sociais e económicos deste concelho – decidiu-se apostar num desenvolvimento sustentado do concelho e da região, baseado na rentabilização das potencialidades locais. Através de um plano estratégico de marketing com uma perspectiva profissional e coerente, iniciou-se a requalificação do património cultural (nomeadamente, dos edifícios de índole militar, predominantes naquela localidade) e a reorganização da oferta turística; realizaram-se intervenções de

reabilitação física e funcional dos edifícios e monumentos, intervenções de reabilitação, de limpeza e recuperação da muralha setecentista e dos respectivos baluartes de Almeida; reintegrou-se o quotidiano da localidade no próprio património, de forma a dinamizar todas as diferentes áreas da localidade enquanto zonas vivas; e requalificou-se a oferta turística através do trabalho concertado entre os diversos actores locais e regionais, permitindo uma requalificação da oferta turística, bem como do próprio concelho e da região envolvente (Fonseca e Ramos, 2007: 3-5, adaptado). Segundo os autores Fonseca e Ramos, “(...) importa adaptar uma perspectiva transversal e integrada de todas as actividades que alimentam e qualificam os recursos turísticos, tanto a montante, onde se incluem actividades como a produção de artesanato, de produtos locais ou a preservação do património, como a jusante, onde se inserem actividades como a animação turística, pontos de venda de recursos, serviços turísticos, etc.” (Fonseca e Ramos, 2007: 5). Estes autores alertam também: “o turismo não deve ser considerado como a panaceia que resolverá todos os problemas de desenvolvimento, mas sim como um elemento de charneira que contribuirá para a diversificação de actividades (...) e para a valorização dos recursos locais” (Fonseca e Ramos, 2007: 5).

De facto, “o património cultural é considerado um grande diferenciador entre as localidades turísticas, sendo uma óptima forma de incrementar o poder de atracção das mesmas. Com a tendência actual de massificação dos produtos (inclusive os turísticos), a inovação passa a ser componente importante para a manutenção da atractividade (...)” (Carvalho, 2005: 2). Para além de aumentar o nível de atractividade de um local, a relação entre o turismo e a cultura – especificamente nas vertentes de turismo cultural e turismo militar – apresenta vários outros benefícios, nomeadamente, a revitalização da identidade cultural e a agilização da conservação do património, bem como o incentivo à inovação e um aumento da oferta turística e da atractividade.

2. O CONCELHO DE PENICHE

2.1. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-GEOGRÁFICA

Ao longo de vários séculos e já desde a Pré-História, a região de Peniche recebeu diversos povos; no entanto, por volta do ano 990 a ilha rochosa⁷ de Peniche estaria praticamente deserta. O ressurgimento da povoação teria início no século XI⁸, quando alguns habitantes da vizinha localidade de Atouguia começaram a pescar junto à ilha e aí construíram cabanas e armazéns de peixe.

Atouguia, porém, contava-se entre os portos portugueses mais importantes já no século XII, não só devido à prática pesqueira, mas também devido à sua importante actividade agrícola e à sua localização geográfica, constituindo um bom entreposto comercial. D. Guilherme de Cornes, cruzado que participou na conquista de Lisboa aos Mouros em 1147⁹, recebeu de D. Afonso Henriques a herdade de Atouguia, onde já existia um castelo que permitia a defesa da região e o seu desenvolvimento demográfico e económico. Na época, as principais actividades económicas da herdade de Atouguia eram a agricultura, a pastorícia, a exploração de salinas e a pesca (com destaque para a pesca da baleia¹⁰), constituindo um dos mais importantes portos litorais portugueses que exportava a produção da região envolvente para outras regiões do país e até para o estrangeiro.

Se no século XIII se mantinha a actividade piscatória, bem como uma efectiva ligação marítima entre a Consolação e o Baleal, nos séculos XIV e XV começava já a notar-se um progressivo assoreamento desta área e em vários portulanos e cartas deste período surge Peniche já ligada ao continente. No entanto, Peniche mantinha-se uma ilha – à semelhança da ilha do Baleal –, onde a comunidade de habitantes aumentava

⁷ A ilha de Peniche, com cerca de 150 milhões de anos, constitui-se essencialmente por calcários compactos, margas e grés calcários (Calado, 1991: 45, adaptado).

⁸ Nas *Memórias Paroquiais* refere-se a vinda de um grupo de pescadores de Paredes de Vitória, uma localidade próxima de Nazaré, que se teriam estabelecido na ilha de Peniche, construindo algumas das primeiras casas da povoação. Esta referência encontra-se transcrita nas *Memórias Paroquiais* editadas por Mariano Calado em 1996 com o título de *Peniche no Século XVIII*, e foi originalmente referida pelo Provedor da Comarca de Leiria, em resposta ao inquérito realizado pela Academia Real da História Portuguesa em 1721 (Calado, 1999: 31-32, adaptado).

⁹ A crónica do guerreiro-historiador Osberno sobre a conquista de Lisboa remonta a esta época e permite uma pequena descrição de Peniche naquele período: «No dia seguinte aportámos com felicidade à ilha de Peniche, distante do continente cerca de oitocentos passos. Abunda esta ilha em veados e sobretudo em coelhos; também se encontra nela a planta do alcaçuz. Os Tírios chamaram-na Eritreia e os Cartagineses Gaddir, que quer dizer “sebe”, para além da qual não há mais terra; por isso se diz o extremo limite do mundo conhecido. Junto dela existem duas ilhas, a que o vulgo chama Berlengas (...)» (Osberno citado por Calado, 1991: 72).

¹⁰ A pesca da baleia conferiu à localidade o nome de Atouguia da Baleia, conforme Mariano Calado defende em várias das suas obras – na vigésima oitava linha da primeira página do Tombo da Albergaria e Confraria do Espírito Santo, de 1507, presente no Arquivo Municipal de Peniche, já é citada a povoação de Atouguia da Baleia. Na ilha do Baleal existiam cabanas de pescadores, que aí preparavam as baleias e extraíam o seu óleo.

progressivamente e realizava já alguma actividade comercial. O progressivo assoreamento da barra do rio de S. Domingos e do porto de Atouguia, devido ao depósito de areias e materiais costeiros transportados pelas correntes marítimas, pelos ventos predominantes de norte e pelos rios de S. Domingos e de Ferrel, levou ao fortalecimento das formações arenosas e à consequente criação de dunas de areia que iriam unir a ilha de Peniche ao continente. A profundidade do canal marítimo entre o Baleal e a Consolação diminuiu e o peixe partiu para águas mais profundas, o que teve como consequência a deslocação dos pescadores de Atouguia para a ilha de Peniche (com águas mais profundas e com maior abundância de peixe) e o crescimento da comunidade de pescadores na ilha.

Durante os reinados de D. João I e de D. Duarte decorreram várias obras para contrariar o assoreamento natural e reabrir a barra, mas a progressiva consolidação do istmo de areia continuou a manifestar-se e conduziu a alterações determinantes na economia, no povoamento e na realidade sócio-cultural da região. Com as consequências do assoreamento na actividade piscatória, alguns habitantes de Atouguia decidiram mudar o seu ramo de actividade e dedicar-se à exploração agrícola e à criação de gado, tornando-as as principais actividades económicas desta localidade, então já sem porto de mar; outros optaram por se deslocar para outras localidades – nomeadamente, para Peniche – onde poderiam continuar a prática pesqueira. Peniche viveu, assim, um aumento considerável do seu número de habitantes, bem como um progresso significativo na sua economia, com o fortalecimento da ligação ao continente e a sua consequente transformação numa península. Em pleno século XVI era já visível o desenvolvimento da localidade, que iria culminar na construção do primeiro sistema defensivo – de um pequeno porto de pesca, Peniche passou a um ponto estratégico na costa portuguesa, devido à intensa actividade comercial (com abastecimentos a várias localidades portuguesas e até castelhanas) e ao desenvolvimento da indústria de construção naval; tornou-se também num importante ponto estratégico no contexto da defesa do reino, tendo D. João III decidido iniciar as obras do sistema defensivo da península, já que o afastamento de Atouguia em relação à faixa costeira tornou o castelo desta localidade totalmente ineficaz face aos ataques marítimos. Em 1609 Peniche foi elevada a vila e sede de concelho, contando então com cerca de 4000 habitantes, um porto de pesca e de comércio e várias actividades artesanais e pequenas indústrias.

Após a Restauração da Independência, em 1640, Peniche assumiu uma nova importância estratégica no contexto nacional. D. João IV mandou completar o sistema

defensivo que havia sido iniciado pelo seu antecessor. As obras decorreram ao longo de várias décadas e culminaram num sistema defensivo que, em 1671, se estendia ao longo de toda a linha terrestre que delimitava a localidade e a unia ao continente, com a cortina de leste e baluartes e meios-baluartes; o restante perímetro compunha-se de altas arribas escarpadas, ao longo das quais foram construídos pequenos fortes, fortins e baterias para permitir uma melhor defesa da localidade e da região envolvente. Peniche reforçava, assim, a sua posição enquanto uma das principais praças do reino, estratégica na defesa do acesso marítimo e terrestre a Lisboa.

Esta supremacia de Peniche enquanto praça-forte do reino manteve-se até aos finais do século XIX, quando o avanço da tecnologia militar tornou o seu sistema defensivo obsoleto, inoperacional e ultrapassado; foi então retirada a última guarnição desta praça.

O sistema defensivo da península de Peniche assumiu uma nova importância durante as décadas do Estado-Novo, nomeadamente, a Fortaleza, onde foi instalada uma das mais importantes prisões políticas do país. Neste contexto, também a revolução de 25 de Abril de 1974 marcou fortemente a localidade, com o desmantelamento da prisão política e a libertação dos presos políticos.

Nos anos oitenta do século XX decorreu a construção do porto de pesca, que ocupou uma vasta área do istmo de ligação ao continente até ao molhe de leste e levou à expansão da vila em direcção ao exterior da muralha defensiva, ainda que já aí existissem alguns edifícios industriais e de habitação; desde então, o istmo viu-se ocupado por unidades hoteleiras, uma zona industrial com unidades industriais, armazéns e hipermercados e ainda por vários complexos habitacionais. Em 1987 Peniche foi elevada a cidade.

Actualmente, o concelho de Peniche ocupa uma área de 77,7 km² e inclui uma parte continental – delimitada pelo concelho de Óbidos a leste, pelo concelho da Lourinhã a sul e sueste e ainda pelo Oceano Atlântico a norte e a oeste – e uma parte insular, formada pelo arquipélago das Berlengas, localizado a 5,4 milhas do Cabo Carvoeiro. A cidade constitui uma península rochosa ligada ao continente por um cordão dunário baixo e estreito, e caracteriza-se por uma periferia que alterna entre as escarpas verticais a norte e a oeste, ligeiramente inclinadas para sudoeste e muito fracturadas, e o areal extenso a sul e leste. “Em termos geográficos/territoriais Peniche insere-se no corredor litoral que une as Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto, beneficiando de um posicionamento central no País, mas também da proximidade à Grande Lisboa o que

pode potenciar o desenvolvimento habitacional e de actividades logísticas, bem como a sua vocação turística.” (Correia, 2009: 12).

O concelho divide-se actualmente em seis freguesias: três freguesias urbanas (Conceição, S.Pedro e Ajuda) e três freguesias rurais (Ferrel, Atouguia da Baleia e Serra D’El Rei). Tal como a região envolvente (Região Oeste) apresenta uma elevada taxa de atracção populacional: o concelho atraiu 1.863 indivíduos (1.121 provenientes de outros concelhos e 742 imigrantes), permitindo um saldo positivo face à saída de 949 pessoas do mesmo. As principais actividades económicas são a pesca e a indústria de derivados da pesca e transformação alimentar (conservas, transformação e congelação de pescado), mas também o comércio e os serviços, e ainda o turismo. Ao nível rural do concelho destaca-se a agricultura, nomeadamente, as produções hortícolas (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 25/04/2010, adaptado).

Em 2001 este concelho contava com 27.312 habitantes e uma densidade habitacional de 351 habitantes por km², tendo registado um aumento populacional de 5,5% desde 1991, para o qual contribuíram um saldo migratório de 1,3 milhares de indivíduos (5,2%) e um saldo natural de 0,1 milhares de indivíduos (0,3%).

2.2. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICO-DEFENSIVA

A necessidade de fortificar a península de Peniche surgiu com o assoreamento do istmo, com o desenvolvimento demográfico e económico da localidade e a sua crescente importância estratégica no contexto do litoral continental. Durante muitos séculos os corsários do Norte de África e da Europa do Norte haviam fustigado a região de Peniche e, num período em que o assoreamento do istmo impedia a utilização do castelo de Atouguia para a defesa da costa e permitia a passagem da ilha para o continente, favorecendo eventuais desembarques ou invasões inimigas, D. João III ordenou o início da fortificação de Peniche, com um baluarte e algumas dezenas de metros de muralha, sob a orientação do mestre de obras Gonçalo de Torralva (filho de Diogo de Torralva). Este sistema defensivo inicial sofreu alguns melhoramentos durante o período filipino¹¹,

¹¹ Com o domínio castelhano, a importância estratégica de Peniche foi novamente reconhecida, e Filipe II de Espanha contratou o arquitecto e engenheiro militar italiano Filippo Terzi para aí introduzir alguns melhoramentos defensivos. Terzi deslocou-se a Peniche em 1589 para orientação desses trabalhos construtivos, que prosseguiram mais tarde, a partir de 1605, sob a orientação do engenheiro militar Leonardo Turriano.

mas mostrou ser insuficiente na defesa da região¹² e do acesso à capital do reino, pelo que, a partir da Restauração da Independência em 1640, D. João IV decidiu proceder à construção de um sistema defensivo integrado na península de Peniche. Apesar da pequena dimensão da península, Peniche recebeu um número considerável de fortificações que visavam defender toda a costa envolvente face a eventuais ataques e desembarques espanhóis, com o objectivo de evitar o acesso de tropas inimigas a Lisboa.

Após a Restauração da Independência em 1640 surgiu a necessidade de assegurar a defesa do porto de Lisboa e do reino de Portugal contra um possível ataque espanhol e Portugal tornou-se o campo mais activo de experiências fortificativas de toda a Europa. Procedeu-se, então, à fortificação de pontos estratégicos do reino, nomeadamente, a fronteira terrestre e zonas vitais para a defesa nacional como as barras de Lisboa e do Porto. Lisboa encontrava-se praticamente indefesa, sem qualquer tipo de fortificação recente e actualizada, pelo que se decidiu construir uma nova linha de fortificações terrestres, marítimas e fluviais. Uma sucessão de pequenos pontos fortificados criou um vasto sistema defensivo, pensado em função de uma estratégia de defesa da capital: foram construídos oito fortes entre a barra do Tejo e a vila de Cascais e sete outros fortes entre Cascais e o Cabo da Roca. Por fim, procedeu-se também à construção de fortificações costeiras no litoral entre o Cabo da Roca e Peniche. Esta linha de defesa criada para proteger o acesso a Lisboa terminava em Peniche, onde foram concluídas a Fortaleza e a muralha abaluartada, bem como diversas fortificações secundárias que permitiam defender a península.

Assim, durante o século XVII foi reconfigurada a fortaleza¹³, ponto central do sistema defensivo, que passou a exhibir quatro frentes abaluartadas; e foram construídos o Baluarte do Ilhéu, o Fortim de Santo António¹⁴, o Baluarte da Ponte ou de S. Pedro e quatro meios-baluartes – da Misericórdia, da Calçada ou de S. João da Marinha, de S. Vicente ou de N.ª Sr.ª da Ajuda da Marinha e da Camboa ou de N.ª Sr.ª da Conceição –, e ainda a cintura oriental de muralhas com 2.250 metros, o Forte de N.ª Sr.ª da Luz, os Fortins do Porto da Areia Sul e do Porto da Areia Norte e o Fortim do Baleal. Foi

¹² O sistema defensivo de Peniche viveu o seu primeiro grande combate em 1589, quando D. António Prior do Crato, pretendente do trono português, pediu ajuda à rainha Isabel Tudor de Inglaterra para lutar contra os espanhóis, que lhe disponibilizou uma armada comandada pelo corsário Francis Drake. A 26 de Maio ancoraram na praia meridional de Peniche, fora do alcance do fogo de defesa da fortificação, e desembarcaram dezasseis mil homens e duzentos cavalos. Visto Peniche estar ocupada por uma guarnição espanhola, decidiram atacá-la antes de partirem para Lisboa. Vitoriosos, os soldados ingleses iniciaram a caminhada até Lisboa, enquanto que a esquadra liderada por Drake seguia por via marítima até Cascais. Neste contexto surgiu a expressão *Amigos de Peniche*.

¹³ As obras da fortaleza terminaram em 1645 sob a coordenação do Engenheiro-mor Carlos Lassart, engenheiro militar francês.

¹⁴ Do Fortim de Santo António não existem actualmente vestígios, mas localizava-se por detrás da Rua do Cais, actual Avenida do Mar, em frente à Igreja de Santo António.

também construída uma fortificação na ilha da Berlenga – o Forte de S. João Baptista –, que ficou concluída em 1656, bem como foi reformado o Forte da Consolação. Com a finalização deste sistema defensivo em 1671, segundo a planta de Simão Mateus¹⁵, Peniche tornou-se na segunda praça mais importante de Portugal continental e um ponto estratégico na defesa do país.

Este sistema defensivo seguia os preceitos do sistema abaluartado¹⁶, permitindo o cruzamento de fogos entre a fortaleza e os baluartes e meios-baluartes construídos ao longo da cortina de muralha, bem como o cruzamento de fogos entre as fortificações de Peniche, Baleal e Consolação, tornando assim possível uma defesa eficaz de todos os pontos da península e fazer frente a eventuais ataques por via marítima ou terrestre. Desde finais do século XV que o novo sistema de fortificação “abaluartado”, ou fortificação “à moderna” se vinha desenvolvendo em Itália, com os estudos teóricos de guerra realizados pelos *condottieri* ou mercenários profissionais italianos, que permitiram avanços significativos no estudo das formaturas, da balística, das construções defensivas e das tácticas de guerra. Figuras importantes como Leonardo da Vinci, Miguel Ângelo e os irmãos António e Giuliano Sangallo aperfeiçoaram o sistema abaluartado, que alcançou a sua plena definição em Itália no segundo quartel do século XVI. Num período de profundas mudanças ao nível da cultura, da mentalidade e da arte, as fortificações deixaram as suas características medievais e tornaram-se construções defensivas mais elaboradas, em que todos os pontos se articulavam entre si e cuja construção exigia conhecimentos matemáticos e pirobalísticos mais avançados. O baluarte, uma construção pentagonal em forma de ângulo saliente avançado para o exterior do corpo da praça, assume-se como o elemento central do novo tipo de fortificação, enquanto que o princípio do flanqueamento vem possibilitar a defesa mútua, ou seja, o cruzamento de fogos, em que cada ponto de um baluarte é sempre protegido pelo tiro de um dos baluartes vizinhos; os tiros frontais e flanqueantes também permitem cobrir de todos os lados o espaço à frente da fortificação e, assim,

¹⁵ A planta final do sistema defensivo de Peniche foi elaborada por Simão Mateus, que havia já visitado Peniche em 1657 na companhia de Carlos Lassart. No entanto, outros estudiosos haviam já contribuído anteriormente para a elaboração desses planos e para o desenvolvimento dos trabalhos de construção, nomeadamente, o arquitecto e engenheiro militar francês Nicolau de Langres, que se tinha deslocado a Peniche em 1650 para averiguar as necessidades defensivas daquela localidade.

¹⁶ O sistema de fortificação abaluartada ou fortificação à moderna, também denominado de sistema de fortificação Vauban (devido ao arquitecto militar francês Sébastien le Prestre, marquês de Vauban, que desenvolveu este novo estilo de fortificação com base em estudos e aperfeiçoamentos das técnicas e estruturas defensivas), trata-se de um estilo desenvolvido em Itália a partir do final do século XV e largamente implementado a partir do segundo quartel do século XVI. As fortificações perdem as suas características medievais e assumem novas formas, baseadas no sistema modular matemático, surgindo o baluarte como elemento de destaque, que permite o cruzamento de fogos para a protecção entre dois ou mais pontos de um perímetro defensivo. (Pereira, 1995: 327, adaptado).

impedir a aproximação de forças inimigas ao lado exterior da muralha (Pereira, 1995: 327-328, adaptado).

O sistema abaluartado foi largamente disseminado em Portugal durante o reinado de D. João IV, inserido no contexto do pós-Restauração e marcado por uma política de consolidação da independência: procedeu-se à protecção militar das fronteiras, à reparação de castelos, à organização de tropas e à aquisição de armas. Este contexto de pós-Restauração prolongou-se durante o reinado de D. Afonso VI, quando decorreram algumas das maiores batalhas deste período, terminando com a subida ao poder do rei D. Pedro e com a assinatura da paz com Espanha em 13 de Fevereiro de 1668.

Ao longo de três séculos o sistema defensivo de Peniche manteve-se como um ponto estratégico na defesa do reino, ainda que tenham sido poucos os momentos de actividade defensiva efectiva. Com a evolução das estratégias de guerra de ataque e de defesa, bem como das estruturas defensivas e das armas de guerra, este sistema defensivo foi-se tornando gradualmente obsoleto e ineficaz. Várias fortalezas portuguesas, entre as quais Peniche, tornaram-se inoperacionais e foram desactivadas no final do século XIX.

Após a desactivação militar, o sistema defensivo do concelho de Peniche teve várias utilizações, nomeadamente, a fortaleza serviu de prisão política durante o período do Estado-Novo. Actualmente encontra-se aí instalado o Museu Municipal de Peniche.

A inoperacionalidade deste sistema defensivo não levou à diminuição da importância das construções defensivas no contexto urbano e paisagístico da localidade – pelo contrário, a arquitectura militar¹⁷ continua a marcar presença de uma forma integrada no urbanismo, sem se proceder, na actualidade, a demolições totais ou parciais. A actual cidade ultrapassou completamente o perímetro das muralhas e estende-se por uma área bastante superior, funcionando os elementos do sistema fortificado como monumentos bem enquadrados na organização urbana.

2.3. CONTEXTUALIZAÇÃO TURÍSTICA

Em 2001 o concelho de Peniche registava oficialmente um total de 575 camas no conjunto dos seus estabelecimentos hoteleiros, que, nesse ano, totalizaram 77.197

¹⁷ Arquitectura militar define-se pelas “edificações construídas para suprir as funções de defesa e protecção do território nacional, nomeadamente, bateria, baluarte, bastião, fortim, forte, fortaleza e quartel” (Beni, 2007: 336).

dormidas e uma taxa de ocupação média de 36,7%. A estada média por hóspede nesses estabelecimentos hoteleiros foi, em 2001, 2,5 noites (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 25/04/2010, adaptado). Segundo o Instituto Nacional de Estatística, ocorreu uma ligeira evolução destes valores: em 2009, o concelho de Peniche totalizava uma capacidade de 792 camas nos seus estabelecimentos hoteleiros, com um total de 86.513 dormidas e um total de 38.133 hóspedes, dos quais 28,3% estrangeiros. No entanto, registou-se um decréscimo da taxa de ocupação média para 28,9% e ainda um decréscimo da estada média por hóspede para 2,3 noites (<http://www.ine.pt>, consultado em 15/11/2011, adaptado). Este decréscimo deveu-se, certamente, ao aumento do número de unidades de alojamento e da capacidade total de alojamento do concelho, que não foi acompanhado por um acréscimo directo da procura – apesar de ter aumentado o número de dormidas em cerca de 12% num período de 8 anos, estas dormidas foram partilhadas por um maior número de estabelecimentos.

“Em 2005 registaram-se 71.000 dormidas no parque de campismo, que se traduz no movimento de 25.000 utentes. O turista residencial, assim como o visitante, acabam por ser os principais contribuidores para a dinâmica turística do concelho de Peniche que se configura como espaço de segunda habitação e destino de fim-de-semana ou mini-férias.” (Correia, 2009: 119).

Trata-se, assim, de um concelho onde o turismo se assume já como uma actividade económica importante, que desde há algumas décadas veio complementar as tradicionais actividades de pesca, agricultura e indústria de transformação alimentar. A oferta turística ao nível de recursos naturais é considerável, devido à localização geográfica deste concelho de pequena dimensão mas com um perímetro de costa significativo composto por arribas rochosas, mas também por vários quilómetros de areal. Em complemento, a proximidade geográfica ao arquipélago das Berlengas, uma área protegida que integra diversas ilhas e ilhéus e também uma considerável extensão de oceano, permite uma grande diversidade de oferta no âmbito do turismo de sol e mar e de outros tipos de turismo a este associados (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 25/04/2010, adaptado).

Por outro lado existe também uma considerável oferta complementar ao nível do alojamento e da restauração no concelho, nomeadamente, um hotel com classificação de quatro estrelas, dois hotéis de três estrelas, um aparthotel de três estrelas, para além de vinte e cinco unidades de alojamento registadas (tradicionalmente designadas de pensões ou residenciais) e ainda três unidades de turismo no espaço rural, para além de

dois parques de campismo, uma área de campismo na Ilha da Berlenga e dezenas de estabelecimentos de restauração¹⁸, sendo que a maioria destes oferece a gastronomia tradicional do concelho (peixes e mariscos) (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011, adaptado).

“Neste contexto, Peniche apresenta uma estrutura de recursos turisticamente relevantes, tanto em quantidade, como em diversidade, especificidade e qualidade. Pese embora este quadro amplo de potencialidades, a verdade é que não existe uma estratégia para a rentabilização e promoção dos recursos, o que se traduz numa actividade empresarial desconcertada e de, certa forma, desqualificada.” (Correia, 2009: 120). O Município de Peniche, na *Magna Carta Peniche 2025*, defende ainda que “(...) cabe aos agentes reguladores da actividade turística garantir uma adequada ocupação territorial, uma acertada defesa dos recursos turísticos e a sua transformação em produtos, assim como uma rigorosa planificação da oferta de alojamento nas suas diversas componentes e modalidades. Além disso, por forma a acompanhar as transformações sentidas neste sector, surge a necessidade de desenvolver acções promocionais enfatizantes dos traços distintivos das várias realidades e contextos regionais e que, desta forma, visam divulgar o local como espaço atractivo e espaço turístico. O cenário descrito de evolução da actividade turística tem sido, no entanto, partilhado por problemas estruturais que afectam o concelho de Peniche. Entre esses estrangulamentos pode apontar-se: (i) a reduzida taxa média de ocupação na hotelaria; (ii) a acentuação da sazonalidade dos fluxos turísticos, tanto do turista convencional como do turista residencial e do visitante; (iii) falta de concertação estratégica do lado da oferta, que inibe o desenvolvimento de acções conjuntas; (iv) e falta de profissionalização das empresas a operar no sector. Pesem embora as actuais debilidades, a existência dos recursos diagnosticados e das dinâmicas da oferta turística tem induzido um incremento da procura(...)” (Correia, 2009: 132-133).

Peniche integra, também num contexto turístico, a Região Oeste, em conjunto com outros onze concelhos (nomeadamente, Alcobaça, Alenquer, Arruda dos Vinhos, Bombarral, Cadaval, Caldas da Rainha, Lourinhã, Nazaré, Óbidos, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras), realizando assim uma promoção turística conjunta da região. Através do *website* <http://www.rt-oeste.pt>, bem como através de actividades e eventos de divulgação diversos, realiza-se uma promoção coordenada de todos os concelhos, ao

¹⁸ O *website* do Município de Peniche não disponibiliza um inventário dos estabelecimentos de restauração disponíveis no concelho, ao contrário do que sucede com as unidades de alojamento, pelo que não foi possível incluir nesta dissertação esse mesmo inventário nem aferir o número exacto de estabelecimentos registados. (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).

nível da sua oferta turística – nomeadamente, do património natural e cultural, dos campos de golfe, do artesanato e, claro, da gastronomia e do alojamento –, tentando dar a conhecer a região como um todo interessante e atractivo e com uma oferta completa e integrada (<http://www.rt-oeste.pt>, consultado em 15/11/2011, adaptado).

No contexto da Região Oeste, uma parceria óbvia e eficaz para a implementação de uma oferta de turismo militar no concelho de Peniche seria a articulação com as Linhas de Torres Vedras, um conjunto de 152 fortificações e outras estruturas defensivas construídas ao longo de três linhas de defesa no início do século XIX, no contexto da Guerra Peninsular. Trata-se de um conjunto de estruturas defensivas bem dinamizado na actualidade e denominado de *Rota Histórica das Linhas de Torres*, um projecto desenvolvido pela Plataforma Intermunicipal para as Linhas de Torres (PILT) e co-financiado pelo MFEE, com apoio do exército português e ainda com acompanhamento técnico do IGESPAR. Este projecto teve início em 2007 e terminará em 2012, com a inauguração do Centro Interpretativo das Linhas de Torres no Forte da Forca, e representa uma parceria entre os seis concelhos vizinhos que constituem a PILT, ao longo dos quais se localizam estas estruturas defensivas, nomeadamente, Arruda dos Vinhos, Loures, Mafra, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. Os principais objectivos deste projecto são “(...) salvaguardar, recuperar e valorizar o património arquitectónico/militar integrante das linhas de Torres Vedras, criando uma rota turística de excelência.” (in www.linhasdetorresvedras.com, consultado em 05/10/2011).

As estruturas defensivas das Linhas de Torres foram construídas para defender o acesso a Lisboa e impedir o acesso de exércitos invasores à capital de Portugal, bem como para permitir o embarque do exército britânico, em fuga após uma eventual derrota face ao exército francês. Numa época em que o exército britânico se instalou em Portugal para apoiar a defesa do país face às Invasões Francesas, o comandante do exército anglo-luso Arthur Wellesley (futuro duque de Wellington) ordenou a construção de uma rede de defesas, sob a coordenação do Coronel Richard Fletcher¹⁹.

¹⁹ A Revolução Francesa originou diversos conflitos na Europa, nomeadamente, as Guerras Napoleónicas entre o final do século XVIII e o início do século XIX. Napoleão Bonaparte considerava a Península Ibérica um ponto fundamental para limitar o poder marítimo britânico no Oceano Atlântico e nas linhas de comércio do Mar Mediterrâneo, e em 1806 ordenou o Bloqueio Continental que obrigava ao encerramento de todos os portos europeus ao comércio com a Inglaterra. De uma forma geral, este bloqueio foi cumprido pelos países europeus, à excepção de Portugal, que seguia tradicionalmente uma política de neutralidade e também de aliado da Inglaterra. Consequentemente, Napoleão Bonaparte invadiu Portugal no final de 1807, com um exército apoiado por Espanha. Portugal não ofereceu resistência nem defesa, a família real portuguesa refugiou-se no Brasil e Junot, representante de Napoleão, formou governo em Lisboa. O exército inglês, comandado por Sir Arthur Wellesley, veio, então, em auxílio de Portugal, organizando a defesa e estruturando um exército defensivo, medidas que passaram pela construção das Linhas de Torres Vedras, entre outras estruturas defensivas (www.linhasdetorresvedras.com, consultado em 05/10/2011, adaptado).

Foram estudadas as principais linhas e posições de defesa, sempre com o objectivo principal da defesa do acesso a Lisboa, e, a norte do rio Tejo²⁰, construíram-se três linhas defensivas, as quais não constituíam uma barreira ou muralha contínua, mas sim uma conjugação de estruturas defensivas e formações naturais do terreno, num total de 152 fortificações ao longo de cerca de 88km. Assim, a linha de defesa principal foi construída ao longo de cerca de 40km, passando por Vialonga, Serra de Serves, Cabeço de Montachique, Mafra, e terminando na foz do rio Safarujó; uma segunda linha de defesa foi construída entre Alhandra e a foz do rio Sizandro, passando por Monte Agraço e Torres Vedras; e foram ainda construídas obras avançadas para controlo das principais vias de comunicação, nomeadamente, nas posições de Castanheira, Monte Agraço e Torres Vedras, bem como foram organizadas posições ao longo de 2,7km em redor da Fortaleza de S. Julião da Barra, estas para permitir um embarque das forças britânicas em caso de uma eventual fuga. Estas linhas de defesa foram concebidas de forma a barrar os quatro eixos definidos pelas estradas então aí existentes, que poderiam permitir o avanço das tropas francesas, evitando a passagem de artilharia e carros de apoio; por outro lado, todas as estradas que, naquela época, permitiam o acesso directo a estas linhas ou que se localizavam paralelamente às linhas foram destruídas, incluindo as pontes; os vales e passagens foram bloqueados, as elevações de terreno foram alteradas de forma a assumirem uma forma mais vertical, e como tal, inacessível, tendo sido necessário o movimento, remoção e transporte de centenas de toneladas de terra. De uma forma geral, os trabalhos construtivos tiraram partido do terreno rochoso e irregular da região, que por si só constitui um obstáculo natural à passagem, e cada elemento construtivo foi completamente adaptado no tamanho e na forma à morfologia do terreno. Toda esta delimitação das Linhas de Torres incluiu, para além de um enorme esforço de construção, orientações sobre a distribuição das forças de defesa, as linhas de retirada, a criação de obstáculos, os diferentes pontos de sinalização para permitir a comunicação entre as diferentes posições e ainda a criação de estradas nas contra-encostas, protegidas da visão das forças inimigas, que permitiam o rápido movimento das tropas e o seu abastecimento entre o Atlântico e o rio Tejo.

O aproveitamento turístico destas Linhas de Torres Vedras na actualidade, promovido pelos municípios englobados nestas linhas de defesa através da PILT, engloba a criação

²⁰ Neste contexto da defesa de Lisboa, durante a Guerra Peninsular, foram também construídas estruturas defensivas na margem sul do rio Tejo, ao longo de cerca de 1,3km, entre Almada e a Costa da Caparica, com o objectivo de evitar que uma eventual força inimiga pudesse posicionar artilharia na margem sul e, conseqüentemente, atacar a capital e/ou dificultar a entrada e saída das forças britânicas por via marítima. (www.linhasdetorresvedras.com, consultado em 05/10/2011, adaptado).

de um percurso pedestre baseado em duas grandes rotas, ou seja, ao longo das duas principais linhas defensivas, sendo um dos principais promotores a Câmara Municipal de Torres Vedras. Este projecto contempla ainda a recuperação de diversas estruturas militares e a construção de um Centro Interpretativo das Linhas de Torres Vedras, que se localizará no Forte da Forca, em Torres Vedras, que, passando pela requalificação do interior deste edifício e pela forte aposta tecnológica, proporcionará aos visitantes um panorama geral do contexto histórico da Guerra Peninsular e do sistema defensivo então construído. (www.linhasdetorresvedras.com, www.rhlt.com.pt e www.cm-tvedras.pt, consultados em 05/10/2011, adaptado).

As Linhas de Torres Vedras encontram-se, actualmente, bem divulgadas e promovidas, sendo também fácil obter informação sobre as estruturas defensivas e roteiros aconselhados, sobre o seu contexto histórico e sobre as acções que regularmente aí decorrem. O sítio <http://www.linhasdetorresvedras.com> permite a qualquer visitante obter informação geral sobre esta linha defensiva, ao nível de contextualização histórico-defensiva, de imagens e mapas, divulgando também de forma actualizada as notícias sobre a reabilitação das estruturas defensivas e sobre os eventos organizados para a divulgação e promoção deste projecto, como por exemplo, sobre o programa de comemorações do bicentenário das Linhas de Torres e sobre as exposições organizadas sobre esta temática, permitindo a qualquer interessado aceder a uma área de imprensa e subscrever a recepção de informação regular sobre este tema e actividades organizadas (<http://www.linhasdetorresvedras.com>, consultado em 05/10/2011, adaptado). Existe também uma página da rede social *Facebook* denominada “Bicentenário das Linhas de Torres Vedras”, a qual é acessível a qualquer visitante, criada para divulgar acções e eventos organizados no contexto deste tema e ao longo destas estruturas defensivas.

2.4. LEVANTAMENTO DE RECURSOS TURÍSTICOS

Os recursos turísticos existentes no concelho de Peniche são:

Património edificado

Fortaleza – Monumento Nacional

Forte das Cabanas

Cortina do Cais

Meio-baluarte da Misericórdia
Cortina do Morraçal ou do Jardim
Baluarte da Ponte
Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima
Meio-baluarte de S. Vicente
Cortina do Portão
Meio-baluarte da Camboa (ou Gamboa)
Forte (de S. João) da Luz
Forte de N.^a Sr.^a da Consolação, Consolação – Monumento Nacional
Fortim do Baleal – Baleal
Forte de S. João Baptista – Ilha da Berlenga
Fonte do Rosário
Touril da Atouguia da Baleia
Gruta da Furninha (vestígios pré-históricos)

Museus

Museu Municipal de Peniche

Igrejas, Capelas e Santuários

Igreja de S. Pedro, Peniche – Imóvel de Interesse Público
Igreja da Misericórdia, Peniche (e Torre do Relógio adjacente) – Imóvel de Interesse Público
Igreja de N.^a Sr.^a da Ajuda, Peniche – Imóvel de Interesse Público
Igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, Peniche – Imóvel não classificado
Igreja de Sant'Ana, Peniche – Imóvel não classificado
Santuário dos Remédios, Peniche
Capela de N.^a Sr.^a dos Remédios, Peniche – Imóvel de Interesse Público
Cruz da Redenção, Peniche
Ermida de St. Estevão, Ilha do Baleal, Ferrel – Imóvel não classificado
Igreja de S. Leonardo, Atouguia da Baleia – Monumento Nacional
Igreja de N.^a Sr.^a da Conceição, Atouguia da Baleia – Imóvel de Interesse Público
Igreja de N.^a Sr.^a da Consolação, Consolação – Imóvel não classificado
Igreja de S. Sebastião, Serra D'El Rei – Imóvel não classificado

Recursos Naturais

Falésias calcárias da península de Peniche

Cabo Carvoeiro

Península de Papôa

Arquipélago das Berlengas – Reserva da Biosfera da UNESCO

Praias: Molhe Leste, Medão Grande/Supertubos, Consolação, S. Bernardino, Baleal, Praia de Cova de Alfarroba/Baía, Praia da Gamboa/Peniche-de-Cima, Porto da Areia Sul.

Segundo o *website* do Município de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011), as unidades de alojamento disponíveis no concelho são:

Hotelaria

Atlântico Golfe Hotel, Consolação, Atouguia da Baleia (4 estrelas)

Hotel Praia Norte, Peniche (3 estrelas)

Hotel Soleil Peniche, Peniche (3 estrelas)

D. Rita Park, Aparthotel, Consolação, Atouguia da Baleia (3 estrelas)

Albergaria Maciel, Peniche

Atlantis, Casais do Baleal, Ferrel

Baleal à Vista, Casais do Baleal, Ferrel

Casa das Marés I, Ilha do Baleal, Ferrel

Casa das Marés II, Ilha do Baleal, Ferrel

Casa das Marés III, Ilha do Baleal, Ferrel

D. Inês de Castro, Coimbra, Atouguia da Baleia

Mar Azul, Serra D'El Rei

Pavilhão Mar e Sol, Ilha da Berlenga

Peniche Hostelbackpackers, Peniche

Pensão Avis, Peniche

Pequena Baleia, Ilha do Baleal, Ferrel

Pinhalmar, Peniche

Residencial Cristal, Peniche

Residencial Hebe, Lugar da Estrada, Atouguia da Baleia

Residencial Katekero, Peniche

Residencial Marítimo, Peniche

Residencial Mili, Peniche
Residencial Mira Mar, Peniche
Residencial Neptuno, Lugar da Estrada, Atouguia da Baleia
Residencial Popular, Peniche
Residencial Rimavier, Peniche
Residencial S. Leonardo, Atouguia da Baleia
Residencial Vasco da Gama, Peniche
Rocha Mar, Casais do Baleal, Ferrel

Turismo no Espaço Rural

Casa do Castelo, Atouguia da Baleia
Paço Real, Serra D'El Rei
Villa Berlenga Holidays, Casais Mestre Mendo, Atouguia da Baleia

Parques de Campismo

Parque Municipal de Campismo, Peniche
Peniche Praia Camping, Peniche (2 estrelas)
Área de Campismo da Berlenga, Ilha da Berlenga

Para além das unidades de alojamento, existem ainda disponíveis diversas unidades de restauração, predominando a oferta da gastronomia tradicional da região costeira de Peniche, ao nível de pescado e marisco. No entanto, o sítio da internet do Município de Peniche não disponibiliza um inventário dos estabelecimentos de restauração disponíveis no concelho, ao contrário do que sucede com as unidades de alojamento, pelo que não foi possível incluir nesta dissertação esse mesmo inventário nem aferir o número exacto de estabelecimentos registados. (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).

3. TURISMO MILITAR NO CONCELHO DE PENICHE

3.1. APLICAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO CONCEITO DE TURISMO MILITAR EM PENICHE

A questão central desta dissertação e de todas as projecções aqui realizadas é, essencialmente, a importância e a viabilidade da implementação deste conceito de turismo militar no concelho de Peniche – será essa implementação viável e aliciante para o concelho e para a região envolvente? Será uma mais-valia para a actividade turística do concelho? Constituirá um ponto a ter em conta pelos visitantes de Peniche? E funcionará como meio de atracção de visitantes e como complemento à oferta turística já existente?

Tendo em conta as análises realizadas ao nível do *benchmarking*, a resposta é positiva. São já em número considerável as localidades e regiões, um pouco por todo o Mundo, que apostaram no turismo militar como forma de especialização e de diversificação, o que demonstra que, cada vez mais, esta capacidade de focagem num tipo de turismo mais específico e mais exclusivo permite diversificar e melhorar a capacidade de atracção de um destino. No entanto, pretende-se realizar uma análise mais concreta e direccionada para o concelho de Peniche, através não só da delimitação do público-alvo que se pretende atingir com esta especialização turística, mas também através da realização de inquéritos aos visitantes *in loco*, como forma de avaliação do grau de interesse e da receptividade a este tipo de turismo.

Para a aplicação do conceito de turismo militar em Peniche seria fundamental uma reorganização e reestruturação da oferta turística do concelho, bem como a implementação de uma perspectiva profissional de marketing turístico, de forma a aplicar o conceito com base em pontos de visita devidamente qualificados, conservados e facilmente acessíveis e ainda de forma a criar uma rede de divulgação que permita dar a conhecer esta oferta e atrair os desejados visitantes. Para além destas medidas de fundo, seriam necessários diversos passos e acções complementares que, coordenados, permitissem a implementação deste conceito de uma forma atractiva e viável.

A primeira etapa para esta aplicação do turismo militar no concelho de Peniche seria a catalogação e investigação do património em causa, a sua requalificação e recuperação e ainda a implementação de infraestruturas básicas associadas a esse mesmo património,

essenciais para a sua visita e interpretação. Fundamentalmente seria necessário realizar uma investigação histórica ao nível do património construído ao longo dos séculos, com uma contextualização das suas origens e características, analisando as funções, a história e o desempenho de cada edifício ou estrutura e ainda verificando quais os elementos que perduraram até à actualidade. Seria também necessário catalogar esse património, criando um ou mais percursos que permitam aos visitantes tomar conhecimento dessa oferta; e seria ainda determinante reestruturar e requalificar muitos desses edifícios e estruturas, visto fazer-se sentir uma degradação física em muitos casos, que contribui para danos irreversíveis nesses elementos patrimoniais, assim como para uma má imagem desta importante oferta turística. A grande quantidade de edifícios históricos militares existentes no concelho de Peniche, localizados de forma dispersa mas contínua, permite uma visita coordenada e num único percurso linear, mas exige que os acessos e caminhos sejam melhorados e identificados – sendo necessário recuperar e beneficiar muitos desses trilhos e arruamentos, torna-se vital, por exemplo, recuperar os antigos caminhos de ronda das muralhas, que se encontram praticamente abandonados, em mau estado de conservação e, em muitos casos, até em más condições de higiene e segurança, proporcionando uma má imagem ao visitante e algum perigo na sua visita. Para além destas acções de beneficiação seria ainda necessário criar, melhorar e sinalizar zonas de estacionamento automóvel, bem como zonas de descanso ao longo desse eventual percurso assinalado/aconselhado que incluam bancos e mobiliário urbano no geral, e ainda criar um sistema de sinalética ao longo de todo o percurso, assegurando que qualquer visitante se mantém no caminho correcto e não omite pontos importantes de visita. Em conjunto com esta sinalética seria necessário criar um sistema de placas informativas, dispostas nos principais pontos de interesse, com informação sucinta sobre os mesmos, de forma a contextualizar a visita e a proporcionar uma melhor percepção de cada elemento fortificado, bem como do conjunto defensivo, ao visitante. Tendo em conta que este tipo de sinalética pode tornar-se dispendioso, pode apostar-se numa lógica de parcerias e publicidade, trabalhando em conjunto com empresas regionais e nacionais, que poderiam publicitar os seus serviços de uma forma integrada nestas placas informativas e assim contribuir para custear esse investimento. Da mesma forma, seria interessante a criação de uma ciclovia ao longo das estradas marginais norte e sul, que tornaria a visita ao longo da costa muito mais agradável, bem como a criação de uma ciclovia entre Peniche e a Consolação e ainda a ligação destas à ciclovia já existente entre Peniche e o Baleal, permitindo uma

alternativa de cicloturismo neste mesmo contexto. Aliados a estas ciclovias estariam os apoios necessários e adequados, nomeadamente, bancos de apoio, bebedouros, mobiliário urbano, estacionamento para bicicletas e estacionamento para automóveis e motociclos nos pontos de início das ciclovias.

Em simultâneo teria de ser criado um panfleto ou brochura informativo, com mapa e imagens, bem como com informação um pouco mais exaustiva sobre cada ponto de visita e sobre o conjunto defensivo, e ainda com uma contextualização histórica, cultural e defensiva do concelho de Peniche, permitindo aos visitantes uma orientação e contextualização durante uma visita individual autónoma – basicamente, sobre cada ponto este documento deveria referir informações sucintas e úteis, incluindo localização e direcções para a visita, horário de abertura (quando aplicável) e eventual contacto. Esta brochura poderia até ser fornecida no posto de turismo de Peniche, mediante um pagamento simbólico, e permitiria, mais uma vez, a essas empresas regionais e nacionais realizar publicidade directa.

Finalmente, seria também importante manter um sistema de visitas guiadas organizadas em língua portuguesa e em línguas estrangeiras – por exemplo, poderia ser estabelecido um horário fixo aos fins-de-semana em que se realizariam essas visitas guiadas, sendo apenas necessária uma marcação presencial, telefónica ou via internet no posto de turismo de Peniche. Só com este tipo de contextualização “assistida” – ao nível das visitas guiadas, das brochuras informativas e da sinalética e placas informativas – se conseguiria criar um percurso atractivo, interessante e marcante para o visitante, pois só essa interpretação permitiria contextualizar os elementos visitados, bem como todo o *background* histórico-militar, e assim valorizar a visita e torná-la simbólica e importante para o visitante. No fundo, pretende-se que essa visita constitua uma mais-valia, e que deixe o sentimento de aprendizagem e enriquecimento, factores determinantes para a fidelização dos visitantes e para a transmissão/sugestão por parte dos mesmos a terceiros, contribuindo para a divulgação e para o aumento do número de visitantes.

Após a estruturação da oferta de turismo militar do concelho de Peniche, através da implementação das medidas referidas anteriormente, seria necessário divulgar esta mesma oferta, dar a conhecer o conjunto defensivo em causa e os percursos sugeridos, de forma a atingir o público-alvo. Como meio de comunicação fundamental na actualidade, e especialmente importante pelo seu baixo custo (quando comparado com outros meios de comunicação), pelas amplas possibilidades de trabalho e pela capacidade de atingir um número muito elevado de pessoas, surge obviamente a

internet. Fundamental seria a criação de um *website* dedicado a este turismo militar, que poderia ser acedido directamente ou a partir de um *link* na página do município de Peniche, e que teria toda a informação necessária acerca do turismo militar no concelho a nível histórico, geográfico, estratégico-defensivo e ainda acerca dos percursos aconselhados, direcções e coordenadas, visitas guiadas, etc. No fundo, a página internet seria o principal motor de divulgação e de informação deste turismo militar no concelho de Peniche, fornecendo todos os detalhes sobre horários de funcionamento, possibilidades de reservas de visitas guiadas e outras questões operacionais, e permitindo ainda uma maior informação e interpretação aos visitantes que preferam realizar as visitas de forma individual, podendo até ser realizada uma parceria com as “Linhas de Torres” de forma a implementar sugestões de visitas de dois ou três dias à região que englobem a visita destes dois pontos de turismo militar – a praça de Peniche ocupou uma posição de destaque no período das Invasões Francesas, nomeadamente durante o período de ocupação francesa, em que a praça de Peniche foi ocupada pelo general Loison e sofreu alguns melhoramentos no seu sistema defensivo. Essa parceria poderia passar pela criação de um *link* entre esta página internet do turismo militar em Peniche e o *website* das Linhas de Torres, permitindo aos visitantes tomar conhecimento da parceria e agilizar a sua própria visita – poderia ser criado, por exemplo, um programa de visitas guiadas nos dois destinos, com marcação em simultâneo, tornando este tipo de turismo ainda mais apelativo.

Seria também fundamental a adesão às redes sociais, proporcionando uma maior divulgação do projecto e criando um sistema de informação/divulgação regular através da publicação regular de pequenas mensagens informativas, notícias de eventos decorridos e eventos futuros, promoções, entre outros.

No entanto, estas duas medidas de divulgação constituiriam apenas um ponto de partida para dar a conhecer o projecto de dinamização do turismo militar em Peniche, e fariam parte de uma estratégia organizada e bem delineada de marketing turístico para a implementação e divulgação desta aposta. Essa estratégia de marketing partiria da oferta de turismo militar requalificada e catalogada, e dos respectivos percursos aconselhados, e iria estruturar-se com o grande objectivo de atrair os desejados visitantes ao concelho de Peniche, bem como de prolongar e de dinamizar a duração da visita daqueles que já se deslocam ao concelho. Para além da criação das ferramentas básicas *online* já referidas e da criação de panfletos e/ou brochuras informativos acerca desta temática para distribuição aos visitantes, iria também tomar diferentes medidas e realizar

divulgação orientada e direccionada de forma a posicionar o concelho de Peniche no mercado do turismo e a criar uma marca que passe a ser reconhecida e divulgada. Mais do que divulgar indiscriminadamente, a estratégia passaria por uma análise exaustiva do tipo de visitante que visita o concelho de Peniche e do tipo de turista que se pretende continuar ou começar a atrair no futuro, de forma a estabelecer as melhores linhas condutoras para atrair esse público-alvo desejado – no fundo, para além de se pretender manter o visitante presente do concelho de Peniche, proporcionando-lhe pontos de visita e percursos alternativos que lhe permitam prolongar as estadias e/ou fidelizar-se a este destino, pretende-se também apostar num novo público-alvo, especialmente interessado no turismo cultural e, especificamente, no turismo de índole militar, que permita assim complementar a tradicional oferta turística do concelho, diversificando-a e tornando a actividade turística deste destino menos dependente da sazonalidade do turismo de sol e mar. Esta estratégia passaria, assim, por um estudo e delimitação do público-alvo a atingir, por estudos de mercado e por delimitação de estratégias de divulgação para atingir o nicho de mercado em causa, ao nível da publicidade, da organização de eventos temáticos e de periodicidade regular (por exemplo, eventos anuais em datas fixas, que permitam que os visitantes, ano após ano, se recordem do evento em causa), da implementação de uma *newsletter* mensal (via e-mail) que divulgue informação interessante e eventos programados a todos os que aderirem no *website* ou nas redes sociais, e ainda através da realização de eventos não regulares mas diferenciadores, como por exemplo a recriação de datas e acontecimentos históricos relacionados com o sistema defensivo de Peniche e com a prisão política do Estado-Novo.

Apesar de a maioria das acções de implementação e divulgação, bem como da criação e implementação de uma estratégia de marketing turístico, estarem dependentes de entidades institucionais, como o Município de Peniche, por razões organizacionais, estruturais e económicas, a verdade é que poderiam ser criadas parcerias com empresas locais e regionais – não só do ramo da hotelaria, restauração e turismo no geral, mas com empresas de diversos sectores que beneficiam sempre da divulgação do concelho e do aumento do número de visitantes – que permitissem não só descentralizar essas acções de divulgação, mas também criar novas formas e possibilidades de promover o concelho, através da cooperação organizacional e económica. Existem algumas associações a nível local, como por exemplo, a ACISCP (Associação Comercial Industrial e de Serviços do Concelho de Peniche – <http://www.aciscpeniche.pt>) e também a ADEPE (Associação para o Desenvolvimento de Peniche – www.adepe.pt),

que organizam e promovem algumas acções a nível local, mas que são insuficientes num contexto externo ao concelho de Peniche, pois nem é esse o seu objectivo nem o seu raio de acção. Só com uma acção conjunta e concertada entre todos os actores locais, nomeadamente, os empresários do concelho e a população residente no geral, seria possível agir de forma eficaz, implementando não só um conceito de turismo militar no concelho, mas também um conceito de turismo no geral, apostando na dinamização e na divulgação, sem criar conflitos nem rivalidades, mas através de parcerias e de esforços concertados para melhorar a qualidade da oferta local e a divulgação da mesma. Com um trabalho conjunto entre as autoridades locais, as empresas do concelho e a população no geral seria possível promover uma diversificação da oferta turística – não só ao nível do turismo militar, mas também ao nível de outros nichos de mercado que se têm vindo a desenvolver no concelho, nomeadamente, o turismo de surf, já com bastante reconhecimento a nível nacional e internacional²¹ – e ainda uma aposta na qualidade dessa mesma oferta (factor fundamental para a sua valorização e destaque no mercado) através da requalificação dos recursos e das infraestruturas, da formação profissional dos trabalhadores dos sectores directa e indirectamente ligados ao turismo e ainda do recurso a pessoal devidamente formado e treinado.

Ainda numa lógica de concertação entre os actores locais seria possível implementar medidas de atracção dos visitantes para o centro de Peniche e de outras localidades do concelho, de forma a dinamizar a circulação de pessoas nessas áreas e o comércio local/tradicional. Por exemplo, o pagamento do bilhete de visita ao museu municipal ou do eventual bilhete para a visita guiada pelo percurso de turismo militar poderia significar um desconto no comércio e restauração local, sugerindo assim ao visitante o recurso à oferta local.

Por outro lado, seria também importante a implementação de uma estratégia de valorização, recuperação e dinamização do centro da cidade de Peniche, nomeadamente, do centro histórico enquanto área privilegiada de circulação pedonal, de visita e de comércio, com o objectivo fundamental da sua regeneração. Mais do que no âmbito da implementação do turismo militar, mas num âmbito geral de beneficiação e

²¹ O turismo de surf tem sido uma grande aposta por parte do Município de Peniche nos últimos anos, sendo de destacar a construção do Centro de Alto Rendimento de Surf, integrado na respectiva rede nacional e financiado pelo QREN, no âmbito do Programa Operacional de Valorização do Território. Este equipamento, construído em estrutura ligeira e maioritariamente em madeira e vidro, integra-se perfeitamente na paisagem envolvente, incorpora uma componente de micro-geração de energia e de aproveitamento de águas pluviais, e tem capacidade para alojar cerca de 30 pessoas, bem como uma área social e uma área polivalente para eventos e outras acções. Foi inaugurado em Outubro de 2011 no decurso da etapa do Rip Curl Pro Search em Peniche, e envolveu um investimento total de 1.263.899€ (<http://www.cm-peniche.pt> consultado em 15/11/2011).

requalificação da cidade, o Município de Peniche deveria adoptar medidas que privilegiem a defesa e a recuperação dos edifícios do centro histórico, com incentivo à compra e reconstrução dos mesmos, através de um trabalho conjunto com a administração central que permita a redução ou isenção de impostos na compra e manutenção destes edifícios (nomeadamente, IMI e IMT), e ainda de uma optimização dos processos de licenciamento e aprovação/implementação de projectos a nível camarário, que pode até passar por parcerias com empresas locais para realização de acções construtivas nestas áreas com preços mais atractivos/reduzidos ou pela disponibilização dos técnicos camarários para vários tipos de ajuda ao nível de projectos e licenciamento. Por outro lado, o Município deveria incentivar a recuperação de edifícios nestas áreas históricas centrais, não só para habitação, mas também para comércio e serviços no geral, evitando o aumento/dispersão da construção noutras áreas da cidade – com a dinamização destas áreas centrais para habitação, comércio e serviços, incluindo até para estabelecimento de unidades de alojamento, consegue-se alcançar uma dinâmica e uma revitalização dessas mesmas áreas, tornando-as mais povoadas, mais “vivas” e, conseqüentemente, mais interessantes e mais visitadas, com todo o impacto sócioeconómico que daí advém.

Da mesma forma deveria haver alguma intervenção por parte do Município para a criação de um parque de caravanismo. Apesar de existirem dois parques de campismo dentro da cidade de Peniche, a maioria dos visitantes que se deslocam em autocaravana insiste em estacionar e “estabelecer-se” em áreas não adaptadas para o efeito, desvirtuando várias zonas da cidade. Seria interessante e benéfico criar um parque de caravanismo, acessível mediante um pagamento reduzido, onde existiriam as condições básicas para este tipo de visitantes, nomeadamente, estacionamento devidamente assinalado e regularizado, casas de banho e balneários, pontos de abastecimento de água potável e pontos de descarga de depósitos de dejectos, evitando a descarga dos mesmos em pontos não preparados para o efeito, com as suas conseqüências ambientais e sanitárias.

Uma questão operacional, que também deveria ser analisada pelo Município de Peniche, que merece destaque e que, apesar de ser um pequeno detalhe operacional e se conseguir resolver de forma relativamente simples, pode ser determinante para o bom funcionamento da actividade turística em geral no concelho, e não apenas ao nível do turismo militar, é a reorganização do turismo de grupo. Existem medidas fundamentais que podem fazer toda a diferença na satisfação dos visitantes, na divulgação de uma boa

imagem do concelho e, conseqüentemente, permitir um aumento desse turismo de grupo organizado por operadores turísticos e outro tipo de instituições, colocando Peniche cada vez melhor posicionado nas rotas turísticas da região: a criação e sinalização de um percurso aconselhado/obrigatório para autocarros de turismo, evitando a circulação destes veículos de grande dimensão dentro do centro histórico e em zonas onde a dimensão os impede de circular em condições aceitáveis, com divulgação desse percurso via internet e via contacto com empresas de turismo e ainda através da aplicação de sinalética para o efeito, tal como existe em várias outras localidades portuguesas – por exemplo, em Sintra; a criação de zonas de estacionamento para autocarros de turismo e sua sinalização, podendo até ser criados pontos de carga/descarga obrigatórios, evitando assim que estas questões operacionais fundamentais na actividade turística coloquem em causa o bom funcionamento quotidiano da circulação automóvel e pedonal; e ainda a beneficiação das casas de banho públicas existentes (e eventualmente a criação de novas em pontos onde sejam inexistentes) e manutenção de boas condições higieno-sanitárias das mesmas.

Por fim, uma questão determinante para a implementação deste conceito de turismo militar em Peniche, mas também imprescindível para uma recuperação da imagem da cidade e para uma boa envolvente paisagística e ambiental, quer para os visitantes da cidade, quer para os seus habitantes, é a reabilitação e limpeza do fosso da muralha e respectiva área envolvente, já em curso. Este projecto tornara-se uma questão determinante para a recuperação desta área central da cidade, na envolvente da estrutura arquitectónica da cortina de muralha, e tem vindo a ser implementado em duas fases: uma primeira fase, com a limpeza e reabilitação das denominadas “zonas molhadas”, nomeadamente, com recurso a dragas para limpeza das águas do fosso, após terem sido interrompidas e redireccionadas todas as ligações de esgotos que, no passado, aqui vinham desaguar; e uma segunda fase, com arranjo dos espaços envolventes nas denominadas “zonas secas”, que totalizam 9,6ha. Os trabalhos incluem a reabilitação da ponte pedonal já existente e a construção de uma segunda ponte pedonal sobre o fosso, que constituem duas das quatro ligações existentes entre o interior e o exterior do pano de muralha (das quatro ligações existentes, duas são pedonais e duas são rodoviárias). A conclusão destes trabalhos de reabilitação permitirá dinamizar as potencialidades destas áreas, nomeadamente, através da criação de zonas de recreio e lazer para a população residente e para os visitantes – com circuitos pedonais e ciclovias, espaços de diversão e espaços culturais, bares e restaurantes e ainda estruturas para prática de desportos

náuticos e terrestres – e ainda contribuir para a alavancagem da reabilitação urbana do núcleo central/histórico da cidade de Peniche, bem como para uma eventual requalificação da zona industrial adjacente com reconversão urbanística dessa área privilegiada da cidade (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011, adaptado).

Ponto forte de destaque: a diversificação da oferta turística do concelho de Peniche

Um dos grandes objectivos da implementação do conceito de turismo militar no concelho de Peniche é a diversificação da oferta turística do concelho. Pretende-se apostar nesta especialização como um factor de diferenciação, que permite uma melhor e mais eficiente penetração no mercado do turismo, assim como permite fazer face à grande sazonalidade sentida no concelho enquanto destino tradicional de sol e mar (Goulding, 2003: 152, adaptado). Não se pretende, no entanto, criar uma aposta exclusivamente direccionada para esta temática; pretende-se, sim, implementar o turismo militar como um complemento à oferta turística do concelho de Peniche, tornando-o ainda mais atractivo e permitindo uma oferta mais alargada, mais diversificada, e combatendo assim a exclusividade de um tipo de turismo muito sazonal.

O turismo exige, cada vez mais, uma constante actualização e competitividade, bem como uma permanente diferenciação para manter um destino turístico atractivo e bem posicionado dentro do mercado. O constante e progressivo aumento do turismo individual especializado, e o permanente desejo de diferença e de inovação por parte dos visitantes, contribuem para a segmentação do mercado turístico e para a especialização em turismos de nicho (Simões e Ferreira, 2009: 30, adaptado). Assim, neste contexto, uma especialização no turismo militar, enquanto vertente do turismo cultural, para o concelho de Peniche poderá ajudar a dinamizar o concelho enquanto destino turístico, contribuindo para a revitalização e diversificação da actividade turística já existente através da optimização dos recursos e da diminuição da sazonalidade. Para além de constituir uma alternativa e um factor complementar ao turismo de sol e mar, o turismo militar poderá aumentar a capacidade de atracção de visitantes por parte do concelho de Peniche, bem como permitirá revitalizar a identidade

cultural do concelho, através da beneficiação e da conservação do património histórico-cultural.

Público-alvo do Turismo Militar em Peniche

Esta oferta em Peniche teria como principal público-alvo todos os interessados no turismo cultural na vertente do turismo militar, nomeadamente, interessados no contexto histórico-militar do concelho e da região, na arquitectura militar e na história da estratégia defensiva, e ainda no contexto histórico-político do Estado-Novo. Assim, o público-alvo não seriam apenas os indivíduos interessados no aprofundamento do conhecimento histórico-militar, mas também, e no contexto do mercado nacional, toda uma classe ligada à componente militar – membros e ex-membros das Forças Armadas e ainda ex-combatentes da Guerra Colonial – e ainda ex-prisioneiros da prisão política salazarista, suas famílias e descendentes. Finalmente, um público mais jovem seria também um dos alvos do turismo militar em Peniche, nomeadamente, alunos do ensino básico e secundário em visitas de estudo de componente educativa.

Por outro lado, esta diversificação da oferta turística do concelho poderia aumentar a procura externa, ao nível dos visitantes estrangeiros, já mais despertados para este tipo de turismo militar inserido no contexto do turismo cultural, pois este tipo de aposta já se desenvolve em várias regiões e países um pouco por todo o Mundo e poderia colocar o concelho de Peniche na rota internacional do turismo militar.

3.2. ANÁLISE DA VIABILIDADE DA APLICAÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO MILITAR EM PENICHE

Como ponto de partida para a análise da viabilidade do uso turístico das fortificações militares do concelho de Peniche seguiu-se o estudo de Roberta Cajaseiras de Carvalho, em que se avalia a viabilidade do mesmo conceito nas fortificações militares de Pernambuco (Carvalho, 2005). Ainda que com parâmetros, objectivos e meios diferentes daqueles que se pretende utilizar e implementar nesta dissertação, este estudo permite uma análise comparativa de ideias, nomeadamente, ao nível das categorias/assuntos analisados, bem como ao nível das conclusões obtidas e das linhas de acção definidas com a finalização desse mesmo estudo.

Numa linha diferente da proposta para esta dissertação, Roberta C. de Carvalho propôs-se avaliar a viabilidade do uso turístico das fortificações militares de Pernambuco através da análise das notícias veiculadas sobre essas mesmas fortificações, de forma a detectar a frequência da ocorrência do tema turismo nessas matérias noticiadas, bem como a ocorrência de assuntos relativos ao património histórico, às características construtivas e à história desse património, e ainda à gestão do turismo.

A autora distribuiu as categorias de análise do estudo em quatro subgrupos – turismo, património histórico, gestão e informações –, tendo chegado à conclusão de que são muito poucas as fortificações de Pernambuco com referências noticiosas, já que apenas encontrou referências a duas dessas fortificações e não encontrou quaisquer referências a actividades inovadoras e de destaque. Verificou que se fazem recorrentemente referências a informações históricas pouco detalhadas em relação aos poucos fortes noticiados, bem como a actividades arqueológicas que possam eventualmente decorrer, mas nenhuma notícia referiu exclusivamente a actividade turística nestes pontos de visita; no entanto, constatou também que são várias as referências ao turismo nas fortificações, o que demonstra a importância desta actividade para as mesmas. Finalmente, Roberta C. de Carvalho evidenciou a alta recorrência à categoria governo nas diversas notícias consultadas, destacando a actual elevada dependência da conservação do património face ao Estado. (Carvalho, 2005: 4, adaptado).

No âmbito da presente dissertação, que pretende analisar a viabilidade e as linhas condutoras da implementação de um turismo de índole militar no concelho de Peniche, realizaram-se inquéritos nas ruas da cidade de Peniche, nomeadamente, junto de pontos de interesse turístico entre os dias 4 e 12 de Junho de 2011. Os inquéritos foram realizados a uma amostra de cinquenta pessoas, visitantes do concelho de Peniche, e, para além de realizarem uma análise da amostra abordada – ao nível da idade, sexo, meio de transporte, meio de alojamento, etc. – realizam essencialmente uma análise do grau de conhecimento e de interesse no turismo cultural de índole militar.

Assim, através da análise dos resultados, constatou-se que existe uma grande paridade ao nível dos sexos em questão: 52% dos inquiridos são do sexo feminino e 48% são do sexo masculino. Existe, no entanto, uma maior diferença ao nível das faixas etárias dos visitantes: 44% dos inquiridos têm entre 51 e 65 anos de idade, 28% dos inquiridos têm entre 31 e 50 anos, 16% têm mais de 66 anos e apenas 12% têm uma idade inferior a 30 anos. A grande maioria dos visitantes é de nacionalidade portuguesa:

62% dos inquiridos; 38% são, assim, estrangeiros, oriundos de França (16%), Espanha (14%), Reino Unido (6%) e Alemanha (2%).

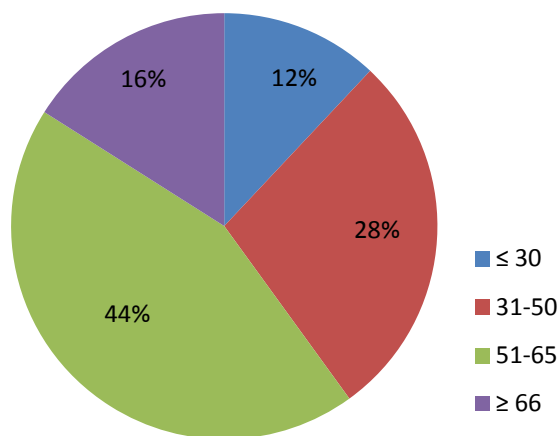


Gráfico 1 – Análise dos inquiridos através da distribuição em faixas etárias.

Fonte: Gráfico da autora.

Na questão número quatro do inquérito (“Como conheceu Peniche?”), e com o objectivo de analisar a forma como os visitantes tomaram conhecimento da cidade e concelho de Peniche, aceitaram-se respostas múltiplas de cada inquirido, pois esse conhecimento pode ter sido obtido através de vários meios em simultâneo. Constatou-se, então, que a maioria dos visitantes (62%) conheceu Peniche através de amigos. Seguem-se outros tipos de meios, como os media (30%), a internet (22%), as agências de viagens (16%), os livros e os guias de informação turística (12%) e ainda as juntas de freguesia da área de residência através da organização de excursões (8%).

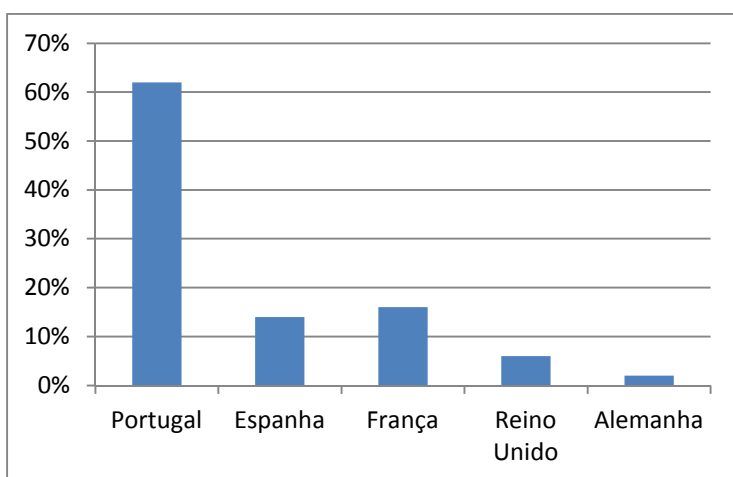


Gráfico 2 - Análise dos inquiridos por país de origem.

Fonte: Gráfico da autora.

Também na quinta questão do inquérito, que analisa os objectivos da visita dos inquiridos, foram aceites respostas múltiplas de cada inquirido, visto existir a

possibilidade de ocorrerem diferentes motivações em simultâneo. Analisadas as respostas, concluiu-se que existem três grandes motivações para a deslocação dos inquiridos a Peniche: o turismo de sol e mar (60%), o turismo cultural (56%) e o turismo gastronómico (42%). Também se destaca o turismo náutico ao nível dos desportos náuticos, referido por 14% dos inquiridos, e que há muito se constata ser um mercado de grande potencial na região e, especialmente, na cidade de Peniche, sendo necessária uma aposta ao nível das infraestruturas e do marketing de forma a potenciar este tipo de turismo que poderia ter uma influência e um impacto determinante para a cidade e para a região.

Com esta análise aos inquéritos realizados constata-se aquilo que já tinha sido possível perceber através da observação directa: a maioria dos visitantes do concelho de Peniche são visitantes do dia ou excursionistas, que não pernoitam no local. Mais de metade (52%) dos inquiridos são visitantes do dia; dos restantes 48%, a maioria (30%) pernoita em Peniche numa estadia de curta duração, entre 2 e 3 dias. Apenas 18% dos inquiridos realiza estadias entre 4 e 7 dias neste local e nenhum dos inquiridos permanece mais do que 8 dias no concelho de Peniche, o que permite concluir que, as visitas de mais do que um dia, quando acontecem, são maioritariamente de curta duração. Esta deverá ser uma situação a inverter, pois só com o aumento da atractividade do concelho de Peniche e com o conseqüente aumento da duração média da visita/estadia se conseguirá aquele que é o grande objectivo do turismo: a satisfação e a fidelização dos visitantes e o conseqüente impacto económico no concelho.

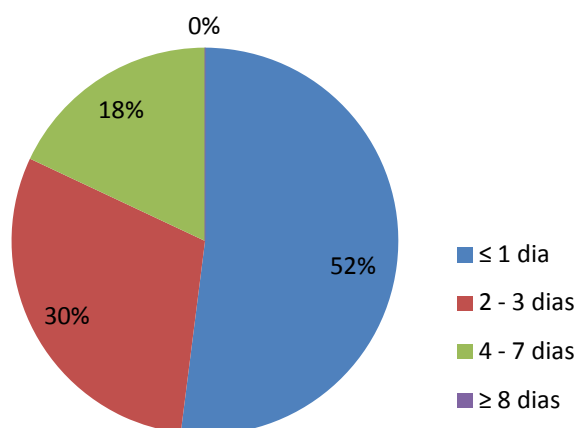


Gráfico 3 – Análise dos inquiridos em função da duração da sua visita ao concelho de Peniche (em número de dias).

Fonte: Gráfico da autora.

No seguimento da questão anterior, e como complemento à análise permitida por este inquérito, constatou-se que, dos 48% de inquiridos que pernoitam em Peniche, e ainda tendo por base a amostra de 50 pessoas (100%), 18% ficam alojados em hotel, 8% ficam em alojamento particular, 6% ficam no parque de campismo e 16% noutros tipos de alojamento, nomeadamente, *surfcamps* (6%) e autocaravanas (10%). Ao analisar exclusivamente a amostra de 24 pessoas (48%) que pernoitam em Peniche, verifica-se que, desse total, 37,5% pernoita em hotel, 16,68% utiliza alojamentos particulares, 12,6% fica alojado em parques de campismo e 33,4% utiliza outros tipos de alojamento (nomeadamente, 20,9% utiliza a autocaravana e 12,5% pernoita em *surfcamps*).

A oitava questão do inquérito teve como objectivo verificar qual o meio de transporte preferencial dos visitantes de Peniche. Constatou-se que 60% dos inquiridos viajou de automóvel, 24% viajou de autocarro e apenas 2% se deslocou de moto. 14% dos inquiridos referiram outros meios de transporte, nomeadamente, a autocaravana (14%) e o avião (4%), este último em conjunto com o automóvel – daí existirem, em muito poucos casos, respostas múltiplas a esta questão. Verifica-se, assim, que a maioria dos inquiridos se deslocou de automóvel, evidenciando uma tendência geral dos visitantes desta região que resulta também como consequência da localização periférica do concelho de Peniche face à rede ferroviária, e que se torna importante ter em conta na implementação e divulgação do turismo militar no concelho de Peniche. A importante percentagem referente à deslocação em autocarro diz respeito ao grande número de visitantes do dia que se desloca a Peniche em excursão, utilizando este meio de transporte colectivo.

As últimas questões do inquérito permitiram questionar os inquiridos directamente sobre o conhecimento e o interesse no turismo cultural/militar, permitindo uma perspectiva mais focada na viabilidade deste tipo de turismo no concelho de Peniche. Acima de tudo, estas últimas questões visaram compreender, não só a percepção actual que os visitantes têm (ou não) da oferta cultural do concelho de Peniche, mas também as principais lacunas existentes ao nível da sua dinamização e divulgação, com o objectivo de conseguir uma implementação mais eficaz do turismo militar.

Com a questão número 9 do inquérito (“Tem conhecimento da oferta cultural/arquitectónica do concelho de Peniche?”) pretendeu-se perceber que percentagem de inquiridos conhece a oferta cultural/militar de Peniche: 70% afirmou conhecer essa oferta, enquanto que 30% confirmou desconhecer essa mesma oferta. Ainda no seguimento desta questão, abordou-se os inquiridos que responderam

afirmativamente sobre a forma como tomaram conhecimento dessa mesma oferta, surgindo mais uma vez múltiplas respostas por inquirido: 28% conheceram através da internet, 30% através do posto de turismo local, 6% através dos *media*, 20% conheceram através de amigos, 10% conheceram através de livros/guias de informação turística e 18% conheceram esta oferta cultural/militar através de outros meios, nomeadamente, agências de viagens (8%), de guias-intérpretes nacionais (8%) e através do alojamento local (2%).

Torna-se aqui importante destacar que, várias pessoas que responderam negativamente à questão número 9, acabaram por responder de forma positiva às questões seguintes, em relação ao interesse nesta oferta cultural/militar e à sua importância para o turismo, pois através deste inquérito e das questões colocadas aperceberam-se que existem bens culturais dignos de interesse e que merecem ser visitados – o que, mais uma vez, demonstra a falta de divulgação e de dinamização do património existente. No entanto, o motivo principal da visita destes inquiridos não foi o património em si, ainda que tenham posteriormente, e já no local, tomado conhecimento dessa componente da oferta do concelho de Peniche.

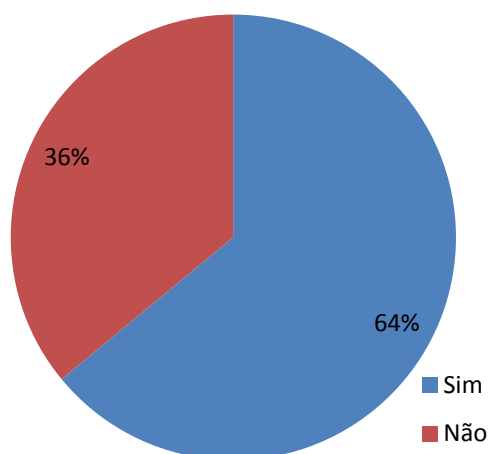
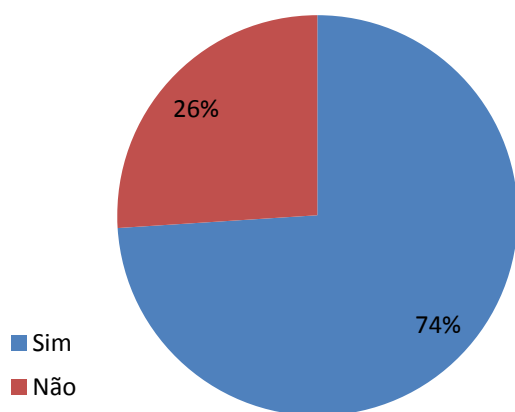


Gráfico 4 – Análise das respostas à questão nº 10 do inquérito: “Considera visitar essa oferta cultural/arquitectónica?” – 64% das respostas foram positivas e 36% das respostas foram negativas.

Fonte: Gráfico da autora.

A questão número 10 – “Considera visitar essa oferta cultural/arquitectónica?” – recebeu um total de 64% de respostas positivas, contra 36% de respostas negativas, enquanto que a questão número 11 (“Tem interesse em turismo militar, nomeadamente, ao nível da visita a antigas estruturas defensivo-militares e antigas prisões?”) recebeu 88% de respostas positivas. Para finalizar, a questão número 12 (“Considera esse tipo de turismo militar interessante no contexto do concelho de Peniche e da respectiva oferta

turística?") recebeu 82% de respostas positivas, e 74% dos inquiridos responderam afirmativamente à questão número 13 ("Recomendaria a visita ao concelho de Peniche a amigos, conhecidos e familiares em função da oferta turística cultural/arquitectónica e militar?"), o que demonstra um elevado grau de interesse dos inquiridos face ao património cultural/militar, no geral e especificamente no contexto do concelho de Peniche, e a confirmação de que a sua dinamização poderia representar uma mais-valia para o concelho em questão.



Fonte: Gráfico da autora.

Gráfico 5 – Análise das respostas à questão nº 13 do inquérito: “Recomendaria a visita ao concelho de Peniche a amigos, conhecidos e familiares em função da oferta turística cultural/arquitectónica e militar?” – 74% das respostas foram positivas, contra 26% de respostas negativas.

3.3. ANÁLISE SWOT

Um dos principais **pontos fortes** do concelho de Peniche é a oferta turística e a já conquistada posição no mercado do turismo, maioritariamente no panorama nacional, mas já com algum destaque a nível internacional: existe alojamento em quantidade e diversidade considerável, com empreendimentos classificados com duas, três e quatro estrelas, bem como parques de campismo e unidades de turismo em espaço rural; existe também uma forte oferta de restauração, em que predomina a tradição gastronómica de Peniche (peixes e mariscos). Também importante é ainda a larga oferta de áreas de estacionamento, que permitem um estacionamento fácil e acessível, sempre próximo do centro da cidade.

Outro ponto forte de destaque são as atracções naturais da região – que contribuem para a hegemonia do produto turístico sol e mar, tradicionalmente o produto de destaque na mesma – e a sua capacidade natural e inata de atracção de visitantes.

Os edifícios de interesse histórico, em grande quantidade e, de uma forma geral, em relativamente bom estado de conservação são também um dos pontos fortes deste concelho, nomeadamente, os elementos que compõem o sistema defensivo da cidade e arredores e com base nos quais se pressupõe a implementação do turismo militar. Ainda neste contexto importa destacar que Peniche se localiza na proximidade das *Linhas de Torres*, um conjunto de edificações defensivas que remontam ao período das Invasões Francesas e onde já foram desenvolvidos esforços no âmbito do turismo militar, o que pode proporcionar uma relação complementar e até a criação de uma estratégia de cooperação.

Finalmente, a localização geográfica de Peniche apresenta-se também como um ponto forte do concelho, devido ao seu posicionamento estratégico privilegiado em termos turísticos: possui uma ampla faixa costeira, composta por praias de boa qualidade, na sua maioria classificadas com Bandeira Azul da Europa, e ainda por falésias calcárias de notável importância histórico-geográfica e geológica. Actualmente, o concelho de Peniche possui boas ligações rodoviárias, nomeadamente, o itinerário principal IP6, que liga a cidade às auto-estradas mais próximas (A8 e A15) e aos principais eixos de circulação rodoviária do país. Encontra-se também bem posicionada face aos principais núcleos populacionais da região, como Lisboa (80km), Leiria (90km), Torres Vedras (55km), Caldas da Rainha (30km), Rio Maior (50km) e Santarém (80km), bem como em relação ao actual aeroporto de Lisboa.

Peniche evidencia-se, assim, pelas suas vantagens competitivas no contexto do turismo, que passam pela quantidade e pela qualidade dos seus recursos naturais, bem como pela quantidade e dinâmica dos recursos construídos. O facto de possuir uma já longa tradição turística, bem como os principais recursos ao nível da oferta hoteleira, da restauração e dos acessos rodoviários, permite ao concelho de Peniche colocar-se em competição directa com a região envolvente, através da potencialização destes mesmos pontos fortes e do aproveitamento das oportunidades, nomeadamente, através da aposta na diversificação e na especialização turística. Assim, o concelho de Peniche deverá, não só aproveitar e dinamizar as formas de turismo emergentes e mais recentes, como por exemplo, o turismo náutico/desportivo focado no surf e actividades similares (nomeadamente, com a criação de escolas de surf e *surfcamps*, um negócio emergente no concelho e com grande procura por parte de visitantes estrangeiros ao longo de todo o ano, o que contribui para a diminuição do impacto da sazonalidade no turismo de sol e mar), mas também procurar implementar novas formas de turismo que aproveitem estes

pontos fortes e permitam uma melhor e mais rica utilização dos recursos existentes, indo ao encontro das oportunidades geradas pelo mercado e dos nichos estratégicos disponíveis. Mais do que constatar apenas os recursos existentes e a sua possível utilização turística, há que buscar novas formas de turismo especializado que se possam adaptar ao concelho e aos seus recursos, de forma a conseguir a fidelização progressiva dos visitantes existentes e a procura de novos visitantes, com o objectivo de diversificar os mercados e diminuir o impacto da sazonalidade e a dependência face a mercados específicos.

Porém, são também vários os **pontos fracos** do concelho de Peniche, quando analisado num contexto turístico. Antes de mais convém realçar que não existe um plano de turismo para o concelho – após consulta ao *website* do Município de Peniche constata-se que não existe um plano de turismo publicado. Ainda através dessa consulta verifica-se que existem diversos projectos integrados em diferentes áreas de desenvolvimento, alguns dos quais em curso e que irão beneficiar a realidade e a oferta turística do concelho, mas verifica-se também que, apesar de ter sido criada em 2009 a *Magna Carta Peniche 2025*, com uma delineação das estratégias de desenvolvimento do concelho, não existe um plano global específico de turismo para o concelho, o qual seria determinante para afirmar este sector no contexto da economia local (Correia, 2009: 133-136, adaptado e <http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 25/04/2010).

À semelhança da maioria das autarquias portuguesas, Peniche possui certamente um orçamento limitado, quer para a dinamização e implementação de projectos económicos e especificamente turísticos, quer para implementação de estratégias de marketing, o que estabelece limites claros ao progresso turístico e à dinamização deste sector no concelho. Destaca-se também a grande dependência das acções de dinamização turística e de implementação de estratégias de marketing face ao Município, tal como acontece em grande parte do território português.

Uma das grandes **ameaças** à dinamização do turismo em Peniche é a caracterização dos actuais visitantes que, na sua maioria, se tratam de excursionistas ou visitantes do dia e apresentam um consumo relativamente baixo; por outro lado, actualmente, as visitas de índole cultural realizadas no concelho de Peniche tratam-se maioritariamente de visitas “acidentais”, no seguimento de outra motivação para a visita, não sendo o turismo cultural/militar a principal motivação da grande maioria dos visitantes. Da mesma forma, o clima do concelho e da região Oeste apresenta-se também como uma ameaça à dinamização turística, por se tratar de um clima instável e relativamente pouco

quente e ventoso mesmo durante o Verão. Por outro lado, o próprio sector do turismo surge como um sector económico vulnerável, dependente de vários factores externos e, na sua maioria, impossíveis de ser controlados, o que pode contrariar uma boa progressão estratégica do desenvolvimento turístico do concelho. Trata-se de um sector que funciona em função do clima, da divulgação e promoção e até de modas, o que pode condicionar fortemente o número de visitantes atraídos por um destino.

No entanto, as ameaças e pontos fracos referidos podem ser trabalhados de forma a serem encarados e utilizadas como **oportunidades**, mitigando essas mesmas debilidades: face ao clima instável, a dinamização do turismo militar apresenta-se como uma alternativa para os visitantes nos dias e períodos em que as condições atmosféricas não permitam, por exemplo, desfrutar do turismo sol e mar. Por outro lado, para a implementação do turismo militar não é necessário um clima quente e seco, mas sim um clima com temperaturas agradáveis que permitam realizar visitas a pé e desfrutar dos elementos defensivos a visitar. Assim, o turismo militar tornar-se-ia, não só um produto de destaque na região e capaz de atrair visitantes interessados neste produto turístico, mas também um complemento ao turismo sol e mar já existente na região. Da mesma forma, a existência de uma clientela na região, ainda que de baixa rentabilidade económica, pode ser dinamizada através da diversificação da oferta: a dinamização do turismo militar, aliado ao turismo cultural, poderá permitir visitas mais prolongadas ou até proporcionar estadias nocturnas em meios de alojamento da região, bem como contribuir para aumentar o consumo desses mesmos visitantes.

A aposta no turismo militar permitiria também uma diversificação do público-alvo do turismo em Peniche e ainda uma complementaridade ao turismo sol e mar já existente na região, com um alargamento dos períodos de visitas – passando de uma época alta baseada na época balnear e, especialmente, no mês de Agosto, para um turismo disseminado ao longo de todo o ano e sem períodos de pico – e com um alargamento da oferta da região, contribuindo para um aumento da duração média da estadia e do consumo de cada visitante.

Para a implementação do turismo militar no concelho de Peniche seriam importantes várias obras para melhorar muitas das infraestruturas existentes, bem como obras de recuperação e de reestruturação da arquitectura militar e suas áreas envolventes – esta seria a grande oportunidade para revitalizar a oferta turística do concelho, nomeadamente, os edifícios históricos e suas envolventes que iriam compor o foco principal do projecto de turismo militar. Neste mesmo contexto seria possível

reorganizar toda a oferta turística do concelho, através do estudo detalhado de cada estrutura/edifício e da criação dos devidos itinerários que permitam a cada visitante conhecer tudo aquilo que o concelho tem para oferecer; seria ainda benéfico aliar as devidas explicações informativas em cada ponto de interesse, bem como a sinalética necessária, de forma a permitir uma melhor compreensão e interpretação dos diferentes pontos de visita com o objectivo de proporcionar uma abordagem mais interessante e mais rica a cada visitante.

Finalmente, e não apenas no contexto do turismo militar, mas para uma estratégia turística integrada e eficaz para todo o concelho, deveria ser realizado um plano de turismo para o concelho de Peniche, que incluiria as linhas orientadoras neste campo, bem como a devida estratégia de marketing necessária, com o objectivo de definir os principais objectivos e linhas de acção para as próximas décadas, permitindo uma estratégia duradoura, comum aos diferentes grupos partidários que vão ocupando a gestão do município. Esta estratégia de desenvolvimento turístico deveria passar pela implementação e desenvolvimento dos desportos náuticos e pela dinamização das actividades marítimo-turísticas já existentes, pela estruturação de programas culturais integrados em passeios turísticos – nomeadamente a articulação de visitas de interesse histórico, geográfico e geológico com actividades como o mergulho, o *birdwatching* e o *trekking*, pela conservação dos areais e da paisagem costeira no geral, com aposta na limpeza e manutenção das zonas balneares no mais alto *standard*, pela organização e promoção de eventos de forma estruturada ao longo da época balnear, mas também ao longo de todo o ano, permitindo assim a fidelização de um maior número de visitantes, e até pela aposta no *branding*, com a criação de uma marca a nível territorial/concelho para a oferta turística no geral, que uniria a oferta ao nível dos recursos naturais, da gastronomia tradicional e do alojamento, potenciando a entrada de Peniche enquanto destino turístico no mercado do turismo nacional e internacional.

3.4. A APLICAÇÃO PRÁTICA DO CONCEITO DE TURISMO MILITAR – ACCÕES E INTERVENÇÕES AO LONGO DO PERCURSO

Para a implementação deste conceito de turismo militar no concelho de Peniche seria necessário realizar um conjunto de acções e intervenções, em diversos pontos e com diferentes objectivos, que permitissem não só a sua implementação física e a sua

aplicação prática, mas também o bom funcionamento das visitas e a satisfação dos visitantes. Assim, pretende-se delinear um percurso de visita, coerente e perfeitamente aplicável (que poderia até ser o percurso sugerido para as visitas individuais e utilizado para as visitas em grupo), e que englobe todos os pontos de interesse, ao longo do qual serão assinaladas as intervenções necessárias para a aplicação do projecto de turismo militar – mais do que um percurso numa óptica de aplicação turística, com a devida informação inerente necessária, pretende-se criar um percurso esquemático ao nível da visita cultural de índole militar mas com todas as indicações das alterações e intervenções necessárias para a boa implementação do conceito de turismo militar.

3.4.1. Fortaleza – Campo da República (ou *Campo da Torre*)

Horário de funcionamento: 10h – 12h30; 14h – 19h.

Encerra à segunda-feira.

A fortaleza localiza-se no extremo sueste da península de Peniche, no denominado *Campo da Torre*, onde se iniciaram as primeiras obras de defesa da península com a construção do baluarte redondo com torre em 1557. A fortaleza alcançou a sua dimensão e planta definitivas durante o reinado de D. João IV, e manteve-se durante vários séculos como uma das mais importantes fortificações do reino. Em 1897 foi desclassificada como fortificação e, durante o período do Estado Novo, serviu de prisão política. Actualmente encontra-se aí localizado o Museu Municipal (criado em 1984 pela Câmara Municipal de Peniche, com o objectivo de divulgar e perpetuar a história e o património do concelho), bem como alguns núcleos de actividades culturais.

Trata-se de uma fortaleza em relativamente bom estado de conservação de planta estrelada irregular, com quatro frentes abaluartadas e com baluartes poligonais. No topo do largo principal da fortaleza localiza-se o Baluarte Redondo, a primeira fortificação edificada no local.

A visita deste edifício realiza-se actualmente de forma individual e não acompanhada, não sendo necessário realizar pagamento para aceder ao seu interior. Apesar do relativo bom estado de conservação da fortaleza no geral, nota-se algum abandono e bastantes danos em vários edifícios no seu interior, muitos dos quais não têm qualquer utilização na actualidade e encontram-se fechados, sem qualquer tipo de acção de manutenção

e/ou recuperação. Sendo um edifício emblemático e com bastantes visitas, nomeadamente, aos fins-de-semana, em que uma grande quantidade de visitantes se desloca a Peniche em passeio e/ou por razões gastronómicas, seria de também de esperar uma aposta mínima na sinalética e na informação ao visitante, o que não acontece.



Figura 1 – Perspectiva aérea da Fortaleza de Peniche.

(Fonte: <http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).

Por outro lado, no seu interior localiza-se também o Museu Municipal, cuja visita é realizada igualmente de forma individual e não acompanhada, mas mediante o pagamento de 1,5€ (preço único por pessoa). Existe a possibilidade, segundo informação por escrito no hall de entrada, de realizar visitas guiadas para grupos mediante marcação prévia.



Figura 2 – O interior da Fortaleza, com os edifícios da antiga prisão utilizados actualmente pelo Museu Municipal.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

Localizado no interior de diversos edifícios da fortaleza, este museu não possui um espaço adaptado à sua exposição, e expõe essencialmente achados históricos e objectos ligados à história e cultura locais em vitrinas, com alguma informação escrita. Da mesma forma, não possui qualquer ferramenta interactiva para consulta do visitante, bem como não possui sinalética de orientação da visita – a visita estende-se ao longo de

três pisos (sem essa indicação no hall de entrada, e sem qualquer tipo de acesso para visitantes com dificuldades motoras, que podem ver-se impossibilitados de realizar a visita de forma total ou parcial), não existindo em vários pontos a obrigatória sinalética que permita ao visitante saber de imediato qual o caminho a seguir e quais os pontos que deverá visitar.

Figura 3 – Antigos edifícios da prisão política, no interior da Fortaleza de Peniche, na sua maioria sem utilização na actualidade e em avançado estado de degradação.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).



Seria determinante a criação, no interior da fortaleza, de um **Centro de Interpretação do Sistema Defensivo e da Antiga Prisão Política de Peniche**, para ser visitado tanto por aqueles que integrassem uma visita guiada, como por todos os que realizassem o percurso individualmente. Este centro, com grande aposta na imagem e na informação interactiva, ficaria localizado nos edifícios localizados no interior da fortaleza (que possui bastantes edifícios desaproveitados e em más condições, possíveis de ser reabilitados e adaptados a um espaço deste tipo) e funcionaria como centro de recepção e orientação dos visitantes – a visita seria realizada mediante um pagamento simbólico, com reduções para estudantes e reformados. O Centro de Interpretação poderia ser visitado/consultado imediatamente antes, durante ou depois da visita ao sistema defensivo e serviria também como local de reuniões e debates/discussões sobre estes temas, nomeadamente, no contexto das visitas escolares. Os principais temas abordados pelo Centro de Interpretação seriam o sistema defensivo do concelho de Peniche e da região envolvente, com uma contextualização histórica, militar e estratégico-defensiva dos elementos que o integram; e a antiga prisão política, com uma contextualização histórico-social do regime salazarista, da repressão, da luta anti-fascista e dos focos de resistência e ainda uma descrição detalhada da Revolução de 25 de Abril de 1974 e da forma como foi vivida em Peniche, incluindo relatos de ex-presos políticos e fotografias/imagens da época. De grande relevância e impacto são os relatos

na primeira pessoa, contados por ex-prisioneiros políticos de Peniche, os quais deveriam ser recolhidos e documentados em texto e imagem, pois retratam não só o quotidiano da prisão, como também as atitudes de luta e as fugas, e podem marcar a passagem de um visitante neste local pelo impacto que lhe causam. Tal como referido anteriormente, seria importante realizar eventos não regulares de recriação de momentos históricos, nomeadamente, neste edifício, devido à contextualização e à envolvente que o mesmo proporciona.

Figura 4 – Vista parcial dos edifícios da antiga prisão política, com marcas evidentes de degradação e abandono.

Fonte: Fotografia da autora
(05/10/2011).



Também crucial seria uma revitalização/reabilitação deste ponto-chave da oferta turística do concelho: a fortaleza e seus edifícios interiores. São urgentes as obras de reabilitação em grande parte dos edifícios, pois com o abandono e a progressiva degradação poderão perder-se vestígios históricos, para além de contribuir para uma péssima imagem de recepção aos visitantes. O Museu Municipal deveria sofrer uma reestruturação de modo a adequá-lo às novas tecnologias e a permitir uma maior interactividade entre o visitante e a informação prestada, tal como as restantes áreas de visita deveriam ser recuperadas, nomeadamente, a antiga prisão política com os respectivos parlatório, refeitório e celas, entre outros, permitindo um conjunto de informação interessante e atractivo sobre esta prisão política e sobre o regime salazarista no geral, tornando a prisão de Peniche um dos principais pontos de visita a nível nacional no contexto de um itinerário ou roteiro das prisões políticas do Estado-Novo.

Assim, a fortaleza e os edifícios no seu interior deveriam ser reabilitados e deveriam receber acções de intervenção que permitissem o acesso a toda a área exterior, para apreciação do edifício, sem zonas vedadas nem degradadas, e com a necessária sinalética e informação básica sobre os diversos pontos de visita.



Figura 5 – O Baluarte Redondo, a primeira fortificação construída neste local e terminada em 1557, mais tarde incorporada no interior da Fortaleza.

Fonte: Fotografias da autora (05/10/2011).

Na entrada principal deste edifício, por onde acedem todos os visitantes, deveria ser criado um espaço de recepção, com um mapa geral de todo o edifício, indicação de todos os pontos de visita e ainda de pontos de apoio aos visitantes – nomeadamente, indicação da localização dos sanitários públicos, de zonas sem acessibilidade para visitantes com dificuldades motoras, e ainda de áreas que constituam eventuais perigos para os visitantes (por exemplo, áreas de circulação desprotegidas e com risco de queda, como caminhos de ronda das muralhas da fortaleza ou pontos de observação elevados com eventual risco de queda). Deveria também estar sempre presente uma pessoa nesta entrada principal para apoio a dúvidas dos visitantes, para controlo das entradas e acessos e ainda para apoio em caso de eventuais emergências.



Figura 6 – O corredor das celas da prisão política, actualmente integrado no Museu Municipal.

Fonte: Fotografia da autora
(05/10/2011).

Os edifícios ocupados pelo actual Museu Municipal, bem como alguns edifícios adjacentes, deveriam ser transformados no já referido Centro de Interpretação, que englobaria também esse mesmo museu, permitindo assim ao visitante um panorama geral sobre o concelho de Peniche, a nível histórico, geográfico, cultural e defensivo-militar. A grande aposta deste Centro de Interpretação seria a vertente interactiva, que permitiria ao visitante realizar leituras, visualizar imagens e vídeos, consultar notícias de jornais relacionadas com factos históricos relevantes para este tema, bem como aprofundar os diferentes temas abordados consoante o seu grau e tipo de interesse. Estariam também disponíveis visitas acompanhadas para grupos, mediante marcação prévia, e ainda visitas especialmente destinadas a grupos escolares, articuladas com os programas curriculares – que poderiam até englobar o guia e alguns figurantes com roupas alusivas às diferentes épocas históricas abordadas, tornando a visita mais interessante e atractiva. A visita terminaria num “hall de reflexão”, um espaço final amplo, que serviria também para conferências, debates e outras actividades culturais que aí poderiam ser organizadas, bem como eventos de comemoração de datas históricas, que são todas elas formas de atrair e fidelizar o público a este edifício e ao concelho de Peniche.

Seria ainda interessante apostar em formas de “marcar” e influenciar o visitante, tornando esta visita significativa e levando à recomendação a terceiros, mediante a implementação de pormenores na visita que a tornem mais pessoal e individualizada – por exemplo, seria interessante criar uma visita a este Centro de Interpretação e ao edifício da fortaleza no geral baseada no quotidiano de um preso político, em que o visitante receberia um bilhete de identidade fictício, com uma identidade fictícia, mas que lhe permitiria “encarnar” essa personagem e saber o que estava a realizar em cada um dos locais visitados, em cada momento do dia, possibilitando assim uma experiência mais realista e marcante. No final da visita receberia ainda um documento de “libertação” ou diploma, uma espécie de comprovativo por ter visitado aquele local e que permitiria o seu “regresso à liberdade”.

3.4.2. Forte das Cabanas – Avenida do Mar

Devido à sua posição estratégica o Forte das Cabanas desempenhava um papel muito importante na defesa de Peniche: funcionava como um ponto de guarda para a entrada

do braço de mar (também denominado de *rio*), utilizado durante vários séculos como porto de abrigo e de descarga da frota pesqueira, bem como local de carga e descarga de mercadorias, antes da construção do porto de pesca e dos molhes de protecção do mesmo. Foi melhorado em 1671, por ordem de D Pedro II, e posteriormente ampliado em 1830. Actualmente encontra-se muito degradado, abrigando no seu recinto diversos edifícios abarracados e velhos armazéns de peixe, que recordam a época em que as instalações da lota aí se localizavam (antes da construção do actual porto de pesca).



Figura 7 – Vista parcial do Forte das Cabanas, com o Portinho do Meio e a zona de muralha demolida já no século XX.

Fonte: Fotografia da autora
(05/10/2011).

Essencial para este ponto de visita seria a sua reabilitação geral, incluindo dos edifícios no seu interior – vários desses edifícios são de cariz público e encontram-se ocupados por entidades públicas; muitos outros são edifícios privados e têm vindo a ser recuperados pelos seus proprietários, estando aí localizados unidades de alojamento, de restauração e estabelecimentos comerciais. Recentemente foi demolido o maior edifício que aí existia, que esteve ocupado durante vários anos pelo *Clube Naval de Peniche*, sendo agora esse espaço apenas utilizado como parque de estacionamento. Seria vital uma reabilitação deste espaço com a criação de uma dinâmica de estabelecimentos comerciais e de restauração, com algumas esplanadas e espaços exteriores e ainda com áreas verdes, pois trata-se de um espaço amplo rodeado de edifícios e de muralha que permite uma boa circulação pedonal e que, bem reabilitado e dinamizado, permitiria um excelente espaço de vida social diurno e nocturno.

Figura 8 – Vista parcial do Forte das Cabanas e seu posicionamento estratégico no acesso marítimo a Peniche.

Fonte: Fotografias da autora (05/10/2011).



No contexto do turismo militar, seria crucial a criação de um ponto de informação sobre este antigo forte, com um mapa do sistema defensivo onde o mesmo estaria assinalado e ainda com algumas informações que permitam uma contextualização histórico-defensiva. Trata-se de um dos pontos da visita onde melhor se consegue perceber a lógica do sistema de fortificação abaluartado, pois permite visualizar outros baluartes e meios-baluartes, bem como o exterior da cortina de muralha e o exterior da área muralhada da cidade, criando uma percepção visual e directa do sistema de cruzamento de fogos de defesa.

3.4.3. Cortina do Cais – Avenida do Mar

A linha de muralha estendia-se ao longo do istmo que liga Peniche ao continente, sendo cercada por um fosso em quase todo o perímetro e reforçada por baluartes e meios-baluartes de planta poligonal. Este primeiro pano de muralha, denominado de *Cortina do Cais*, unia o Forte das Cabanas ao Meio-baluarde da Misericórdia e foi demolido apenas em 1952 – cerca de 300 metros de muralha deram lugar à Avenida do Mar e melhoraram o acesso ao Portinho do Meio através da construção de rampas, que constituiu o principal porto de abrigo de embarcações e cais de desembarque até à construção do actual porto de pesca.

Actualmente esta avenida constitui uma das principais áreas de restauração da cidade de Peniche, um ponto de passagem quase obrigatória para todos os visitantes. Assim, seria imprescindível aqui colocar uma pequena placa informativa sobre o local e a sua posição no contexto do sistema defensivo da cidade, mais uma vez através da inclusão de um mapa geral com este ponto assinalado.

3.4.4. Meio-baluarte da Misericórdia – Avenida do Mar

O Meio-baluarte da Misericórdia localiza-se entre a Cortina do Cais (actual Avenida do Mar) e a Cortina do Morraçal ou do Jardim, sendo acessível através de rampa rodoviária ou de escadaria. Em 1807 foram aí construídos armazéns para guardar géneros e, actualmente, alberga dois edifícios ocupados pela Capitania do Porto de Peniche e pela sede da Segurança Social em Peniche.

Trata-se de um ponto de passagem ao longo da visita pedonal pela linha de defesa e, do topo, permite visualizar o fosso da muralha, bem como os meios-baluartes seguintes e ainda o Forte das Cabanas. Seria necessária também aqui, não só uma placa informativa com a contextualização histórico-defensiva deste local (e sua localização assinalada no mapa de conjunto), como também sinalética necessária para o acesso ao topo deste meio-baluarte – caso contrário, um visitante individual não-acompanhado poderá não realizar esse acesso, não incluindo assim este meio-baluarte na sua visita.

3.4.5. Cortina do Morraçal ou do Jardim – Praça Jacob Rodrigues Pereira

A Cortina do Morraçal ou do Jardim une o Meio-baluarte da Misericórdia ao Baluarte da Ponte. No início do século XIX localizavam-se neste local as casamatas do Morraçal, já totalmente desaparecidas. Mais tarde esta área foi disponibilizada pelo governador da praça de Peniche à Câmara Municipal para aí ser construído o Jardim ou Passeio Público, que permitiria o desenvolvimento desta área enquadrada no contexto social e cultural desta localidade.

Actualmente mantém-se a área de Jardim Público, com parque infantil, e ainda três edifícios públicos: o Posto de Turismo, a Escola de Rendas de Bilros da Câmara Municipal de Peniche e ainda o Clube Recreativo Penichense.



Figura 9 – Cortina do Morraçal ou do Jardim, vista a partir do lado exterior, com o fosso da muralha onde decorrem os trabalhos de limpeza e reordenamento.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

A visita no contexto do turismo militar seria realizada ao longo da muralha, no passeio existente sempre ao longo da mesma – seria apenas necessária, mais uma vez, a sinalética que permita ao visitante reconhecer a direcção a tomar, bem como uma pequena placa informativa com a localização desta cortina de muralha no mapa de conjunto e com uma breve nota sobre a sua contextualização histórico-defensiva.

3.4.6. Baluarte da Ponte

Localizado entre dois panos de muralha – a Cortina do Morraçal e a Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima – caracteriza-se actualmente pelo túnel da *Ponte Velha*, um dos quatro acessos existentes (na actualidade) ao interior da cidade de Peniche através da muralha. O topo deste baluarte, acessível através da escadaria de acesso ao antigo caminho de ronda, permite uma excelente vista sobre o pano de muralha, os meios-baluartes próximos e o fosso da muralha, onde decorrem actualmente as obras de reabilitação e limpeza da área molhada e das áreas envolventes. Este antigo caminho de ronda encontra-se bastante degradado e em más condições de limpeza – por se tratar de um local sem visualização a partir do exterior, acessível apenas pela referida escadaria e sem qualquer passagem regular de peões, trata-se de um local muito pouco frequentado, utilizado por vezes para actividades menos lícitas. Seria determinante um policiamento regular do local, incluindo este ponto nas rondas pedestres da Polícia de Segurança Pública, bem como uma limpeza regular do mesmo, para além de uma reabilitação geral do caminho de ronda e das muralhas. Neste ponto, para além da necessária sinalética de orientação e ainda de uma placa informativa com a contextualização histórico-defensiva e com a localização espacial deste baluarte no mapa de conjunto, seria também importante criar alguma sinalética de segurança, alertando para o perigo de queda do

topo acessível deste baluarte e delimitando as áreas de acesso restrito por questões de segurança.



Figura 10 – Baluarte da Ponte: escadaria de acesso ao topo do baluarte (à esquerda) e vista parcial do antigo caminho de ronda (à direita).

Fonte: Fotografias da autora (05/10/2011).

3.4.7. Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima – Avenida 25 de Abril

Actualmente um jardim público – o Parque do Baluarte – esta área junto à cortina foi, durante vários séculos, uma pequena lagoa com exploração de salinas.

Trata-se de uma área, no contexto desta visita, de circulação ao longo do pano de muralha, sendo aqui necessária apenas a sinalética de orientação ao visitante e uma breve placa informativa.



Figura 11 – Cortina do Morraçal de Peniche-de-Cima, vista do lado exterior da muralha.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

3.4.8. Meio-baluarte de S. Vicente

O topo deste meio-baluarte permite uma excelente panorâmica sobre grande parte da muralha defensiva da cidade de Peniche. A partir deste local o visitante consegue visualizar vários baluartes e meios-baluartes e perceber perfeitamente os princípios deste sistema de fortificação abaluartado, nomeadamente, do sistema de cruzamento de fogo defensivo. Consegue-se ainda uma óptima visualização do fosso da muralha, onde decorrem actualmente as operações de limpeza e reabilitação – daqui visualiza-se o mais recente acesso pedonal entre o interior da muralha e o exterior da mesma, que constitui a quarta ligação (a segunda ligação pedonal) e está integrada no projecto de reabilitação do fosso da muralha.

Porém, este meio-baluarte encontra-se, actualmente, sem quaisquer condições mínimas para ser integrado numa visita no contexto do turismo militar. O caminho de ronda encontra-se totalmente degradado e o acesso ao topo do meio-baluarte não existe, sendo feito através de alguns montes de terra existentes no local. Da mesma forma, a muralha encontra-se bastante degradada neste local e exige uma intervenção urgente para a sua reabilitação. As guaritas e merlões encontram-se num estado de abandono e degradação que poderá colocar em causa a sua reabilitação, se a mesma não for realizada a curto prazo. Assim, neste local seria necessária uma reabilitação geral da muralha e meio-baluarte, bem como seria necessária a construção de um acesso ao topo do meio-baluarte e a recuperação do antigo caminho de ronda. Mais uma vez, seria também necessária a sinalética de orientação, bem como uma placa informativa com a contextualização geográfica e histórico-defensiva deste meio-baluarte.



Figura 12 – Meio-baluarte de S. Vicente, com evidentes sinais de degradação e sem acesso ao respectivo topo e caminho de ronda.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

3.4.9. Cortina do portão e portão de Peniche-de-Cima

Entre o Meio-baluarte de S. Vicente e o Meio-baluarte da Camboa/Gamboa, o pano de muralha foi atravessado pela estrada de acesso ao interior da cidade, onde existiu em tempos o portão da cidade – este local denomina-se de *Portão de Peniche-de-Cima*.



Figura 13 – Cortina do portão e portão de Peniche-de-Cima, um dos poucos acessos ao interior da muralha na actualidade.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

Trata-se de mais uma zona de passagem ao longo deste percurso, e seria interessante contar com alguma sinalética e uma placa informativa junto ao *portão* (actual entrada da cidade) com a respectiva contextualização histórica, bem como com a sua localização no mapa de conjunto do sistema defensivo.

3.4.10. Meio-baluarte da Camboa – Caminho do Forte da Luz

O Meio-baluarte da Camboa localiza-se junto ao Oceano Atlântico, o que lhe permite uma excelente paisagem sobre a baía e as praias de Gamboa, Cova de Alfarroba e Baleal. É interessante notar que a praia mais próxima se denomina praia da Gamboa – possivelmente a designação *Camboa* evoluiu, em especial na forma oral, para *Gamboa*.

O caminho de acesso ao Forte de S. João da Luz realiza-se ao longo de um pano de muralha com cerca de três metros de espessura, junto ao mar, que se estendia entre este forte e o meio-baluarte. Parte desse pano de muralha, numa extensão de 550 metros, encontra-se totalmente destruído, permitindo acesso directo à praia do *Quebrado*. Este pano de muralha terá sido destruído pelo terramoto de 1755 e com o passar dos anos, com a acção do mar e com a reutilização das pedras pelos populares terão desaparecido os seus vestígios.



Figura 14 – Meio-baluarte da Camboa.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

O caminho ao longo do pano de muralha encontra-se bastante degradado, e não permite uma circulação de peões segura e confortável. Da mesma forma, o topo do meio-baluarte da Camboa não possui um acesso em boas condições. Assim, seria vital reabilitar toda esta área, não só ao nível dos acessos e das zonas de circulação, como também ao nível da própria muralha e ainda ao nível do ordenamento das vias rodoviárias e das áreas de estacionamento. Trata-se ainda de uma zona onde seria interessante adicionar algum mobiliário urbano, totalmente inexistente, bem como sinalética de orientação e placas informativas ao longo do percurso com a devida contextualização histórico-defensiva.

Figura 15 – Meio-baluarte da Camboa, visto a partir do respectivo caminho de ronda, com marcas de degradação das muralhas.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).



3.4.11. Forte S. João da Luz (ou de N.^a Sr.^a da Luz)

O Forte de S. João da Luz ou de N.^a Sr.^a da Luz encontrava-se, em 1751, já bastante degradado, restando actualmente apenas algumas ruínas. Habitualmente denominado de *Forte da Luz*, este local permite um excelente panorama sobre a baía de Peniche e Baleal, evocando a função de defesa deste forte, que cruzava fogo com outros baluartes e meios-baluartes e, mais tarde, também com o Fortim do Baleal, permitindo a defesa do areal da zona norte da península de Peniche, bem como um dos principais acessos ao interior desta localidade.

Figura 16 – Praia do *Quebrado* e, ao fundo, o Meio-baluarde da Camboa.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).



Em estado avançado de degradação, não restam actualmente mais do que algumas ruínas deste forte, posicionado estrategicamente no topo de uma pequena elevação. Seria conveniente uma reabilitação do forte – ainda que já pouco reste deste edifício – bem como da sua área envolvente, com melhoria dos acessos, reforço das condições de circulação pedonal e das condições de segurança, e ainda com a instalação da devida sinalética e placa informativa com contextualização histórico-defensiva. Crucial seria ainda encontrar alguma forma de preservação das estruturas ainda aí existentes, através da protecção das mesmas, da criação de uma área vedada e eventualmente de uma estrutura que permita a protecção das mesmas – seria interessante, por exemplo, a criação de uma estrutura neste local em materiais não causadores de danos nas estruturas nem no local, como a madeira, o vidro e o acrílico, que envolvesse os vestígios do forte, proporcionando o estabelecimento de um pequeno *lounge bar* com uma localização privilegiada; esta estrutura permitiria proteger o edifício histórico mas com uma dinamização do local, contribuindo para a qualificação da oferta turística integrada. Para tal dinamização seria necessária a já referida reabilitação dos acessos a

este local, bem como uma organização/delineação das áreas de circulação rodoviária, pedonal e ainda das áreas de estacionamento.



Figura 17 – Forte de S. João da Luz.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).

Figura 18 – Vestígios da estrutura do Forte de S. João da Luz, localizado de forma estratégica no extremo norte da península de Peniche.

Fonte: Fotografia da autora (05/10/2011).



3.4.12. Entrincheiramento de S. Miguel

Esta fortificação de campanha composta por uma linha de terraplenagem com várias baterias ligeiras de lajes, construída entre o Meio-baluarte da Camboa/Forte de S. João da Luz e o Porto da Areia Norte, também denominada de *Linha dos Moinhos*, contribuía para o reforço da defesa desta zona norte da península de Peniche. Também na Praia do Porto da Areia Norte foi construída uma pequena bateria de defesa. Todas estas estruturas defensivas desapareceram com a passagem do tempo. Seria, no entanto, importante colocar no local correcto a devida placa informativa, bem como a necessária sinalética para o prosseguimento do percurso. Neste ponto termina a linha de defesa contínua da localidade de Peniche, que protegia toda a zona de areais baixos, e inicia-se

a costa de escarpas com várias dezenas de metros, ao longo da qual foram apenas construídas algumas baterias de defesa auxiliares em pontos estratégicos.

3.4.13. Antigo Forte N.^a Sr.^a da Vitória – Cabo Carvoeiro

A partir do *Entrincheiramento de S. Miguel* e até ao Cabo Carvoeiro não se procedeu à construção de qualquer elemento de defesa, pois as elevadas e recortadas escarpas não permitiriam qualquer desembarque inimigo.

O Forte de N.^a Sr.^a da Vitória foi construído no Cabo Carvoeiro para defesa e observação da costa devido ao seu posicionamento estratégico. A partir de 1866, após a sua desactivação militar, foi utilizado como estação semafórica e telegráfica. Foi demolido no final da primeira metade do século XX para aí ser construído um restaurante, ainda existente na actualidade.

Próximo, o farol do Cabo Carvoeiro foi construído em 1779 a cerca de 24 metros de altitude e possui uma lente eléctrica com alcance de vinte e cinco milhas, bem como um sinal sonoro.

O Cabo Carvoeiro trata-se de um dos *ex-libris* da cidade de Peniche, ponto quase obrigatório de visita a todos os que se deslocam a esta localidade. No contexto deste percurso do turismo militar, mas também num contexto de turismo em geral no concelho de Peniche, existem algumas medidas de simples aplicação que permitiriam uma melhor utilização desta área e contribuiriam para uma melhor imagem da cidade: a reabilitação dos sanitários públicos aí existentes, que deveriam funcionar com um horário mais alargado e que deveriam ser alvo de acções de limpeza e manutenção frequentes, mesmo que fosse necessário implementar um sistema de pagamento de uma quantia simbólica pela sua utilização; o ordenamento do parque de estacionamento de ligeiros e a criação de dois lugares de estacionamento para autocarros de turismo; e a instalação das necessárias placas informativas neste local, com a devida contextualização histórico-defensiva, bem como com a necessária sinalética para continuação do percurso.

3.4.14. Bateria do Carreiro do Cabo

A bateria do Carreiro do Cabo foi construída durante a ocupação francesa (não fazendo parte, assim, do projecto original da linha de defesas da península de Peniche) e

tinha como objectivo a defesa daquela pequena enseada, evitando qualquer desembarque inimigo.

Actualmente não existem quaisquer vestígios da sua existência.

Para a inclusão deste ponto no percurso da visita de índole militar seria necessário, não só a instalação de sinalética e da devida informação aos visitantes, mas também uma intervenção no acesso a esta pequena praia rochosa, de forma a permitir uma boa circulação pedonal e rodoviária.

3.4.15. Bateria do Porto da Areia Sul

Esta bateria foi construída para defender a praia do porto da Areia Sul, e assim aí evitar qualquer tipo de desembarque que colocasse em causa a defesa da zona sul da Península de Peniche. Apresentava a forma de uma cauda de andorinha com dois canhões e com um quartel para cinquenta praças. Possuía também um paiol e ainda um segundo recinto rodeado por um muro de pequenas dimensões.

Actualmente não existem vestígios desta bateria.

Neste local seria interessante, não só a instalação da necessária sinalética e da placa de informação ao visitante, como também uma eventual aposta num estabelecimento de restauração – numa lógica de snack-bar – que deveria ser construído com estruturas amovíveis e recicláveis, nomeadamente, madeira, vidro e acrílico, e que permitiria aos visitantes, bem como aos residentes locais, desfrutar desta agradável enseada, contribuindo para o crescimento da economia local.

3.4.16. Forte de N.^a Sr.^a da Consolação – Consolação, Atouguia da Baleia

O Forte de N.^a Sr.^a da Consolação localiza-se numa ponta rochosa sobre o mar, no extremo sul da península de Peniche, na localidade de Consolação. Trata-se de um forte de planta estrelada, com quatro baluartes triangulares e cinco plataformas lajeadas para colocação de bocas de fogo. Do lado leste, o forte é rodeado por um fosso, atravessado por uma ponte de dois arcos redondos que permite acesso ao portal de entrada.

O início da construção deste forte ocorreu em 1641, tendo ficado concluído em 1645 enquanto simples plataforma. Foi posteriormente ampliado entre 1657 e 1675, alcançando a planta actual, e tinha como principal objectivo cobrir a defesa da baía e zona sul da península de Peniche. O terramoto de 1755 destruiu grande parte do forte, tendo sido parcialmente restaurado em 1796.

Em 1978 este forte foi classificado como Monumento Nacional.

O baluarte redondo foi recuperado em 1995, tendo aí funcionado durante vários anos um café/bar. Actualmente o forte encontra-se encerrado ao público.



Figura 19 – Forte da Consolação.

Fonte: Município de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).

Imprescindível e de carácter urgente é a reabilitação de todo este edifício no geral, que se encontra numa situação de algum abandono e sem qualquer tipo de utilização. Com a sua reabilitação seria interessante permitir as visitas ao público em geral, bem como dinamizar a instalação do café-bar no seu interior, pois só com uma utilização regular, que implica uma manutenção e limpeza dos espaços de forma quotidiana, será possível manter e preservar estas estruturas defensivas. Seria também necessário aqui instalar alguma informação por escrito complementar à visita, com a devida contextualização histórico-defensiva deste espaço, bem como algumas imagens e esquemas especialmente criados para exemplificar o conceito do sistema defensivo criado para a península de Peniche, e assim melhor contextualizar a importância operacional e estratégica deste forte.

3.4.17. Fortim do Baleal – Ilha do Baleal, Ferrel

O Fortim do Baleal foi mandado construir por Junot em 1808, durante a presença francesa em Peniche, e encontrava-se em ruínas já no final do século XIX. Actualmente podem ver-se apenas restos dos antigos muros e das plataformas de lajes.

Este forte cruzava fogo com o Forte de S. João da Luz, e permitia a defesa de todo o areal norte da península de Peniche. Proporciona uma excelente paisagem sobre a baía de Peniche e Baleal e ainda sobre a península da Papôa.

Nas suas imediações localiza-se a Capela de Santo Estêvão.



Figura 20 – Capela de Santo Estêvão e parte da estrutura do Fortim do Baleal, na Ilha do Baleal.

Fonte: Município de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).

Ambos os edifícios – o fortim e a capela – necessitam de uma intervenção de reabilitação, com vista à sua boa preservação e manutenção. Tal como em todos os pontos do percurso seria também necessário aqui instalar a placa informativa com a necessária contextualização histórico-defensiva, assim como alguma informação de carácter estratégico-militar, de forma a permitir aos visitantes perceber a importância estratégica deste fortim.

Com o objectivo de angariar soluções e fundos para a manutenção e preservação destes edifícios, e tendo em conta a sua localização em plena Ilha do Baleal com um panorama excelente sobre a baía de Peniche e Baleal e sobre a península da Papôa, estes edifícios deveriam estar abertos ao público para visitas regulares, mas poderiam também ser promovidos como local de organização de cerimónias de casamentos civis (pois a capela não se encontra em funções religiosas), mediante o pagamento de um pequeno valor que reverteria na íntegra para a celebração dessas cerimónias e para a reabilitação e manutenção dos edifícios do sistema defensivo do concelho de Peniche. O acesso rodoviário à ilha seria permitido aos participantes deste tipo de eventos, e teria de ser reorganizada e reabilitada a área de estacionamento de ligeiros, sendo uma forma de promover o concelho e de dinamizar este tipo de estruturas que, sem uma utilização e manutenção regular, ficarão sempre condenadas ao esquecimento e ao abandono.

3.4.18. Forte de S. João Baptista – Ilha da Berlenga

O arquipélago das Berlengas divide-se em três grupos geográficos: a Ilha da Berlenga, as Estelas (quinze ilhéus de reduzidas dimensões) e os Farilhões (a quatro milhas de distância da Ilha da Berlenga). A única ilha com visitas regulares durante a época de Verão é a Ilha da Berlenga, a maior do arquipélago, localizada a 5,4 milhas para WNW do Cabo Carvoeiro e a 7 milhas do porto de Peniche (Reinier e Santos, 2003: 21-26, adaptado).

Figura 21 – Forte de S. João Baptista, na Ilha da Berlenga.

Fonte: Município de Peniche (<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011).



O Forte de S. João Baptista localiza-se sobre um ilhéu, numa enseada do lado sueste da ilha da Berlenga, ligado à mesma por uma ponte de arcadas em alvenaria. Trata-se de um forte de planta octogonal irregular e tem construções de planta rectangular adossadas às paredes norte e oeste, bem como ao centro, cobertas por terraços lajeados. Dos lados sul e leste a cortina mais baixa encontra-se rasgada por canhoneiras a intervalos regulares.

Este forte foi iniciado em 1651 por ordem de D. João IV e os trabalhos demoraram alguns anos devido à sua localização insular. Foi restaurado em 1678 e, posteriormente, apenas entre 1932 e 1953 sofreu uma intervenção dirigida pela DGEMN, tendo aí funcionado uma pousada entre 1953 e 1971.

Entre 1981 e 1987 realizaram-se algumas obras de valorização e consolidação deste forte, funcionando actualmente como casa-abrigo para visitantes.

A visita a este forte é apenas possível nos meses de Primavera e Verão e consoante as condições marítimas, pois o acesso à ilha está sempre condicionado às condições de navegação e desembarque na ilha. Trata-se de uma estrutura defensiva que não estaria directamente incluída no percurso de índole militar, pois implica uma deslocação e

respectiva visita que condiciona à dedicação de um segundo dia a este tema – se o percurso pelo sistema defensivo do concelho de Peniche poderia ser realizado num só dia, a visita à ilha da Berlenga e ao Forte de S. João Baptista implicaria já o desenvolvimento da realização da visita ao longo de dois dias, o que pode até contribuir para o aumento da duração da estada dos visitantes no concelho, mas poderá não ser realizada por grande parte dos visitantes no contexto do turismo militar.

Actualmente o acesso à Ilha da Berlenga realiza-se através de empresas marítimo-turísticas e a partir do porto de Peniche, mediante pagamento de viagem por pessoa, existindo já algumas dessas empresas com a opção de ser realizada uma pequena visita acompanhada na ilha; no entanto, na maioria dos casos a visita à ilha é feita de forma individual e sem acompanhamento.

Para uma boa visita e interpretação deste ponto do percurso seria necessária a sinalética de orientação – não apenas no interior do forte, mas um pouco por toda a ilha, ao longo dos percursos autorizados –, bem como as devidas placas informativas com a obrigatória contextualização histórico-defensiva do edifício em questão.

Actualmente o Forte de S. João Baptista funciona como casa-abrigo para os visitantes, com serviço de aluguer de quartos e com acesso a cozinha comum. Seria necessário apostar numa profunda reabilitação do edifício, com recuperação deste importante edifício histórico, assim como com reabilitação dos edifícios existentes no seu interior, criando melhores condições de alojamento e de restauração. Trata-se de um edifício com uma manutenção muito difícil, exigente e dispendiosa devido à sua localização e também devido às condições climatéricas da ilha ao longo de todo o ano, com a influência do Oceano Atlântico a causar danos em todas as estruturas construtivas e também nos interiores dos edifícios.

CONCLUSÃO

Com a presente dissertação de mestrado pretendeu-se explorar a possibilidade de aplicar e desenvolver um conceito de turismo militar, no contexto do turismo cultural, no concelho de Peniche. Sendo o turismo de sol e mar predominante neste concelho devido à sua localização geográfica e à oferta existente, e tendo em conta a tendência actual do turismo para a diversificação e para a especialização dos destinos, considerou-se que uma aposta no turismo militar poderia permitir complementar a oferta existente, criando alternativas e tornando o concelho de Peniche mais atractivo e completo no contexto da oferta turística.

Assim, a dissertação iniciou-se com uma introdução ao turismo militar, no contexto do turismo cultural, através da definição do conceito e das suas variantes, da definição do seu público-alvo, e passando também pelo *benchmarking*, realizando uma pequena análise de diferentes destinos onde foi implementado o turismo militar, que permitem aferir a capacidade diferenciadora desta especialização do turismo e apontar pequenas questões e ideias que deverão ser tidas em conta nesta mesma implementação.

Em seguida foi realizada uma contextualização do concelho de Peniche, a nível histórico, geográfico, arquitectónico e defensivo-militar, bem como uma caracterização da oferta e da realidade do turismo nesta área geográfica. Estando prevista neste contexto uma entrevista com o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Peniche, para um complemento à análise da realidade do turismo no concelho, bem como para análise de eventuais projectos e acções que se encontrem a decorrer no âmbito do turismo, a mesma não foi possível ser realizada por indisponibilidade do Senhor Presidente, quer via entrevista presencial, quer via contacto de e-mail.

Finalmente, numa terceira fase desta dissertação realizou-se a aplicação teórica e prática do conceito de turismo militar no concelho de Peniche. Foram sistematizados os principais pontos de focagem de uma eventual implementação deste conceito no concelho, passando pela análise dos pontos fortes e pontos fracos, oportunidades e ameaças, e destacando os principais benefícios que poderiam daí resultar. Sendo um dos grandes objectivos desta dissertação a análise do contributo positivo do turismo militar para o concelho de Peniche e para a complementaridade da sua oferta turística,

procedeu-se também a uma pequena análise da eventual viabilidade desta implementação, através de inquéritos a visitantes.

Mais do que definir o conceito de turismo militar e realizar uma proposta de aplicação desse conceito ao concelho de Peniche, a presente dissertação pretendeu também analisar a actual oferta e realidade turística deste concelho e a eventual viabilidade da implementação do turismo militar e benefícios daí resultantes. Através da definição de estratégias e grandes linhas condutoras necessárias para a referida aplicação deste conceito, e apontando as alterações estruturais, físicas e arquitectónicas determinantes para essa mesma aplicação, criou-se um pequeno projecto de implementação do turismo militar no concelho de Peniche com o objectivo fundamental de dinamizar e diversificar a oferta turística e atrair e fidelizar um maior número de visitantes, com consequentes benefícios para a região.

Para a realização desta dissertação foi fundamental a observação directa do concelho de Peniche, do seu património arquitectónico e dos visitantes que aí se deslocam, bem como a realização dos inquéritos. De extrema importância foi também a pesquisa bibliográfica, ao nível de livros e publicações, bem como a pesquisa via internet, permitindo uma excelente base teórica de trabalho e um bom ponto de partida para a análise comparativa e para a angariação de ideias e linhas orientadoras. No entanto, trata-se de um tema de abordagem relativamente recente, não existindo ainda um número considerável de publicações e análises sobre o mesmo, sendo de prever que continue a ser desenvolvido nos próximos anos. Chamo a atenção para o facto de, ao longo da realização desta dissertação terem sido consultados diversos livros, publicações, páginas internet, entre muitas outras fontes, que contribuíram, em maior ou menos proporção, para o texto final. No entanto, ainda que muitas dessas fontes estejam presentes e referidas ao longo do texto desta dissertação, em muitos casos não foram citadas ou mesmo referidas – trata-se de textos ou livros cuja leitura foi importante para entender melhor o tema abordado ou para contextualizar diferentes situações e temáticas, mas cujo texto não foi citado ou adaptado para constar nesta dissertação. Assim, pelo contributo para o resultado final, mantiveram-se essas fontes na bibliografia e na webgrafia, ainda que não constem directamente no texto da dissertação.

BIBLIOGRAFIA

A.A.V.V. (2001), *Introdução ao Turismo*, Edição da Organização Mundial do Turismo.

A.A.V.V. (1984), *Tourism and the Architectural Heritage – Cultural, Legal, Economic and Marketing Aspects* – Relatórios apresentados no 34º Congresso da AIEST em 9 – 15 Setembro 1984, St.Gall – Suíça, Associação Internacional de Experts Científicos do Turismo (AIEST).

A.A.V.V. (1985), *Trends of Tourist Demand* – Relatórios apresentados no 35º Congresso da AIEST em 15 – 21 Setembro 1985, St.Gall – Suíça, Associação Internacional de Experts Científicos do Turismo (AIEST).

BAPTISTA, M. (2003), *Turismo – Gestão Estratégica*, Lisboa, Editorial Verbo.

BENI, M. C. (2007), *Análise Estrutural do Turismo*, S.Paulo – Brasil, Editora Senac, 12ª edição.

BEST, M. (2007), “Norfolk Island: Thanatourism, History and Visitor Emotions”, *Shima: The International Journal of Research into Island Cultures*, 2007, Vol. 1, Nº 2, pp. 30 – 48.

BLACKFORD, M. (2005), “Tourism, the Environment and the Military: The Case of Guam, (1962 – 2002)”, *Business and Economic History Online*, 2005, Vol. 3, pp. 1 – 6.

BLOT, J. (1989), *A Cidadela do Mar – Roteiro do Museu-Fortaleza de Peniche*, Peniche, Câmara Municipal de Peniche.

BOIÇA, J., BARROS, M., RAMALHO, M. (2001), *As Fortificações Marítimas da Costa de Cascais*, Lisboa, Quetzal Editores.

CALADO, M. (1994), *Da Ilha de Peniche*, Lisboa, Edição do Autor.

CALADO, M. (2000), *Fortificações da Região de Peniche*, Peniche, Edição do Autor.

CALADO, M. (1991), *Peniche na História e na Lenda*, Peniche, Edição do Autor, 4ª edição.

CALADO, M. (1982), *Sobre a Fortaleza de Peniche*, Peniche, Edição do Pelouro Cultural da Câmara Municipal de Peniche.

CALADO, M. (1982), *Sobre a Fortaleza de São João Baptista na Berlenga*, Peniche, Edição do Pelouro Cultural da Câmara Municipal de Peniche.

CALADO, M. (1999), *Visão Cronológica da História de Peniche*, Lisboa, Edição do Autor.

Censos 2011 – Resultados Definitivos (2002), Lisboa, Instituto Nacional de Estatística.

CARVALHO, R. (2005), “A Relação entre o Turismo e a Conservação do Património nas Fortificações Militares de Pernambuco: a contribuição de uma análise de conteúdo”, in www.nacaocultural.pe.gov.br/salvar.php?c=4212&f=1, consultado em 26/04/2010.

CASTRO, A. (1994), *A Praça Forte de Valença do Minho*, Valença, Câmara Municipal de Valença.

CLÍMACO, A. (2010), *As Linhas de Torres Vedras: Invasão e Resistência: 1809 – 1811*, Lisboa, Colibri/Edição da Câmara Municipal de Torres Vedras.

COOPER, C., HALL, C. (2008), *Contemporary Tourism – An International Approach*, Oxford, Elsevier.

COOPER, C. et all (1993), *Tourism – Principles & Practice*, Londres, Pitman Publishing.

COOPER, M. (2006), “The Pacific War Battlefields: Tourist Attractions or War Memorials?”, *International Journal of Tourism Research*, 2006, nº 8, pp. 213 – 222.

CORREIA, A., AMADOR, J., ABRANTES, J. (dir.) (2009), *Magna Carta Peniche 2025- Diagnóstico Estratégico – Estratégia de Desenvolvimento e Programas de Actuação*, Peniche, Edição da Câmara Municipal de Peniche.

CUNHA, L. (2007), *Introdução ao Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo, 3ª edição.

DANN, G., SEATON, A. (2001), *Slavery, Contested Heritage and Thanatourism*, Nova Iorque/EUA, The Haworth Hospitality Press.

DUNKLEY, R., MORGAN, N., WESTWOOD, S. (2011), “Visiting the trenches: Exploring means and motivations in battlefield tourism”, *Tourism Management*, Vol. 32, Nº 4, 2011, Reino Unido, Elsevier, pp. 860 - 868.

Forte da Berlenga (1953), Boletim da DGEMN nº 74 de Dezembro de 1953, Porto, Ministério das Obras Públicas da República Portuguesa.

FONSECA, F., RAMOS, R. (2007), *V Congresso da Associação Portuguesa de Economia Agrária – Globalização, Agricultura e Áreas Rurais; Vila Real, 4, 5 e 6 Outubro 2007 – Resumos: O Turismo no espaço rural como eixo estratégico de desenvolvimento local: o caso de Almeida*, Campus de Gualtar, Edição do Departamento de Engenharia Civil da Universidade do Minho.

FRAGA, N. (2002), *Turismo de Guerra – a possibilidade de novo tipo de turismo para o Brasil. Marco inicial: guerra do Contestado (1912 – 1916)*, Curitiba – Brasil, Edição das Faculdades Integradas Curitiba.

FURTADO, A. (2004), *Um Itinerário pelo Sistema Defensivo da Península de Peniche*, tese de licenciatura policopiada, Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Estoril.

GATEWOOD, J., CAMERON, C. (2004), “Battlefield Pilgrims at Gettysburg National Military Park”, *Ethnology*, 2004, Vol. 43, nº 3, pp. 193 – 216, EUA.

GIL, J. (1996), *The Finest Castles in Portugal*, Lisboa, Editorial Verbo, 3ª edição.

GOELDNER, C., RITCHIE, J., MCINTOSH, R. (2002), *Turismo – Princípios, Práticas e Filosofias*, Porto Alegre – Brasil, Bookman, 8ª edição.

GOULDING, P. (2003), Capítulo 9 – “Seasonality: the perennial challenge for visitor attractions”, In: FYALL, A., GARROD, B., LEASK, A. (Eds.): *Managing Visitor Attractions – New Directions*, Reino Unido, Elsevier Butterworth-Heinemann.

GUNN, C. (1988), *Tourism Planning*, Londres, Taylor & Francis.

HAZEBROUCQ, J. (2003), Capítulo 3, *Management dos Projectos de Turismo e de Lazer*, Lisboa, Instituto Piaget, pp. 63 - 76.

LENNON, J., FOLEY, M. (1999), “Interpretation of the Unimaginable: the U.S. Holocaust Memorial Museum, Washington D.C. and Dark Tourism”, *Journal of Travel Research*, 1999, vol. 38, nº 1, pp. 46 – 50 (disponível em <http://jtr.sagepub.com/content/38/1/46> em 25/04/2010).

LENNON, J., FOLEY, M. (2000), *Dark Tourism – The Attraction of Death and Disaster*, Londres, Continuum.

LENNON, J., MITCHELL, M. (2007), *Dark Tourism – The Role of Sites of Death in Tourism*, Londres, Routledge.

LEW, A., HALL, C., WILLIAMS, A. (2007), *Compêndio de Turismo*, Lisboa, Instituto Piaget.

LICKONISH, L., JENKINS, C. (2000), *Introdução ao Turismo*, Rio de Janeiro – Brasil, Editora Campus.

LUNN, K. (2007), “War Memorialisation and Public Heritage in Southeast Asia – some case studies and comparative reflections”, *International Journal of Heritage Studies*, Janeiro 2007, Vol. 13, Nº 1, pp. 81 – 95.

- MASON, P. (2008), *Tourism – Impacts, planning and management*, Oxford, Elsevier.
- MOREIRA, R. (dir.) (1989), *História das Fortificações Portuguesas no Mundo*, Lisboa, Publicações Alfa.
- PALOMEQUE, F., MARTÍN, B. (2006), “Nuevos Productos de Turismo Cultural: Castillos y Fortalezas en Cataluña”, Espanha, Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes (disponível em <http://www.cervantesvirtual.com/obra/nuevos-productos-de-turismo-cultural--castillos-y-fortaleza-en-catalua-0/>, consultado em 25/04/2010).
- PEREIRA, P. (dir.) (1995), *História da Arte Portuguesa*, Vol. 2, Lisboa, Círculo de Leitores.
- REID, W. (1997), “El Papel de los Museos Militares en la Sociedad Europea”, *Militaria – Revista de Cultura Militar*, 1997, Nº 9, pp. 175 – 186, Servicio de Publicaciones UCM, Madrid – Espanha.
- REINER, F., SANTOS, R. (2002), *Berlengas – A História e as Estórias*, Lisboa, Intermezzo-Audiovisuais, Lda.
- SANCHO, A. (dir.) (2001), *Introdução ao Turismo*, São Paulo – Brasil, Organização Mundial de Turismo/Editora Roca.
- SARAIVA, J. (dir.), (1983), *História de Portugal*, Vol. 5, Lisboa, Publicações Alfa.
- SEATON, A. (1999), “War and Thanatourism: Waterloo 1815 – 1914”, *Annals of Tourism Research*, 1999, Vol. 26, Nº 1, pp. 130 – 158.
- SHACKLEY, M. (2001), “Potential Futures for Robben Island: Shrine, Museum or Theme Park?”, *International Journal of Heritage Studies*, 2001, Vol. 7, Nº. 4, pp. 355 – 363.
- SHARPLEY, R., STONE, P. (2009), *The darker side of travel – the theory and practice of dark tourism*, Reino Unido, Channel View Publications.

SIMÕES, J., FERREIRA, C.C. (2009), *Turismos de Nicho – Motivações, Produtos, Territórios*, Lisboa, Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa.

SMITH, N., CROY, W. (2005), Capítulo 19 – “Presentation of Dark Tourism: Te Wairoa, the Buried Village”, *Taking Tourism to the Limits: Issues, Concepts and Managerial Perspectives*, Reino Unido, Elsevier Science.

SMITH, W. (2010), “The Darker Side of Travel: the theory and practice of dark tourism”, *Annals of Tourism Research*, Julho 2010, Vol. 37, Issue 3, pp. 867 – 869, Reino Unido, Elsevier.

STONE, P. (2006), “A Dark Tourism Spectrum: Towards a typology of death and macabre related tourist sites, attractions and exhibitions”, *An Interdisciplinary International Journal*, 2006, Vol. 54, Nº 2, pp. 145 – 160.

STONE, P., SHARPLEY, R. (2008), “Consuming Dark Tourism: A Thanatological Perspective”, *Annals of Tourism Research*, Abril 2008, Vol. 35, Issue 2, pp. 574 – 595, Reino Unido, Elsevier.

STONE, P. (2005), *Dark Tourism Consumption – A call for research*, E-Review of Tourism Research, Volume 3, Nº 5, pp. 109 - 117.

STRANGE, C., KEMPA, M. (2003), “Shades of Dark Tourism: Alcatraz and Robben Island”, *Annals of Tourism Research*, Abril 2003, Vol. 30, Nº 2, pp. 386 – 405, Reino Unido, Elsevier.

WEILER, B., HALL, C. (1992), *Special Interest Tourism*, Londres, Belhaven Press.

WIGHT, A. (2006), “Philosophical and methodological praxes in dark tourism: controversy, contention and the evolving paradigm”, *Journal of Vacation Marketing*, 2006, Vol. 12, Nº 2, pp.119 – 129.

YUILL, S. (2003), “Dark Tourism: Understanding Visitor Motivation at Sites of Death and Disaster”, tese MSC, Texas A&M University, EUA.

ZUELOW, E. (2004), “Enshrining Ireland’s Nationalist History inside Prison Walls: the restoration of Kilmainham Jail”, *Éire-Ireland*, Vol. 39, Nº 3 e 4, Outono/Inverno 2004, pp. 180 – 201.

WEBGRAFIA

<http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 25/04/2010 e em 15/11/2011.

<http://www.septentrion-nwe.org>, consultado em 25/04/2010.

<http://revistas.ucm.es/amm/02148765/articulos/MILT9797120175A.PDF>, consultado em 25/04/2010.

<http://www.cervantesvirtual.com/servlet/SirveObras/67924064322336129754679/018106.pdf>, consultado em 25/04/2010.

<http://www.casadatorre.org.br/CVII6.pdf>, consultado em 25/04/2010.

<http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/8021/1/APDEA2007-FFonseca.pdf>, consultado em 25/04/2010.

http://www.unicuritiba.edu.br/webmkt/pesquisa/pesquisa_arquivos/publicacoes/turismo/1/sumario.pdf#page=43, consultado em 25/04/2010.

<https://35.9.18.4/~business/bhweb/publications/BEHonline/2005/blackford.pdf>, consultado em 25/04/2010.

<http://www.dark-tourism.org.uk/>, consultado em 26/04/2010.

<http://www.grief-tourism.com/>, consultado em 26/04/2010.

<http://www.wartourist.eu/>, consultado em 26/04/2010.

<http://www.thecabinet.com/>, consultado em 26/04/2010.

<http://www.theage.com.au/articles/2002/06/28/1023864657451.html>, consultado em 27/04/2010.

<http://www.guardian.co.uk/travel/dark-tourism>, consultado em 27/04/2010.

<http://www.tourism-futures.org/content/category/17/93/273/>, consultado em 27/04/2010.

http://www.agem.sp.gov.br/projetos_fortes.htm, consultado em 29/09/2011.

http://www.agem.sp.gov.br/pdf/f_circuito_dos_fortes.pdf, consultado em 29/09/2011.

http://www.agem.sp.gov.br/pdf/g_circuito_dos_fortes.pdf, consultado em 29/09/2011.

<http://www.battlefields.co.uk/>, consultado em 29/09/2011.

<http://www.tourisme-alsace.com/fr/fortifications/>, consultado em 29/09/2011.

http://www.belgiumtheplaceto.be/memorial_military_tourism.php, consultado em 29/09/2011.

http://www.linesoftorresvedras.com/opendoc/Road_Book2011.pdf, consultado em 05/10/2011.

http://www.cm-mafra.pt/cultura/pdf/rota_linhas_torres.pdf, consultado em 05/10/2011.

<http://www.cm-mafra.pt/cultura/pdf/CircuitoEnxaraPT.pdf>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.cm-mafra.pt/cultura/pdf/forteZambujal.pdf>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.linhasdetorresvedras.com>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.rhlt.com.pt>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.cm-tvedras.pt>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.cm-arruda.pt>, consultado em 05/10/2011.

<http://www.adepe.pt/>, consultado em 13/11/2011.

<http://www.aciscpeniche.pt>, consultado em 13/11/2011.

<http://www.publico.pt/Local/grupo-manifestase-hoje-contra-condominio-de-luxo-na-antiga-sede-da-pide-1234739>, consultado em 15/11/2011.

<http://www.pacododuque.com.pt>, consultado em 15/11/2011.

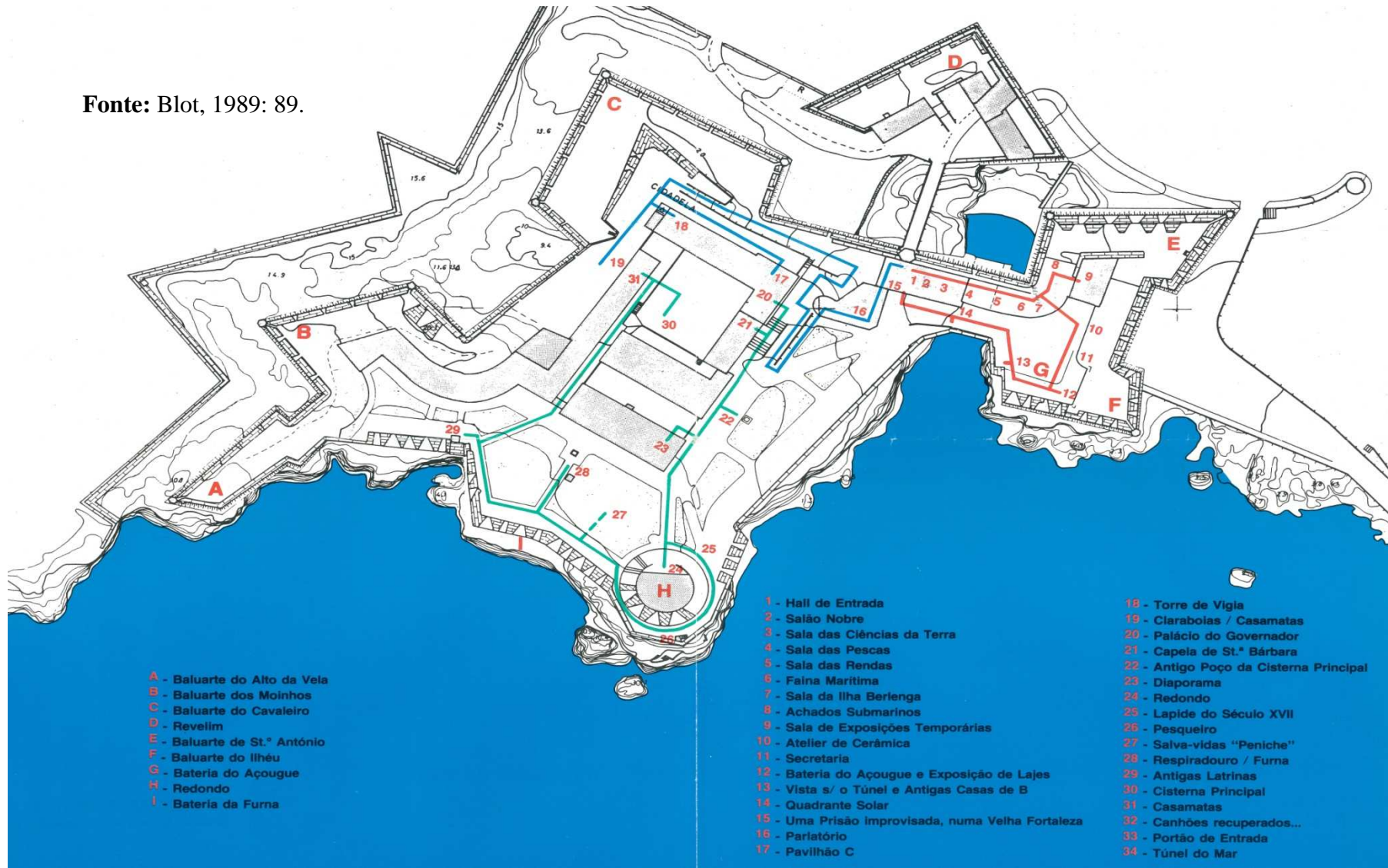
<http://www.ine.pt>, consultado em 15/11/2011.

<http://www.rt-oeste.pt>, consultado em 15/11/2011.

<http://www.maps.google.com>, consultado em 15/11/2011.

ANEXOS

Fonte: Blot, 1989: 89.

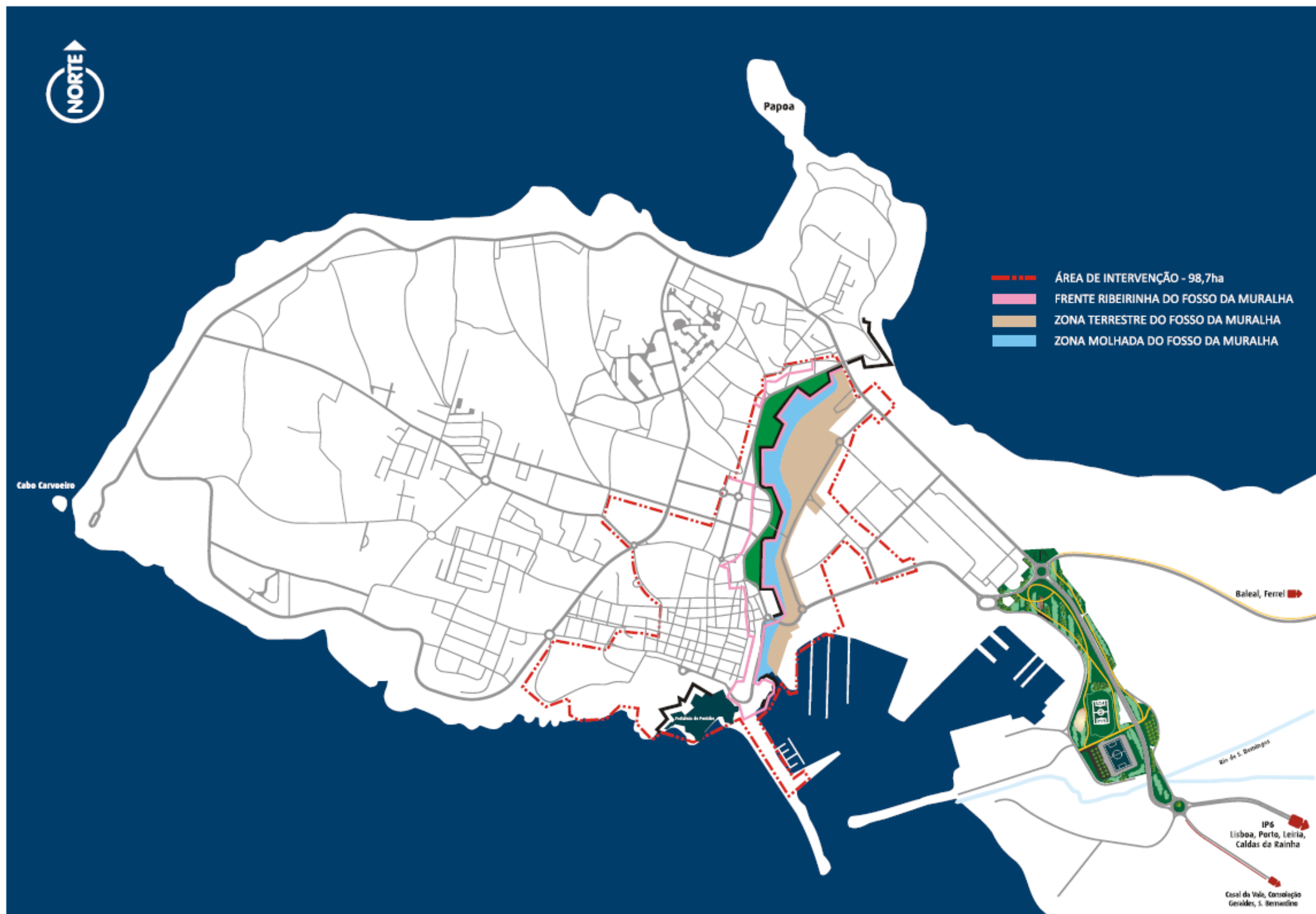


ANEXO VI

**ÁREA DE INTERVENÇÃO DA RECUPERAÇÃO DO FOSSO DA MURALHA E
ESPACOS ENVOLVENTES**

recuperação do fosso da muralha
e espaços envolventes
frente ribeirinha e centro histórico

ÁREA DE INTERVENÇÃO



ANEXO VII

VISTA AÉREA DA PENÍNSULA DE PENICHE



Fonte: <http://maps.google.com>, consultado em 15/11/2011.

ANEXO VIII

**INQUÉRITO REALIZADO NO ÂMBITO DA ANÁLISE À VIABILIDADE DA
IMPLEMENTAÇÃO DO CONCEITO DE TURISMO MILITAR NO
CONCELHO DE PENICHE**

INQUÉRITO

Objectivo: conhecer o universo dos visitantes do concelho de Peniche;
nesse contexto, analisar a viabilidade da implementação do turismo militar.

1. Sexo M F

2. Idade
≤ 30 anos
31 - 50 anos
51 - 65 anos
≥ 66 anos

3. País
Portugal
Espanha
França
Alemanha
Reino Unido
Outro

Qual? _____

4. Como conheceu Peniche?

Media
Internet
Amigos
Guias de informação turística
Outro

Qual? _____

5. Objectivo(s) da visita:

Praia/turismo balnear
Desportos náuticos
Turismo cultural
Gastronomia
Outro

Qual? _____

6. Duração da visita:

≤ 1 dia
2 - 3 dias
4 - 7 dias
≥ 8 dias

7. Pernoita em Peniche?

S N

Se sim:

Hotel
Parque de campismo
Alojamento particular
Outro

Qual? _____

8. Meio de transporte utilizado até Peniche:

Automóvel

Autocarro

Motociclo

Outro

Qual?

9. Tem conhecimento da oferta cultural/arquitectónica do concelho de Peniche?

S

N

Se sim, como tomou conhecimento?

Guias de informação turística

Media/publicidade

Internet

Amigos

Posto de turismo de Peniche

Outro

Qual?

10. Considera visitar essa oferta cultural/arquitectónica?

S

N

11. Tem interesse em turismo militar, nomeadamente, ao nível da visita a antigas estruturas defensivo-militares e antigas prisões?

S

N

12. Considera esse tipo de turismo militar interessante no contexto do concelho de Peniche e da respectiva oferta turística?

S

N

13. Recomendaria a visita ao concelho de Peniche a amigos, conhecidos e familiares em função da oferta turística cultural/arquitectónica e militar?

S

N

Agradeço a sua colaboração e disponibilidade!

ÍNDICE DE ANEXOS

Anexo I – Mapa da região Oeste

Anexo II – Mapa do concelho de Peniche

Anexo III – Esquema do provável recorte do litoral do concelho de Peniche nos séculos XII e XIII

Anexo IV – Planta da península de Peniche no século XVIII

Anexo V – Roteiro de visita da Fortaleza de Peniche

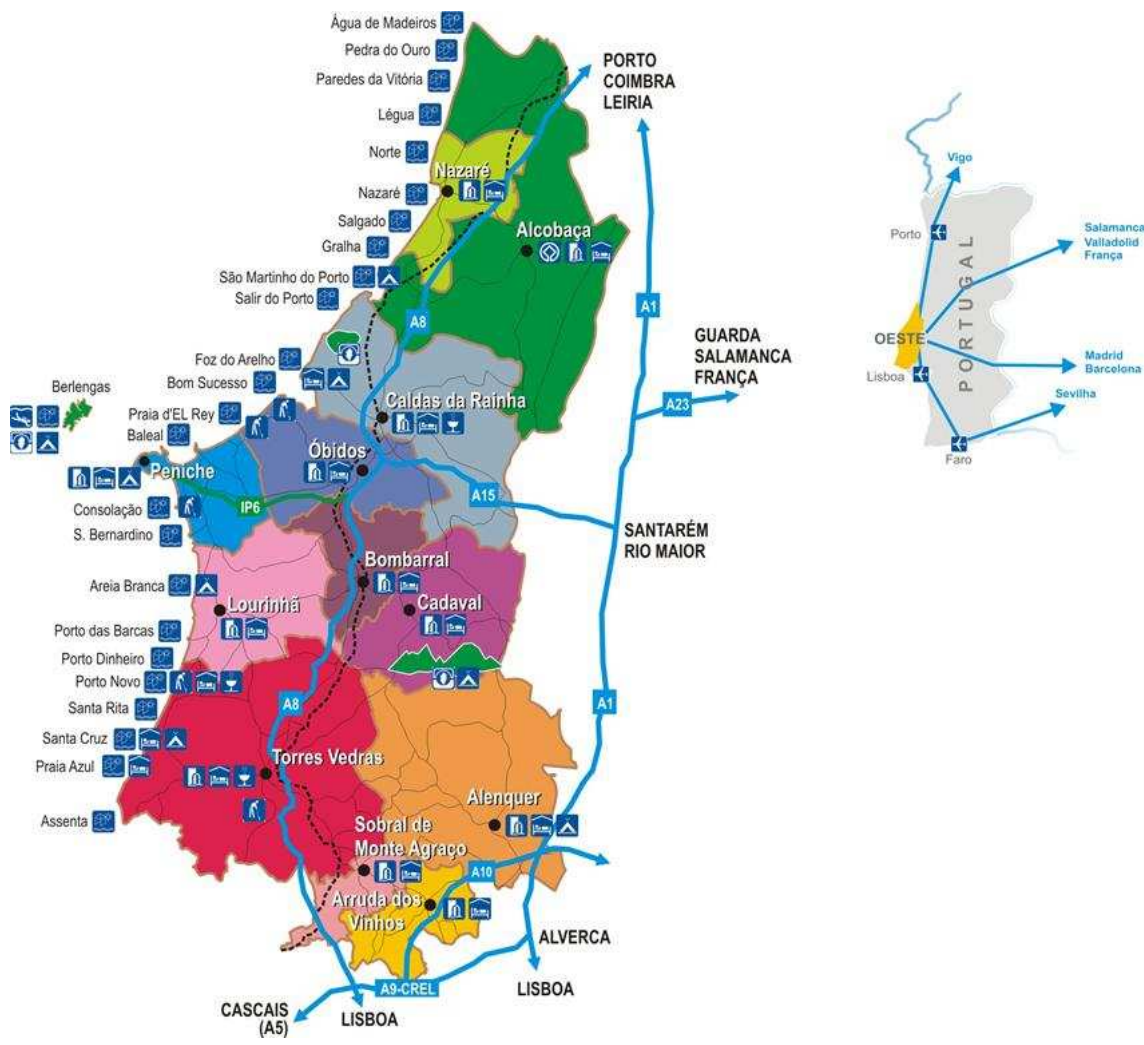
Anexo VI – Área de intervenção da recuperação do fosso da muralha e espaços envolventes

Anexo VII – Vista aérea da península de Peniche

Anexo VIII – Inquérito realizado no âmbito da análise à viabilidade da implementação do conceito de turismo militar no concelho de Peniche

ANEXO I

MAPA DA REGIÃO OESTE



Fonte: Região de Turismo do Oeste

(in <http://www.rt-oeste.pt>, consultado em 15/11/2011).

ANEXO II

MAPA DO CONCELHO DE PENICHE



Fonte: Município de Peniche.

(in <http://www.cm-peniche.pt>, consultado em 15/11/2011)

ANEXO IV

PLANTA DA PENÍNSULA DE PENICHE NO SÉCULO XVIII



Fonte: Calado, 1991: 463.

(Fotografia de Nuno Calado Mateus)

ANEXO V

ROTEIRO DE VISITA DA FORTALEZA DE PENICHE